



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

VIVIANE MARQUES GUEDES

O cotidiano do líder carismático no jornalismo paraibano:
Análise da construção da candidatura de Tarcísio de Miranda Burity
nos jornais de João Pessoa

JOÃO PESSOA – PB

2010

VIVIANE MARQUES GUEDES

O cotidiano do líder carismático no jornalismo paraibano:
Análise da construção da candidatura de Tarcísio de Miranda Burity
nos jornais de João Pessoa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Wellington Pereira

JOÃO PESSOA – PB

2010

G924c Guedes, Viviane Marques.

O cotidiano do líder carismático no jornalismo paraibano: análise da construção da candidatura de Tarcísio de Miranda Burity nos jornais de João Pessoa / Viviane Marques Guedes. - - João Pessoa: UFPB, 2010.

140 f.

Orientador: Wellington Pereira.

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA.

1.Sociologia. 2.Discurso Midiático. 3.Tarcísio Burity-.Trajetória Pública.
4.Burocracia.

UFPB/BC

CDU: 316(043)

VIVIANE MARQUES GUEDES

O cotidiano do líder carismático no jornalismo paraibano:
Análise da construção da candidatura de Tarcísio de Miranda Burity
nos jornais de João Pessoa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Sociologia.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Wellington Pereira
Orientador

Prof^a. Dr^a. Tereza Queiróz
Examinadora

Prof. Dr. Henrique Magalhães
Examinador

À minha mãe,
Maria de Lourdes Marques Guedes (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Às forças superiores, por sua bondade e providência nas horas difíceis.

À minha mãe (*in memoriam*), com a qual aprendi a perseverança que sustenta meus dias.

A Júnior, meu amor, pelos momentos de dedicação e pela vida que compartilhamos.

Aos colegas do GRUPECJ (Grupo de Pesquisa sobre o Cotidiano e o Jornalismo), pelos momentos motivantes de estudo e por todas as conquistas que tivemos.

A Capes, pelo apoio financeiro para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos professores doutores, Tereza Queiróz e Henrique Magalhães, por terem gentilmente respondido meu convite e pelas valiosas contribuições.

Em especial, ao professor Wellington Pereira, por ser uma luz preciosa na vida de cada um dos seus orientandos.

*Como eu navegava por rios impassíveis.
Não mais me senti guiado pelos homens*
(Arthur Rimbaud)

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo desenvolver uma análise da construção da primeira candidatura de Tarcísio de Miranda Burity ao governo do Estado da Paraíba (1979-1982), a partir das estruturas burocráticas e midiáticas, com enfoque sociológico pautado nas perspectivas conceituais de Max Weber (Burocracia e Carisma) e Michel Maffesoli (Formismo e Cotidiano). Para tanto, estruturamos este trabalho em três capítulos com vistas a alcançar a proposta. Em termos teórico-metodológicos, essa pesquisa baseia-se nos pressupostos da sociologia compreensiva, por meio dos “tipos ideais” de dominação; na sociologia do cotidiano, que se centra no formismo da vida cotidiana; bem como nos parâmetros de análise do discurso midiático, provenientes da proposta de Patrick Charaudeau (*Discurso das mídias; Discurso político*). Em um primeiro momento do trabalho, procuramos recortar a trajetória pública de Tarcísio Burity, demonstrando que seu encontro com a política dá-se pela vereda burocrática. Em um segundo momento do estudo, desenvolvemos as análises do discurso produzido nos veículos impressos de João Pessoa, com vistas a demonstrar a imagem, a forma construída, pelos periódicos, em torno da candidatura do líder político. Para isso, selecionamos as notícias veiculadas nos periódicos *O Norte* e *A União*, principais veículos impressos de João Pessoa, durante o mês de abril (em que se dá a indicação de Burity ao governo do Estado pela ARENA); no mês de maio, para compreendermos a repercussão do fato nos periódicos e junto à sociedade; e no mês de agosto de 1978, período esse que antecede as eleições governamentais de 1º de setembro em todo o país, que conduzem o líder à investidura de seu primeiro mandato.

Palavras-chave: Dominação, Burocracia, Carisma, Tarcísio Burity, Discurso Midiático.

ABSTRACT

This dissertation aims to develop an analysis of the construction of Tarcísio de Miranda Burity first candidacy to the government of Paraíba state (1979-1982), from bureaucratic structures and media, as sociological based in the conceptual perspectives of Max Weber (Bureaucracy and Charisma) and Michel Maffesoli (Formism and Everyday Life). According to this finality, we designed this work in three chapters in order to achieve the proposition. In theoretical and methodological terms, this research is based on assumptions of comprehensive sociology, through the "ideal types" of domination, and the sociology of everyday life, which focuses on formism of everyday life. In a first moment of the work, we draw a profile of Tarcísio Burity's public trajectory, demonstrating that his encounter with politics is caused by a bureaucratic path. In a second phase of the study, we developed a discourse analysis of the speech produced by João Pessoa's press, in order to show the image constructed by the periodicals around the candidacy of the political leader. For this, we selected the newspaper articles spread in the periodicals *O Norte* and *A União*, major print media from João Pessoa, during April (in which Burity's first indication of the state government takes place, by the political party ARENA); in May, to understand the impact of the facts in the periodicals, and in August 1978, a period that precedes the indirect government elections on September 1 in Paraíba, that guide the leader to the investiture of his first mandate.

Keywords: Domination, Bureaucracy, Charisma, Tarcísio Burity, Media Discourse.

SUMÁRIO

Introdução.....	10
Procedimentos metodológicos.....	13
Capítulo I – O vocativo político e a razão burocrática.....	17
1.1 Formas legítimas de dominação no cotidiano.....	17
1.2 Instituição do estado e burocracia.....	29
1.3 <i>Ethos</i> da ação vocacional na política.....	39
Capítulo II – O cotidiano da política na Paraíba da década de 1970.....	45
2.1 Eleições na Paraíba na década de 70.....	45
2.2 Partidos políticos na Paraíba até fins de 70.....	48
2.3 Lideranças políticas no estado da Paraíba.....	52
2.4 Política, cotidiano e sociedade paraibana nos idos de 70.....	56
2.5 Lideranças políticas na Paraíba e suas relações com a burocracia do estado.....	63
Capítulo III – A candidatura do líder carismático na imprensa paraibana.....	69
3.1 Breve histórico dos jornais pesquisados.....	70
3.1.1 Jornal <i>O Norte</i>	70
3.1.2 Jornal <i>A União</i>	72
3.2 A política e a razão midiática.....	73
3.2.1 A notícia como sustentáculo da razão midiática.....	75
3.3 A construção midiática da política.....	79
3.3.1 A política como forma constitutiva do cotidiano midiático.....	81
3.4 O carisma do político-midiático.....	84
3.4.1 Do texto ao contexto: eleições indiretas de 1978 no jornalismo paraibano..	85
3.4.2 A imagem do líder carismático nos jornais <i>O Norte</i> e <i>A União</i>	90
3.4.2.1 Percurso analítico jornal <i>O Norte</i>	91
3.4.2.2 Percurso analítico jornal <i>A União</i>	115
3.4.2.3 Síntese reflexiva sobre o percurso analítico.....	131
Considerações finais.....	134
Referências.....	136
Anexos.....	141
Anexo A	
Anexo B	
Anexo C	
Anexo D	

Introdução

Considerando a recorrência das imbricações e estratégias de interação entre mídia e política no cotidiano da sociedade contemporânea, e a importância de estudos e discussões sociológicas sobre o sentido de tais afinidades, esta dissertação se propõe a desenvolver uma interpretação e análise de um período específico referente ao cotidiano da política no estado da Paraíba e suas repercussões no cotidiano discursivo da mídia impressa de João Pessoa, a saber: o momento que precede a eleição indireta para o primeiro mandato do ex-governador da Paraíba Tarcísio de Miranda Burity (1979-1982). Tencionamos investigar como os jornais impressos locais constroem a candidatura do líder político e que imagem os periódicos sugerem para legitimar a aceitação de Burity junto à sociedade paraibana.

Para o desenvolvimento do trabalho, fizemos um recorte das matérias jornalísticas veiculadas nos periódicos *O Norte* e *A União*, principais veículos impressos de João Pessoa, no período considerado. Desenvolvemos uma análise dos textos noticiosos durante o mês de abril (em que se dá a indicação de Burity ao Governo do Estado pela ARENA), no mês de maio e no mês de agosto de 1978, período esse que justamente antecede as eleições governamentais de 1º de setembro em todo o país, que conduzem o líder à investidura de seu primeiro mandato (1979-1982).

Nesse sentido, elencamos alguns questionamentos iniciais que guiaram o nosso recorte investigativo, com isso buscamos averiguar: como se estabelecem as relações contemporâneas entre mídia e política? Em que medida a mídia determina os acontecimentos do campo político e de que forma a política exerce influência na pauta cotidiana das instituições de comunicação? Que identidade os jornais investigados propõem para construir uma imagem para o líder político em estudo? De que modo, um representante que supostamente não procede de estruturas oligárquicas ou lideranças populistas, a exemplo de Burity, consegue, em um Estado em que tais tipos de dominação são bastante recorrentes, ser nomeado para o governo da Paraíba? Quem indicou Burity ao Governo do Estado e por que o indicaram? Como os jornais trabalham o nível de aceitabilidade política e social do candidato? Até que ponto os conceitos de dominação estudados por Max Weber e o

formismo desenvolvido por Michel Maffesoli dialogam com a imagem que os periódicos selecionados constroem de Burity?

Partindo de questões como essas, que estruturam o nosso problema de pesquisa, seguimos o caminho de investigação científica, que nos forneceu respostas para o objeto de estudo em questão. Com isso, desenvolvemos um estudo analítico da apresentação da política no cotidiano do jornalismo impresso e como ela se insere na vida cotidiana da sociedade, a partir das significações construídas nos jornais mencionados acima.

Levamos em consideração aspectos, sobretudo, qualitativos para desvendar as estratégias empregadas pelos jornais para construir e tornar pública a imagem do candidato. Vale salientar que o interesse pela temática, que ora se expõe, parte da nossa linha de estudos, iniciados na graduação, acerca das relações entre mídia e cotidiano e as influências desta simbiose junto à sociedade.

Nossa dissertação segue dois eixos de investigação. Em um primeiro momento, no segundo capítulo, identificamos que Tarcísio Burity se insere no cenário político pela via burocrática de dominação. Em um segundo momento, no último capítulo deste trabalho, procuramos demonstrar que os meios de comunicação impressa na Paraíba trabalharam a imagem do político em estudo, sugerindo uma identidade carismática, a fim de gerar consenso e aceitação junto à Arena e à sociedade paraibana.

Como instrumento para a efetivação desta pesquisa, foram utilizados os jornais supracitados. Como suporte teórico, reportamo-nos aos pressupostos da sociologia do cotidiano, aos conceitos de dominação e vocação política presentes nos estudos weberianos e fizemos uso de elementos da análise do discurso midiático, de maneira que pudéssemos analisar como os jornais construíram e legitimaram a imagem de Tarcísio Burity.

O primeiro capítulo da dissertação faz-se por meio de passos teórico-metodológicos, onde buscamos compreender conceitos-chave recorrentes ao longo do presente estudo. Assim, para compreendermos a construção da vida política de Burity e a imagem descrita pelos periódicos analisados, foi importante verificarmos, primeiramente, como a dominação pode ser dividida em termos conceituais, quais as aproximações existentes entre o Estado racional e a lógica da burocracia e, sobretudo, como é possível, dentro de uma estrutura burocrática, a ação política desenvolver-se por meio de uma busca vocacional.

Nesse primeiro capítulo, lidamos propriamente com referenciais teóricos da sociologia compreensiva e da sociologia do cotidiano. Buscamos, nas contribuições de Max Weber, por meio do racionalismo burocrático, uma ancoragem que nos levasse a compreender as bases deste esquema de organização social. Por outro lado, a sociologia do cotidiano complementa nosso estudo, com os referenciais teóricos do formismo, fundamentos para as análises discursivas do *corpus* textual dos periódicos na relação com o cotidiano de Tarcísio Burity.

No segundo capítulo desta pesquisa, recorremos a um aporte temporal para compreender o período histórico em questão. Assim, procuramos traçar um recorte da história política paraibana que abarcasse pontos essenciais para nosso estudo, ligados, sobretudo, ao perfil das eleições, dos partidos e das lideranças políticas nos anos 70 no Estado da Paraíba, bem como uma investigação que nos proporcionasse compreender as condições da vida cotidiana da sociedade paraibana nos aspectos ligados à economia e sua relação com a política. Percebendo, vale lembrar, que tais relações, grosso modo, sempre apresentam aspectos precedentes que desembocam no tempo presente; em nosso caso, na década de 1970. A finalidade de tal recorte é buscar perceber e demonstrar aspectos do cotidiano da política paraibana no período que antecede a indicação de Tarcísio Burity ao mandato governamental. A partir dessa contextualização compreensiva, foi possível, no último tópico do segundo capítulo, destacarmos propriamente a emergência das lideranças políticas e suas vinculações com a burocracia na Paraíba. Contextualização esta que nos propiciou ressaltar o percurso da vida pública de Tarcísio de Miranda Burity no tocante à sua inserção efetiva no quadrante burocrático.

No último capítulo, dedicamo-nos ao trabalho com o material empírico. Seguimos com as leituras e análises das notícias veiculadas nos periódicos *O Norte* e *A União*, com a finalidade de examinar, por meio dos parâmetros da análise do discurso político-midiático, propostos por Patrick Charaudeau (2006, 2007), a vinculação da mídia com o poder e as estratégias de produção de identidades junto ao imaginário social.

Procedimentos metodológicos

Ao elaborar os passos de planejamento de uma pesquisa, o investigador se depara com várias etapas que são imprescindíveis para a conclusão de seu trabalho. Dentre elas, a sistematização do conjunto de métodos necessários para a condução de seu problema de pesquisa.

Nosso trabalho de verificação da construção de uma identidade para Tarcísio de Miranda Burity no cotidiano dos jornais de João Pessoa, bem como a repercussão desse fato junto à sociedade paraibana, utilizou, como um de seus métodos, os “quadros de referência” (GIL, 1999, pp. 35-36) da sociologia compreensiva, a partir das contribuições de Max Weber, pois buscamos, em nossa análise, compreender o sentido do fenômeno social que estamos pesquisando, partindo de uma apreensão dos “tipos ideais” de dominação definidos por Weber.

Para apreender a complexidade de nosso objeto e analisar o universo simbólico dos jornais, buscamos captar o discurso praticado nos períodos estudados, bem como interpretar a tônica dessa construção simbólico-midiática que se pauta no contexto político investigado.

Uma outra perspectiva de abordagem em nosso trabalho está pautada nos estudos de Simmel e Maffesoli, a partir dos conceitos de forma e formismo da vida cotidiana. Para o “formismo”, proposto por Maffesoli (1998), em reflexão ao conceito de forma, elaborado por Simmel, a vida precisa da forma para existir. Além disso, segundo Maffesoli (1998, p. 131), “a forma (...) possui uma função epistemológico-metodológica inegável”. Nesse sentido, a forma representa um procedimento metodológico capaz de religar os objetos e os fatos sociais. Enquanto o formismo se configura como a união dos contrários, das distinções estéticas e oposições ideológicas representadas em um mesmo discurso. De acordo com Maffesoli:

A forma é, portanto, uma maneira de reconhecer a pluralidade dos mundos, tanto no plano do macrocosmo geral, do cosmos social, quanto no do microcosmo individual, e isto sem deixar de manter a coesão necessária à vida. (...) O formismo, ao contrário, mantém juntos todos os contraditórios, favorecendo assim um sentido que se esgota em atos, que não se projeta, que se vive no jogo das aparências, na eflorescência das imagens (MAFFESOLI, 1998, p. 127).

Maffesoli procura demonstrar que as sociedades são animadas, em geral, pelo “jogo das imagens”, pelo jogo das formas, sendo possível analisar a dimensão social de diversas maneiras segundo uma perspectiva que põe em relevo, ao mesmo tempo, o cotidiano, o comunicacional e o simbólico.

Partindo do pressuposto de que a realidade cotidiana encontra-se representada por diferentes “partes” ou “formas sociais” enquadradas em um todo, desponta a importância de uma abordagem que contemple a especificidade de tais diferenciações das dimensões sociais, a exemplo do próprio campo político, apreendendo as formas de assimilação da vida cotidiana pela atividade midiática.

Sendo assim, procuramos compreender o formismo da política no cotidiano e no discurso dos jornais de João Pessoa, enquanto um fenômeno específico presente na heterogeneidade da vida social. Fazemos uma análise das formas de publicização da política na Paraíba durante a condução da candidatura de Burity ao Governo do Estado, demonstrando que uma das formas de apresentação do cotidiano pela mídia é através da política e da constituição de imagens e formas sociais.

Foi realizada, pois, uma análise das formas da política, manifestas tanto na vida cotidiana quanto no discurso dos jornais *O Norte* e *A União* no período investigado e a partir de nosso problema de pesquisa, partindo de elementos e conceitos da análise do discurso midiático.

Para nosso estudo, foram válidos procedimentos observacionais e analíticos, tencionando desvendar os sentidos que são produzidos no discurso dos periódicos de João Pessoa. A análise de discurso procura compreender a língua produzindo sentidos, enquanto trabalho simbólico, e como se processa esta produção, vista sob um prisma histórico-social, interceptado por condições ideológicas determinadas. O discurso é então palavra em movimento, prática social e, com a compreensão do discurso, observa-se o homem falando (ORLANDI, 2003). A partir da análise de discurso, podem-se apreender os sentidos, bem como a circulação e o consumo destes sentidos em forma de discursos.

Então, através de uma leitura do discurso dos jornais *O Norte* e *A União*, tencionamos verificar como estes periódicos constroem a candidatura de Burity através da constituição de uma forma para a política, para a imersão desta forma no cotidiano e para a identificação do cotidiano do “líder político”.

Assim sendo, investigamos as matérias jornalísticas durante os meses abril,

maio e agosto, que antecedem as eleições de 1º de setembro de 1978, procurando observar, e posteriormente analisar, como os discursos sobre a política são construídos, e assim verificar e demonstrar a imagem que os jornais constroem, em seu discurso cotidiano, para o candidato Tarcísio de Miranda Burity.

Como princípios teóricos para os procedimentos de leitura do discurso destas publicações, foram recorrentes os fundamentos dispostos nas obras de Charaudeau (*Discurso das mídias; Discurso político*) e Pinto (*Comunicação e discurso*).

Organizamos o momento analítico em dois passos estruturais, onde procuramos nomear o material empírico em dois blocos para facilitar a compreensão. Com isso, estabelecemos a seguinte nomenclatura para os textos: **1) matérias de contexto** e **2) matérias noticiosas sobre a candidatura de Burity**.

As matérias foram selecionadas por meio do recurso fotográfico junto ao acervo do Arquivo Histórico do Espaço Cultural José Lins do Rêgo. Após a coleta fotográfica, seguimos com a leitura, interpretação, edição e impressão das matérias que estão dispostas nos anexos dessa dissertação.

Nas **matérias de contexto**, procuramos desenvolver uma leitura sobre os aspectos mais gerais do processo sucessório para o governo do Estado da Paraíba no ano de 1978. Com isso, foi possível perceber em que quadro se apresentava o momento político e quais os conflitos mais trabalhados pelos periódicos no tocante às eleições. Encontramos então 35 matérias em *O Norte* e apenas 6 publicações em *A União* sobre o contexto das eleições. Matérias estas interpretadas em linhas gerais, apenas para ilustrar o período precedente à escolha de Burity.

Com relação às **matérias noticiosas** envolvendo o nome de Burity, deparamo-nos com 38 notícias em *O Norte* e 28 notícias no jornal *A União* no período selecionado. Mesmo abordando o nome de Burity, dentro desse **universo** de matérias encontramos temáticas coincidentes em cada um dos jornais e também alguns textos abordando detalhes da sucessão para o Senado Federal e para a Presidência da República. Então, dentro desse universo, elegemos uma **amostra** representativa do total das notícias fotografadas. Com isso, procederemos à análise de 21 textos do Jornal *O Norte* e 19 notícias do jornal *A União*, matérias estas diretamente relacionadas à candidatura de Burity e a assuntos paralelos a essa escolha.

Após a seleção desse *corpus* textual, chegamos enfim ao procedimento analítico das notícias. Vale ressaltar que a análise desenvolvida nesse trabalho está

motivada por um procedimento de leitura e interpretação dos dados textuais de modo a buscarmos compreender como a candidatura do líder político é construída no cotidiano dos jornais. Assim, faremos uma leitura e análise do discurso midiático, ancorados nas contribuições de Patrick Charaudeau e por meio do aprendizado adquirido com o repertório teórico discutido ao longo desta dissertação. Dado que nosso estudo está inscrito em uma contribuição para a área da sociologia no diálogo com a estrutura midiática, dispensaremos, portanto, os usos e recursos do paradigma da Análise de Discurso provenientes da lingüística. Mesmo que este se apresente como um recurso útil para as investigações na área da comunicação social, não se revela como sendo nosso objetivo nesse trabalho.

Capítulo I – O vocativo político e a razão burocrática

*Dois perigos mortais ameaçam a humanidade: a ordem e a desordem.
(Paul Valéry)*

1.1 Formas legítimas de dominação no cotidiano

Como deve ter ficado explícito após a leitura dos tópicos anteriores a este capítulo, o nosso estudo pauta-se em uma análise da candidatura de Tarcísio de Miranda Burity ao Governo da Paraíba, a partir das estruturas burocráticas e midiáticas, com enfoque sociológico pautado nas perspectivas analíticas de Max Weber (Burocracia e Carisma) e Michel Maffesoli (Sociologia do Cotidiano).

Para tanto, faz-se importante iniciarmos o trabalho refletindo sobre a proposta teórica weberiana no tocante aos tipos ideais de dominação estabelecidos no plano de seu método compreensivo de análise da realidade social. Nesse momento, serão enfatizados os conceitos de burocracia e carisma.

Posteriormente, ainda no presente tópico, na medida em que trataremos, no último capítulo da dissertação, das relações entre mídia e cotidiano nos processos de construção de candidaturas, será necessário abordarmos as contribuições de Michel Maffesoli com sua busca por compreender a vida cotidiana seguindo a perspectiva formista.

O título deste tópico é bastante sugestivo, pois nele procuramos reunir palavras-chave do repertório conceitual de Max Weber (dominação) e Michel Maffesoli (forma/formismo) para dar conta do nosso objeto de estudo. Nesse sentido, é válida, também nesse tópico, uma discussão acerca dessas proposituras teóricas, que, respectivamente, inserem-se na seara reflexiva da sociologia compreensiva e da sociologia do cotidiano.

Nos conceitos fundamentais da ciência sociológica, Max Weber volta sua atenção ao agente social, ou seja, ao indivíduo que orienta suas ações para fins ou valores, diferenciando-se assim da visão dos demais clássicos da sociologia, Karl Marx e Émile Durkheim, em um ponto central: a singularidade do sujeito em oposição ao conceito de classes sociais (Marx) e coletividades (Durkheim).

Para Weber, é preciso que o sociólogo procure compreender o sentido atribuído por um sujeito à sua ação e busque perscrutar o significado social desta

ação.

As ações dos homens em sociedade devem ser vistas, segundo Weber (1999a), por meio das condutas de cada sujeito. Assim, podem-se identificar quatro tipos puros de conduta: 1) Ação racional voltada para fins; 2) Ação racional relacionada aos valores; 3) Ação tradicional; 4) Ação afetiva.

Em geral, essas ações se apresentam no cotidiano segundo uma separação das esferas sociais: econômica, religiosa, jurídica, política, cultural. Desse modo, para Weber, as relações sociais são constituídas por meio dessas diferenciações em consonância com as linhas de ação racional, tradicional ou afetiva.

O pensador alemão parte do princípio geral de que as consciências individuais podem dar sentido à ação social. Sentido este que, em geral, é compartilhado pelo conjunto de indivíduos no cotidiano. A partir dessa concepção de sociedade, Weber estabelece um quadro conceitual relacionado ao plano da coletividade.

A partir de uma observação da sociedade capitalista ocidental, o clássico do pensamento sociológico procura visualizar a afinidade entre as diferentes esferas da vida social. Exemplo disto podemos encontrar nas reflexões contidas na obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Segundo Cohn (1991, p. 23), a finalidade central de Max Weber, neste trabalho, era procurar apresentar:

a existência de uma íntima afinidade entre a idéia protestante de “vocação” e a contenção do impulso irracional para o lucro através da atividade metódica e racional, em busca do êxito econômico representado pela empresa. Por essa via, apresentava-se a idéia de que um determinado tipo de orientação da conduta na esfera religiosa – a ética protestante – poderia ser encarado como uma causa do desenvolvimento da conduta racional em moldes capitalistas na esfera econômica.

No caso da religião, no ocidente, Weber envolve-se em fundamentar a lógica de atração imanente às linhas de ação religiosa e econômica, na medida em que ambas estariam orientadas por uma regulação racional dos comportamentos; regulação esta própria da essência da vida moderna e do espírito do capitalismo ocidental.

Partindo dessa incursão inicial sobre a lógica econômica da sociedade moderna, Max Weber dedica-se a compreender como se estrutura o poder na sociedade, sistematizando para isto três ordens de diferenciação: a ordem

econômica, a ordem social e a ordem política.

Na esfera da ordem econômica, as ações sociais são orientadas para o conteúdo material da existência, isto significa dizer que esta ordem se direciona à produção de riquezas. Assim, o agrupamento social voltado a esse fim tem como razão fundamental a gestão econômica para obtenção de bens.

No plano da ordem social, Weber (1999a) aborda o que ele designa de “situação de classe”. Diferentemente de Marx, que concebe a sociedade por meio da divisão de classes sociais e da alienação do proletariado pela burguesia, Weber procura pensar a ordem social por meio do *status* de cada grupo. Com isso, o *status* hereditário seria garantido por meio das distinções e privilégios organizados desigualmente e assegurados pela via legal, convencional ou ritualística.

Embora uma ordem não deva ser concebida isoladamente da outra, Weber propõe uma diferenciação sistemática para simplificar a interpretação desses tipos.

Chegamos enfim à ordem que mais interessa ao nosso estudo: a ordem de ação política. Nesse quadrante, podemos identificar dois conceitos fundamentais na sociologia política weberiana: poder e dominação.

Refletindo um pouco sobre esses conceitos, vamos perceber que poder representa uma estrutura presente em diversos setores da vida social, enquanto a dominação representaria um tipo particular de poder. Identificar a posição social do poder seria uma tarefa um tanto impossível, já que ele emana de diversas partes. No caso da dominação, essa variável do poder, encontramos uma maior facilidade em qualificá-la segundo sua procedência econômica, política, jurídica, religiosa, etc ou mesmo segundo seus tipos tradicional, racional e carismática.

Neste trabalho, interessa-nos pensar a questão da dominação de procedência política e tipologicamente classificada em racional e carismática. Por meio dessa proposta, será possível nos aproximar, de forma cadenciada, de nosso objeto de estudo.

Em seus estudos sobre o fenômeno dominação, Weber (1999b, p. 187) demonstra que:

A dominação, como conceito mais geral e sem referência a algum conteúdo concreto, é um dos elementos mais importantes da ação social. (...) Todas as áreas da ação social, sem exceção, mostram-se profundamente influenciadas por complexos de dominação.

Como se vê, a dominação é uma estrutura indissociável do todo social e das

ações dos indivíduos junto à sociedade. Essa aproximação que Weber registra haver entre a dominação e os motivos dos agentes no cotidiano tem grande importância para nosso estudo.

Em sentido mais amplo, a dominação pode ser classificada como a imposição da vontade pessoal do agente a um conjunto de indivíduos. Nesse plano, Weber distingue duas formas opostas e essenciais do poder de dominação: a que se vincula ao monopólio econômico e a que se associa à autoridade política. Esse último caso está ligado à legitimação da obediência em relação ao “poder do chefe de família, da autoridade administrativa ou do príncipe” (WEBER, 1999b, p. 188-189).

A dominação baseada na autoridade é a que mais se aproxima das análises pretendidas nessa dissertação, haja vista ser o modelo mais recorrente nos casos de legitimação burocrática e carismática. A burocrática, por ser uma forma legitimada pelos conhecimentos técnicos e racionais no exercício do poder. No caso da carismática, a legitimação encontra respaldo na atitude pessoal do líder, quando são considerados atributos ligados ao caráter do dominador.

Assim, quando pensamos nas relações de dominação, não podemos perder de vista, em certos casos, a ligação indissolúvel desta com a categoria obediência. É por meio da obediência que, muitas vezes, o mandato se efetiva. O poder do dominador se torna legítimo junto aos dominados, sendo inclusive fonte de influência das ações desses últimos.

Mas como pensar essas relações de dominação e obediência quando queremos compreender especificamente os tipos burocracia e carisma?

Ora, cada tipo deste apresenta uma característica peculiar quando pensamos no problema da dominação política. Talvez seja a própria estrutura de cada uma destas entidades que ofereça entendimento para a questão.

No caso do carisma, a obediência torna-se mais compreensível na medida em que esta se liga a categorias extra-racionais, motivadas pela lógica do **sobrenatural** e pela virtude pessoal do líder.

No tocante à estrutura burocrática, acreditamos que a relação entre dominação e obediência seja motivada pela ideologia da **competência**. Vejamos.

A base de legitimação da burocracia associa-se à questão da competência, na medida em que é por meio da aquisição de conhecimentos técnicos, do controle do setor público pelo quadro administrativo que esta forma de dominação se faz

presente no cotidiano social. Além disso, uma outra maneira de assegurar a autoridade da burocracia advém do conteúdo normativo, legal e juridicamente organizado.

Para compreendermos melhor os tipos de dominação estabelecidos por Weber, daremos seqüência a este tópico com uma discussão mais microscópica, partindo particularmente da temática burocracia.

O termo burocracia compreende amplos sentidos que, entendidos de perto, complementam-se mutuamente. Sinteticamente, a burocracia relaciona-se de modo direto com o poder, com a dominação e com o controle. Detalhadamente, o termo representa, antes de tudo, um conceito estudado pelo teórico alemão Max Weber em suas investigações acerca de uma sociologia da dominação.

Em nosso estudo, conceberemos a burocracia como uma estrutura de dominação na sociedade que é responsável por dirigir as formas coletivas de atividade, por meio de um organismo impessoal, pautado em uma ordem hierárquica de dominação, que dispõe do processo de racionalização para o exercício cotidiano das funções.

Objetivamente, Motta (1985, p. 7) explica que o tema burocracia “tem sido usado para designar uma administração racional e eficiente, para designar o seu contrário, para designar o governo de altos funcionários, para designar organização”.

Em Weber (1999a), vamos encontrar em detalhes uma investigação ampla do termo, quando o autor, por meio de uma sociologia compreensiva, procura dar conta dos tipos ideais de dominação legítima por ele definidos como: dominação racional, dominação tradicional e dominação carismática. Para cada um destes tipos, Weber vai demonstrar particularidades específicas no plano social.

Na dominação tradicional, a legitimidade do poder advém de sua relação com o tempo. O senhor domina por meio do vínculo de fidelidade que estabelece com os sujeitos dominados. Assim Weber (1999a, p. 148) define a dinâmica dessas relações:

O dominador não é um “superior” mas *senhor* pessoal; seu quadro administrativo não se compõe primariamente de “funcionários” mas de “servidores pessoais, e os dominados não são “membros” da associação, mas 1) “companheiros tradicionais” ou 2) “súditos”. Não são os deveres objetivos do cargo que determinam as relações entre o quadro administrativo e o senhor: decisiva é a fidelidade pessoal do servidor. (Grifo do autor).

No caso da dominação carismática, como o próprio nome atesta, a legitimidade provém do carisma, que se vincula a qualidades pessoais do líder. Nesse caso, a dominação se faz por meio do reconhecimento das capacidades imanentes ao líder que arrebanha os adeptos por meio da entrega, da veneração, da confiança. Em Weber (1999a, p. 160), temos que o líder carismático difere essencialmente do dominante de envergadura tradicional em um ponto de importância central, pois “Não é selecionado segundo critérios de dependência doméstica ou pessoal, mas segundo qualidades carismáticas: ao “profeta” correspondem os “discípulos”; ao “príncipe guerreiro”, o “séquito”; ao “líder”, em geral, os “homens de confiança””.

Há extensas distinções entre os tipos puros de dominação estudados por Max Weber. Aqui vale salientar uma diferença fundamental quando pensamos nesses modelos. Referimo-nos à questão do caráter de cada um desses tipos. No caso das esferas racional e tradicional, predomina a tendência cotidiana da existência, enquanto o carisma vincula-se à experiência extracotidiana. Com Weber vamos compreender o significado destas terminações.

Ora, vemos que essas relações têm uma lógica própria. Na dominação racional impera a burocracia e na tradicional a tônica se direciona à tendência patriarcalista e patrimonialista; formas estas ligadas a um conjunto de regras específicas próprias do cotidiano da administração pública ou do domínio econômico e político dos senhores. No caso do poder carismático, estas regras não são aplicáveis, na medida em que o poder centra-se em geral em um sujeito que é elevado pelo reconhecimento social acima dos ditames ou regras da vida cotidiana.

Não detalharemos tais questões, pois esta problematização será recorrente no último capítulo desta dissertação. Passemos então à forma racional de dominação, que tem importância para as considerações desenvolvidas no segundo capítulo.

São vastos os estudos e interpretações acerca do tema da racionalização moderna. Partindo das formulações weberianas, teóricos e comentadores orientam suas análises resgatando a essência do termo, embora sejam amplas as possibilidades de apreensão e aplicação do processo de racionalização na perspectiva proposta por Max Weber, quer seja na ordem econômica, ou na ordem social e política.

No quadrante de uma sociologia política, Weber distingue conceitualmente

poder e dominação, caracterizando esta última em três vertentes, a racional, a tradicional e a carismática, como já foi dito. Entretanto, para chegar ao ponto de compreender os desdobramentos destes tipos legítimos de dominação, o pensador parte de um repertório temático que estabelece conceitos sociológicos fundamentais para então atingir a maturidade de suas concepções.

Dentre as formulações, há o que se convencionou chamar de processo de racionalização, ou seja, a tendência de todas as formas da vida social ocidental, no mundo capitalista, desenvolverem-se por meio de uma ênfase no cálculo e na objetividade das ações. Desse modo, seria o capitalismo moderno uma bússola para o desenvolvimento, em última instância, da burocracia.

Nesse momento, partiremos da formulação mais central do conceito de racionalização, para então destacarmos os seus desdobramentos e possibilidades interpretativas até chegarmos ao quadrante da burocracia.

Quando Weber se dedica ao estudo da racionalização, ele parte de uma abordagem histórico-comparativa, onde desenvolve a caracterização do termo mediante uma proposta comparativa entre diferentes sociedades em diversos níveis históricos, vislumbrando averiguar a especificidade do conceito no contexto da sociedade moderna. (COHN, 2003).

Desse modo, ao passo de suas caracterizações, o autor acaba por verificar que o caráter da racionalização, além de ser um fenômeno relacionado a diversas modalidades de ações sociais, apresentava uma peculiaridade própria do mundo moderno.

Antes de falarmos sobre esta especificidade: a emergência da burocracia, é importante destacar a contigüidade imanente aos conceitos de racionalização e ação social. Embora sejam termos dissociados conceitualmente, há entre eles uma intrínseca relação digna de ênfase.

Mesmo sendo a racionalização diferente da ação social, elas se complementam mutuamente, pois a racionalização confere mobilidade à ação social e esta, por sua vez, na perspectiva weberiana, depende diretamente de uma orientação racional para se atingirem os fins pretendidos. Em outras palavras, Weber particulariza as ações racionais da sociedade como formas específicas do processo de racionalização na modernidade. (COHN, 2003). Além disso, a concepção de sociedade proposta por Weber implica em uma separação de esferas sociais: econômica, religiosa, política, jurídica, social, cultural. Vale destacar que

essa separação difere-se do modelo estrutural proposto por Karl Marx, haja vista que estas esferas seriam independentes até certo ponto, não sendo esferas inter-determinantes.

Max Weber parte do princípio de que, ao longo do processo histórico, as diferentes modalidades da vida social (a exemplo da economia, da política, da religião, da arte, do direito, etc.) mesclam-se formando um todo de difícil dissociação, contudo será a partir da era moderna que estas entidades passam a apresentar uma crescente autonomia segundo um processo de “diferenciação” que sistematiza então diversas “linhas de ação” social.

Esta distinção de modalidades de ação esteve motivada, segundo Weber, pela passagem da humanidade a um mundo “desencantado”. Mas o que significa isto? Ora, com a transição da vida humana para a modernidade – guiada pelas diversas modificações de conduta e comportamento – a sociedade passa a conviver com novas formas de ação diante da vida. Inclusive deixando para trás as formas mágicas e encantadas de conceber a existência humana e a natureza, próprias dos tempos remotos. Quintaneiro, Barbosa e Oliveira (1995, p. 141), em revisão à literatura weberiana, apontam que:

A humanidade partiu de um mundo habitado pelo sagrado, pelo mágico, excepcional e chegou a um mundo racionalizado, material, manipulado pela técnica e pela ciência. O mundo de deuses e mitos foi despovoado, e sua magia substituída pelo conhecimento científico e pelo desenvolvimento de formas de organização racionais e burocratizadas.

Deste “desencantamento” da vida emerge uma lógica mais racional de concepção do mundo, o que impulsionou definitivamente a diferenciação das linhas de ação social, uma vez que isto abriria espaço para uma nova perspectiva de racionalização, de certa forma mais diversificada, que se descortina na etapa moderna.

O que se entende por esta modificação e diferenciação das linhas de ação é que com isto houve uma maior possibilidade de aplicação da racionalização no mundo moderno, na medida em os agentes teriam maior mobilidade entre as linhas de ação racional e estas entre si. Como se isto fizesse parte da dinâmica do processo de racionalização na modernidade. Neste sentido, percebemos que há uma relação de proporcionalidade direta entre o nível de diferenciação das linhas de

ação e a progressão do nível de racionalização.

Pelo que compreendemos, seguindo o que está exposto em Cohn (2003), haveria dois níveis de racionalização no âmbito moderno. Um, relacionado ao nível de diferenciação externo, ou seja, entre as diferentes modalidades de ação do indivíduo; o outro, voltado ao âmbito interno de cada linha de ação social, organizado a partir de uma conotação intrínseca. Mas o que interessa perceber aqui é que, para se processarem, as ações são voltadas a uma ordenação significativa. Neste sentido, Cohn (2003), sistematizando o pensamento weberiano, demonstra a dinâmica entre as linhas de ação. Como se pode ver a seguir:

- 1) No interior de cada linha de ação, a relação entre: (Racional; Não-racional);
- 2) No âmbito externo, ou seja, a partir das relações entre as linhas de ação específicas, forma-se então o seguinte par: (Afinidade; Tensão).

Do primeiro encadeamento (Racional; Não-racional), acreditamos haver uma estruturação linear, unidimensional, que demarca os significados próprios e específicos de cada linha de ação individualmente. Dependerá do agente então voltar suas ações para um sentido mais racional ou para uma rota não racional.

No tocante ao par formado por (Afinidade; Tensão), inferimos que aí se forma uma relação que apresenta variáveis que podem seguir caminhos paralelos ou tomar trajetos opostos. Explicaremos. Como este par relaciona-se às ligações externas entre as linhas de ação social, vemos que cada linha diferenciada de ação pode manter uma relação de afinidade com outras linhas, ou seja, seguirem sentidos paralelos no percurso de racionalização das ações. Como exemplo, podemos destacar a afinidade que há entre a conduta prática da vida orientada por valores e a conduta metódica do capitalismo.

No segundo caso, onde se destacariam as tensões entre linhas de ação, parece-nos que estas trafegam em sentidos opostos, pois enquanto o significado de uma ação será guiado para um determinado fim racional em um determinado contexto, outra linha de ação nem sempre seguirá o mesmo percurso, podendo, inclusive, ser conduzida por um novo significado.

Porém, o alicerce destas afinidades e tensões está firmado na lógica da própria racionalização ou, como destacado nas palavras de Cohn (2003, p. 24), “a

racionalização é o processo que confere significado à diferenciação de linhas de ação”. O que parece evidente nesta caracterização é que o processo de racionalização paira como uma tendência e uma força propulsora das diversas linhas de ação racional, embora nem sempre todas as ações sejam guiadas pela lógica racional.

Partindo de conceitos mais específicos, anteriormente destacados, para caracterizações mais gerais, ressaltamos uma definição crucial sobre o fenômeno da racionalização, extraída de Weber:

que se preocupava com a possibilidade de que, à medida que o CAPITALISMO industrial se transformasse em sociedades cada vez mais complexas, a vida social viesse a ser organizada em torno de princípios impessoais de cálculo racional, eficiência técnica e controle. Os sentimentos, a espiritualidade e os valores morais diminuiriam em importância, ao mesmo tempo em que as sociedades constituiriam uma “jaula de ferro” cada vez mais restritiva de BUROCRACIA em todas as áreas da vida social, da religião e educação ao trabalho e à lei. Tudo isso facilitaria o controle da vida diária do indivíduo pelo Estado e pelas empresas. (JOHNSON, 1997, pp. 188-189, grifo do autor).

Com esta acepção, Weber nos fornece aparatos para compreender a devida conexão que faz entre a sociedade capitalista e o fenômeno da racionalização moderna.

Neste aspecto, o autor nos leva a entender a “afinidade” que ele propõe existir entre a conduta racional moderna e as variadas linhas de ação dos indivíduos. Como vimos anteriormente, a humanidade passa de um mundo encantado para uma realidade mais calculada, lógica, em que o misticismo, o sobrenatural, a magia já não mais apresentam grande ressonância na modernidade, daí a necessidade de ações mais racionais guiando a moderna conduta de vida dos agentes. Digamos que o homem passa a descartar a “passividade” supramundana do encantamento e da espera para conviver com uma realidade mais previsível, erigida à luz da técnica, da razão, dos métodos, da lógica, da ciência e da eficácia.

O cerne do pensamento weberiano está pautado, pois, na questão das afinidades ou tensões entre os modos e direcionamentos da conduta de vida, onde a racionalização se apresentaria como uma tendência de regulação da conduta social.

Isto posto, percebe-se que Weber pretende demonstrar que poderia haver uma espécie de “afinidade eletiva” entre a conduta racional das diversas instituições

modernas, o que não exclui, porém, a possibilidade de “tensões”.

O fenômeno da racionalização estaria então em afinidade com o desenvolvimento e diferenciação das diversas instituições modernas, desde a esfera religiosa até a política e a econômica.

Partindo do princípio de que os termos weberianos não são hermeticamente definidos como conceitos genéricos aplicados a contextos específicos, vemos nas proposições acerca da racionalização moderna amplo campo de interação com novas análises que se queiram desenvolver no contexto da sociedade contemporânea. E é o que faremos no segundo capítulo deste trabalho quando buscaremos contextualizar o momento político paraibano na década de 1970 com a condução da vida política de Tarcísio Burity pelas veredas da burocracia.

A aplicabilidade da racionalização, associada ao modelo do moderno capitalismo, quer seja no campo da religião, da música, da economia, da política e em diversas modalidades diferenciadas do campo social pode nos oferecer ricas análises e nos levar a refletir e empregar, em configurações específicas, este conceito que é tão fértil em desdobramentos reflexivos.

Como já sublinhado, o conceito de racionalização e burocracia é apropriado para diversas análises da vida social, mesmo na esfera da vida contemporânea.

Dito isto, não podemos deixar de pontuar as aproximações e as distensões entre a sociologia clássica, compreensiva, de Max Weber e a proposta contemporânea de Michel Maffesoli, com sua sociologia do cotidiano. Desse modo, estará composto o cenário introdutório para a aplicação dos conceitos weberianos de burocracia e carisma à trajetória política de Burity, bem como para a verificação do discurso midiático, no último capítulo, durante o processo cotidiano de construção da candidatura do líder carismático.

Vale ressaltar que neste tópico apenas pontuaremos a proposta metodológico-conceitual destes pensadores no tocante à questão da dominação, pois o desenvolvimento deste repertório será realizado no segundo tópico do presente capítulo.

Como se sabe, a proposta weberiana de estudo da dominação é estruturada metodologicamente segundo os “tipos ideais”, que seriam instrumentos analíticos de compreensão da sociedade desvinculados da interferência avaliativa do investigador. Assim, os tipos ideais de dominação, como o próprio nome revela, seriam arquétipos da realidade, não correspondendo a esta propriamente, na

medida em que se configuram como um recurso metodológico pautado em procedimentos racionais. Para compreender a dominação no cotidiano, Weber então procura visualizar a realidade por meio do modo mais puro de manifestação dos fenômenos.

Em relação à burocracia, Weber dimensiona o tipo ideal de formação desta estrutura associativa dos homens no mundo moderno para esclarecer o modelo de dominação baseado em ações racionais, estatutos legais e vínculos de competência, tanto no serviço público quanto no privado. Nesse caso, a burocracia é tomada por suas características mais gerais, metodologicamente estabelecidas, enquanto a realidade efetiva deste modo de dominação só pode ser compreendida por meio de casos especificamente estudados.

Paralelamente ao recurso típico-ideal, Maffesoli (1998) estabelece o conceito contemporâneo de formismo, baseado no estudo da forma empregado por Georg Simmel. Ainda que o tipo ideal e a forma possam se aproximar enquanto propostas que se voltam à compreensão da realidade social, elas se diferenciam no tocante à abstração que tecem acerca dos fenômenos. Explicaremos.

Como já dissemos, o tipo ideal se liga à realidade por meio da abstração, da formulação de conceitos prévios pelo pesquisador, enquanto o recurso à forma parte da própria realidade em sua dimensão simbólica, imagética, para compor uma descrição compreensiva dos fenômenos. Nesse sentido, essas entidades serão fonte de importância para nosso estudo, na medida em que investigamos a incursão de Burity na política por meio da burocracia, mas sem perder de vista a dimensão da realidade concreta e simbolicamente construída pelos meios de comunicação impressa de João Pessoa no período da candidatura do líder.

O “desencantamento do mundo” é sim um fato tangível a partir das transformações nas esferas sociais vivenciadas a partir da modernidade, mas não é possível deixar de perceber outras dimensões nos interstícios desse discurso racionalista, sobretudo quando nos direcionamos a analisar uma entidade de forte ressonância na vida contemporânea: como é o caso da dimensão comunicacional. Com isso, o formismo contempla de maneira eficaz nosso propósito de averiguar a construção do carisma no cotidiano dos jornais impressos em João Pessoa. É no formismo que encontramos respaldo para essa empreitada, na medida em que sublinhamos aspectos ligados ao cotidiano que, sem dúvida, não podem estar dissociados do “microcosmo individual” e coletivo, da aparência que delineia os

fenômenos da vida cotidiana. Em contraposição ao racionalismo que unifica as esferas sociais sob um único denominador, o formismo abre o leque de possibilidades na medida em que se projeta a cada caso especificamente, liberto de abstrações e sem uma fórmula prévia.

1.2 Instituição do estado e burocracia

Nesse momento, já alimentados do repertório teórico discutido no tópico anterior, teremos condições de adentrar em aspectos mais específicos do desenvolvimento da vida pública matizada pela emergência do Estado e pela lógica burocrática. Aqui, faz-se importante discutirmos, em linhas gerais, o surgimento do Estado moderno em sua envergadura racionalista, sem perder de vista as entrelinhas dessa lógica racional depreendida pela sociologia clássica. Com isso queremos dizer que buscamos compreender o surgimento do serviço público burocrático levando em consideração não apenas aspectos ligados à razão, mas, sobretudo, à dimensão imaginária, à esfera do sensível, que não podem deixar de ser percebidas quando pensamos no desenvolvimento do Estado e na alternância dos estadistas a partir da modernidade.

A lógica do poder no prisma estatal, ao longo do percurso histórico, passou por diversos matizes que pretendemos destacar em linhas gerais antes de buscarmos uma interpretação mais microfísica deste processo. Assim, a partir de agora buscaremos salientar aspectos relacionados à evolução desse modelo de liderança até alcançarmos efetivamente o momento em que se desenvolve o fenômeno da razão burocrática.

Pensamos inicialmente na questão de como se processou ao longo do tempo a força da dominação estatal na sociedade. Ora, se por um lado a institucionalização do poder e do domínio fundamenta e estabelece o paradigma da ordem, por outro lado não se pode deixar de perceber que esta entidade nasce também da força e da aceitação coletiva. Destacamos esse fator apenas para demonstrar a princípio a ambivalência que está por trás de todo e qualquer elemento de dominação, pelo menos a partir do tempo social moderno.

Embora o poder seja o amálgama da vida política, tal interação passa por inúmeras configurações historicamente.

A compreensão do poder, em sua ligação com a política, durante muito tempo esteve relacionada ao problema do Estado e dos partidos políticos, hoje essa discussão é perpassada por novas configurações, sobretudo quando pensamos nas novas estruturas que interceptam a lógica da dominação política no mundo contemporâneo, a exemplo dos embates discursivos construídos pelos meios de comunicação em nome de uma suposta corrida “democrática”.

Acreditamos que o sentido mais genuíno da palavra democracia, no plano da atividade política, só vai ser encontrado mesmo em uma visita à Grécia antiga. Os próprios homens da *pólis* cunharam o termo política. Mas qual seria o significado da política para os primeiros gregos? Ora, era esta que estabelecia as relações entre os indivíduos no dia a dia. A política era uma espécie de bem maior para os homens e conferia motivo às suas ações.

Na Grécia, a política se movimentava no espaço público e pela coletividade efetivamente. Diferente do que vemos despontar nos tempos posteriores a essa origem. Assim como acontece com o poder no espaço contemporâneo, a política grega demarcava espaço em todas as esferas da vida social. Além de ser exercida por meio de uma motivação pedagógica, onde os cidadãos aprendiam e discutiam sobre as questões relacionadas ao seu cotidiano, de forma participativa, a política na Grécia antiga fazia brotar, do comportamento individual, um modelo, uma referência, para o comportamento coletivo. (MAAR, 1982).

Com o passar do tempo, essa base ética no quadrante da política vai se perdendo, cedendo espaço a novas estratégias de organização da vida política.

Nesse sentido, com o advento da Idade Média, o poder político se fragmenta, e passa a ser exercido e controlado por poucos. Desse modo, de um lado tem-se a nobreza, que era a detentora oficial da dominação política, do outro as instâncias do clero, da religião, que tinha a seu favor a ideologia da época, a religiosidade marcante na vida cotidiana.

Com as transformações econômicas, culturais, aguçadas no universo social no início da Idade Moderna, trazendo novidades para as diferentes linhas de ação social, a atividade política, no âmbito do Estado, assume também uma feição atualizada, apta a buscar uma convergência com os novos mecanismos de organização da vida social.

A partir do século XVI, toma fôlego na Europa uma completa mudança nos termos da autoridade política, conferindo espaço para o surgimento do que se

convencionou chamar de absolutismo. Essa representa uma forma completamente nova de exercício do poder político. Em reflexão acerca da obra *O príncipe*, de Maquiavel, Maar (1982, p. 37) destaca a importância de se pensar na distinção entre governo e Estado, vejamos:

O governo é o agente da atividade política de um Estado. (...) Para ser governo, é preciso se subordinar à lógica própria da atividade do Estado, em todos os seus detalhes. Porque depende dela. Através do seu agente, a atividade política do Estado realiza-se concretamente, pelo exercício do poder do governo. O acesso à atividade política, portanto, depende da capacidade de se tornar agente.

Com essas considerações, percebe-se que o homem político necessita das esferas do poder para exercitar sua ação nesse quadrante. Desse modo, será o homem que faz a política ou esta que forma o líder?

Em Maquiavel, absorvemos muitas lições acerca do comportamento do agente político, ensinamentos estes que podem muito bem ser aplicados em estudos contemporâneos. Segundo Maar (1982, p. 39), “O príncipe de Maquiavel não é nem bom, nem mau, ele é virtuoso quando executa com eficiência seu papel político, quando desempenha eficazmente o poder do Estado (...)”.

Nesse sentido, essa postura virtuosa associada ao agente político parece ser fruto de um trabalho árduo e de uma observação sistemática por parte do dominador, algo capaz de conferir significado à prática da política no cotidiano e legitimidade aos diferentes tipos de dominação.

Desde os primórdios da vida em sociedade, a coletividade sempre sentiu a necessidade de delegar poderes a determinados indivíduos, tanto para garantir a segurança, como para assegurar as bases de uma organização da vida social capaz de ordenar os direitos e os deveres dos cidadãos. É talvez no período absolutista e nos desdobramentos posteriores da dominação política, na dimensão do Estado chamado racional, que vemos essa necessidade cada vez mais consolidada.

O absolutismo – essa primeira forma de revelação do Estado moderno – é acompanhado por uma estratégia de dominação que centra o poder na figura do príncipe, do soberano. Essa personificação do poder político foi, de certa forma, um divisor de águas na estrutura de poder que até então se verificava no cotidiano da sociedade. Essa centralização passaria a ser questionada por alguns segmentos

sociais e por pensadores políticos da época.

É na obra de Thomas Hobbes que o exercício de poder do príncipe ganha uma força ilimitada. Para o pensador, o egoísmo seria uma característica própria da natureza humana, levando os homens, muitas vezes, a se voltarem uns contra os outros, por isso seria importante a figura de um Estado forte e centralizado capaz de por fim aos conflitos. Surge então a imagem do grande Leviatã que supostamente teria condições de zelar pela paz e pela segurança da coletividade, uma vez que o estado de natureza dos homens seria mediado por um contrato social que conferisse plenos poderes ao príncipe.

No caso de Rousseau, há uma defesa da busca pela liberdade humana, mesmo sendo o ideal de soberania absoluta uma máxima em seu pensamento. O filósofo suíço buscava sugerir que houvesse um equilíbrio de forças entre a natureza humana livre e o poder estatal. Desse modo, a liberdade do cidadão, preconizada por Rousseau, deveria sempre e em quaisquer circunstâncias ser mediada pela força do Estado. Essa ideologia, parcialmente liberal, que fomentava a liberdade individual, mas que sustentava um estado forte e centralizador, serviu aos interesses da classe burguesa que emergia em fins do século XVIII, e que inaugura uma nova versão do Estado dito moderno. Porém, com a passagem ao século XIX, esse pensamento não mais atendia aos ideais da burguesia, uma vez que, além do poder econômico, essa nova classe aspirava ao domínio do poder político. (LEBRUN, 1984).

É em Locke que vemos brotar uma crítica ao Estado absolutista, aos privilégios da aristocracia remanescente, de modo a conferir respaldo ideológico ao Estado liberal que gradativamente se formava, legitimado pela forma de domínio legal-racional, baseada na força das normas.

Com o avanço do capitalismo, a burguesia, como já dissemos, se direciona à busca pelo domínio político. E, nesse sentido, não faltou reforço ideológico para essa ambição.

O liberalismo político, sustentáculo do Estado racional, trazia como subterfúgio a defesa do cidadão-indivíduo contra as intempéries e os abusos do poder. Mas de que indivíduo estamos falando? Como podemos perceber:

A liberdade reivindicada pelo liberal não é a austera liberdade do Cidadão rousseauísta, *mediatizada pelo Estado*; é a preservação de

minha esfera privada contra as *ingerências do poder*. Não é uma liberdade individual metafísica que interessa ao liberal, mas a independência da sociedade civil, considerada como uma pessoa adulta e racional. (LEBRUN, 1984, p. 77, grifo do autor).

Vemos então, nesse percurso temporal, que o poder na sociedade sofre inúmeras mutações e se adapta às diversas demandas emergentes. Com a chegada do capitalismo no ocidente e com a emergência da classe burguesa, uma nova forma de dominação tende a se revelar. Com isso, novas ideologias são colocadas em pauta.

A partir do século XIX, a ideologia da razão acima de tudo servirá como suporte para a atividade econômica em crescente desenvolvimento, bem como para o exercício político renovado: dito racional.

Nesse sentido, é possível verificar que o poder estatal passa por mudanças significativas, convertendo-se em uma estrutura de constante manipulação social. Mesmo se considerando civilizado, racional, livre das interferências indomáveis dos fenômenos naturais em seu cotidiano, o homem moderno é cada vez mais tragado pelo próprio feitiço, conduzido aos portais obscuros do discurso burocrático.

Contudo, não se pode encerrar as discussões sobre a lógica moderna de domínio estatal nesse paradigma meramente racionalista, pois, em paralelo a tal ideologia, o Estado é formado por homens, particularizados por sua vida cotidiana, por suas ações no cotidiano e por suas relações com a coletividade. Por isso, propomos nesse momento uma revisão do referencial conceitual de Max Weber e de Michel Maffesoli acerca desse *modus operandi* da burocracia no Estado moderno e contemporâneo.

Assim como a primeira forma de instituição do Estado moderno foi acompanhada por reflexões teóricas de natureza diversa, a consolidação racional desse estado foi investigada passo a passo pelos clássicos da sociologia, a exemplo de Marx e Weber. Obviamente que cada um deles com visões específicas acerca desse objeto.

Com a sociologia do estado weberiana nos deparamos com uma maneira bastante descritiva de compreender os ares do mundo moderno. Weber procura precisamente demonstrar que o surgimento do Estado moderno racional teve muito a ver com o desenvolvimento do capitalismo no ocidente, acompanhado pelo surgimento da classe burguesa, na medida em que esse Estado fomentava as

aspirações econômicas da nova classe por meio dos chamados estados nacionais. (WEBER, 1999b).

Os estados nacionais emergentes, segundo Weber (1999b), cada vez mais estavam embasados em uma ética racionalista, em afinidade com a ascensão do serviço público especializado e com a estruturação normativo-racional do direito.

Para chegar a essas conclusões sobre o Estado moderno no ocidente, o pensador alemão faz uma retomada histórica acerca do modelo administrativo no oriente.

Em observação sistemática do mecanismo estatal no oriente, Weber demonstra haver uma aura mágica orientando as ações políticas dos indivíduos no mundo. Assim nasceria, em comparação ao ocidente, a perspectiva racionalista de sua interpretação, que tem como foco o problema do desencantamento do mundo ocidental a partir da modernidade. Como podemos perceber na citação abaixo, o funcionário chinês, o chamado “mandarim”, longe estava de ser comparado ao típico funcionário do serviço público ocidental, pois,

O mandarim é, em primeiro lugar, um literato de formação humanística que possui uma prebenda, mas não está nada preparado para funções administrativas e nada entende de jurisprudência, sendo, sobretudo, um calígrafo que sabe fazer poesias, conhece a literatura chinesa milenar e sabe interpretá-la. (WEBER, 1999b, p. 517).

Diferentemente desse funcionário não-especializado do oriente, Weber observa ser uma máxima para a configuração ocidental o típico funcionário detentor de conhecimentos específicos relacionados à administração pública, conhecimentos calculados e lógicos capazes de assegurar a ideologia da competência no trato com as questões públicas e do Estado.

Para ser reconhecido no quadrante da burocracia política do ocidente, o funcionário precisaria então conhecer as normas que regem o serviço, a legalidade de suas ações, isto é, atuar de modo a fortalecer a objetividade.

Esse domínio do funcionalismo se reflete no próprio “cotidiano da administração”, por meio dos recursos de que dispõe para o exercício do poder. Esse seria então o ápice do domínio burocrático estabelecido a partir do Estado moderno e que se diferencia das formas pré-modernas de dominação.

Em todas as narrativas acerca da modernidade, encontramos a ideologia do

progresso. Uma busca de compreender o campo social por meio das conquistas e transformações, quer seja no cenário econômico, quer seja na esfera política. Em Weber, esse progresso é observado, lógico que segundo propósitos críticos, a partir das afinidades existentes entre o desenvolvimento do capitalismo e o surgimento da máquina burocrática.

A legitimidade do poder da burocracia a partir da modernidade encontraria dois pilares de sustentação: 1) na relação sociedade-quadro administrativo; 2) na relação funcionários do serviço público-membros superiores da estrutura de dominação hierárquica.

No primeiro caso, a legitimidade é assegurada em razão da legalidade do mandato, da ideologia de que por meio da formação individual, da competência adquirida, dos estatutos racionais seria possível o perfeito cumprimento do dever.

No segundo ponto, há uma legitimidade da dominação calcada no “interesse pessoal” do funcionário, em critérios materiais e honoríficos de recompensa. Assim, a lealdade ao superior seria motivada tanto pelo retorno material como pela honra do funcionário.

Como podemos perceber, na sociologia weberiana não há qualquer via de fuga para o agente. Os indivíduos estariam, pois, aprisionados nessa “jaula de ferro” do exercício burocrático em todas as esferas da vida social. Não haveria, nessa perspectiva, espaço algum para reflexos mágicos nas ações dos homens no cotidiano. Ao nosso ver, Weber centra suas análises no organismo institucional e na indiferenciação desses homens que exercem o domínio, diferentemente de Michel Maffesoli que consegue sugerir, a partir da vida cotidiana, uma saída dessas amarras institucionais.

É certo que as contribuições weberianas têm muito a nos ensinar, mas será que quando pensamos nas transformações da vida social, nas particularidades das ações individuais até os dias de hoje, podemos ainda aplicar essa fórmula a todos os casos? Por isso nossa intenção em propor uma releitura dessas fórmulas arraigadas da ciência sociológica clássica. Faremos isso por meio de um diálogo com as colaborações de Maffesoli, sobretudo porque centramos nossa observação no cotidiano de um líder político – Tarcísio Burity – que envereda no poder através da burocracia, mas que o faz segundo um plano específico, peculiar ao seu propósito individual, uma carreira cotidiana e paulatinamente construída, como será demonstrado no capítulo 2.

Referência na tarefa de investigar e compreender a dimensão da vida cotidiana, o sociólogo francês Michel Maffesoli oferece-nos uma nova maneira de pensar a sociedade a partir das trocas simbólicas contemporâneas, questionando muito do que foi elaborado nos anais do pensamento social clássico.

Maffesoli procura pensar o cotidiano como um estilo e não como mais um objeto da ciência sociológica. Assim, para o pensador, seria condição-chave compreender a vida cotidiana como um todo complexo, liberto das orientações do racionalismo.

É preciso salientar que o pensamento de Maffesoli, de modo algum, se contrapõe às reflexões weberianas sobre a sociedade, na medida em que, como dissemos, Weber procura compreender a dimensão institucional das relações humanas, enquanto Maffesoli, no âmago de um tempo contemporâneo, procura ver, nos interstícios dessa lógica macro, um espaço para o desenvolvimento de uma razão sensível, marcada pela relação entre os indivíduos, pela razão comunitária, causa formante das socialidades e do imaginário social.

Por isso, nada mais apropriado ao nosso estudo que estabelecer uma ponte entre essas reflexões para compreendermos como Burity demarca espaço na política pela vereda burocrática, como veremos no capítulo 2 desse trabalho, sem perdermos de vista que conduz sua carreira a partir de uma construção simbólica por meio das relações estabelecidas com os homens de poder, com a sociedade, que consensualmente aceita sua indicação ao cargo de governador.

Ora, a figura do burocrata, que ingressa no domínio estatal por meio da competência, da formação jurídica e da construção de um saber capaz de abrir espaço na esfera racional de poder, é também, antes de assumir essa forma, a figura do homem que se entrega a uma busca vocacional em seu cotidiano, a um voltar-se à coletividade em troca de aceitabilidade e legitimação de um domínio. Vejamos o que nos alerta Maffesoli (2001, p. 140) sobre essa questão:

A pulsão do poder, a libido dominandi que motiva os dirigentes e os teóricos revolucionários e políticos de todos os matizes pode apresentar um aspecto trivial e às vezes obscuro de anseio de pequena glória, de honras e de precedência, esse aspecto está sempre na esfera da autoridade.

Autoridade esta, cabe dizer, que se constrói, na maioria das vezes, na relação com o outro, na entrega mútua ao desejo de poder e de ordem.

A busca pessoal pelo poder é também uma forma formante do cotidiano social, pois é no jogo da aparência, nas trocas cotidianas e simbólicas entre os homens que a política se solidifica no imaginário da coletividade. Pensamos, sobre esse aspecto, que o monstro bíblico, que a figura do grande Leviatã, emprestada metaforicamente para compreendermos a formação e o desenvolvimento do Estado, nada mais é que o resultado de um contrato social, de um exercício coletivo de aceitação do poder. Isto implica dizer que, via de regra, a instituição estatal se faz também pela entrega cotidiana entre os homens.

No capítulo *Sociogênese do progresso e do serviço público*, presente no livro *A violência totalitária: ensaio de antropologia política* (2001), Maffesoli procura demonstrar que o desenvolvimento da estrutura tecnocrática de poder nas sociedades contemporâneas apresenta nuances diversas que dispensam a orientação explicativa meramente utilitarista e racionalista, abrindo espaço para a observação de outras dimensões da vida social.

Para refletir sobre essas questões, o pensador francês dá vazão a uma estratégia interpretativa centrada nos interstícios da razão burocrática. Com isso, Maffesoli leva-nos a enxergar além daquelas metanarrativas que olham para a sociedade sob um único prisma e que descartam “o caráter mágico ou religioso que assinala as origens da noção de progresso.” (MAFESSOLI, 2001, p. 152).

Quando indica um possível reencantamento do mundo, Maffesoli procura conferir espaço à dimensão paralela ao fenômeno da racionalização apontado por Weber. Assim, não há, nessa perspectiva, uma negação à proposta weberiana de compreensão do campo social pela via racionalista, apenas uma busca por entender as transformações sociais no âmago da esfera cotidiana de interação.

O progresso que acompanha a vida dos homens a partir da modernidade é percebido por Maffesoli sob um novo olhar, sob um paradigma que vem conferir espaço ao sensível e às forças do mito que também são formantes da natureza humana. Desse modo,

Reconhecer a relativização da noção de progresso, em particular por sua inserção numa estrutura, é reconhecer que pode haver outras estruturas que não pensam o tempo da mesma maneira. É reconhecer que pode haver sociedades cuja dominante face ao tempo é da ordem do esquema cíclico, é também reconhecer que pode haver, no seio de uma organização social dominada pela estrutura progressista, traços mais ou menos importantes do mito

cíclico. Os diversos rituais que impregnam nosso campo social, orientado no mais alto grau para o futuro, são quanto a isso instrutivos. (MAFFESOLI, 2001, p. 157).

A busca por demonstrar o lado mítico que também acompanha a noção de progresso vem complementar a lógica racional que se reflete como paradigma central quando pensamos nas diversas formas de organização social a partir do mundo moderno. Nesse sentido, em paralelo ao racionalismo burocrático, formador do lastro comportamental dos homens no trato com as questões públicas e estatais, tem-se um lado obscuro, talvez não perceptível a olho nu ou pelo menos até então não muito relevante para os quadros da macrosociologia. Convém explicarmos.

Ora, se por um lado a sociedade vivencia a formação de um novo modelo existencial que acompanha os passos do capitalismo e gera comportamentos previsíveis – como é o caso dos gerentes burocráticos engendrados pela noção de progresso – por outro lado o todo social é muito mais amplo do que se pensa e em todas as épocas é revestido por uma aura mítica que se revela no mundo vivido, na dimensão das trocas simbólicas e no imaginário social.

Com isso queremos destacar, por exemplo, a inextricável relação mítica do homem com as forças naturais, com as forças incontrolláveis que os levam, ao longo do tempo, às diferentes formas de organização social, baseadas, não podemos deixar de dizê-lo, na energia coletiva. Coletividade esta que, por razões que não cabe aqui discutir, foi fundamental para a formação do domínio político, da legitimação do Estado e por que não dizer da organização burocrática de poder.

Essas estruturas passaram então historicamente pelo crivo do consenso social, da razão coletiva que confere lugar às mais diversas formas de organização do social, disso fazendo parte, nos dias de hoje, a própria forma assumida pela dimensão política, que brota da coletividade e que para esta retorna não apenas pelo viés da coerção, mas também pela via imaginária. É preciso, dito isto, concordar com o pensamento de Maffesoli (2005, p. 23), uma vez que o político e a política nascem da relação com o “Outro” e que “Assim como a morte é necessária à vida, dando-lhe sentido e especificidade, o político é uma instância que, na sua acepção mais forte, determina a vida social, ou seja, limita-a, constrange-a e permite-lhe existir”.

1.3 *Ethos* da ação vocacional na política

Seguindo o mesmo caminho que nos conduziu até aqui, buscaremos pensar um pouco sobre a questão da vida política. Que motivação leva o homem a se dedicar à atividade política? Como os indivíduos que se dedicam à política orientam suas ações no cotidiano para alcançar esse tipo de poder?

Antes de refletirmos sobre essas indagações, vejamos inicialmente, se é que podemos fazê-lo em linhas gerais, as aproximações existentes entre os termos poder, potência e política e o lugar ocupado por cada uma dessas formas socialmente.

A potência seria *a priori*, em nosso entendimento, a força motriz que embasa a consolidação tanto do poder como da política. Sem a força potencial para se concretizarem, estas duas últimas estruturas sequer poderiam ser consideradas.

Pois bem, a potência se revela como a energia geradora e abstrata do poder e da política, que se tornam efetivos pela via da ação. A potência estaria então no plano das possibilidades de se exercer. E destacamos aqui uma primeira inquietação: será que a vocação política não estaria ocupando o lugar de potência, de algo latente prestes a se revelar por meio da ação prática?

No caso do poder, este se traduz, grosso modo, como sendo a capacidade de imposição da vontade sobre outros indivíduos. O olhar sobre o problema do poder acompanha os passos dos homens ao longo do processo histórico, sendo visto sob diversas perspectivas em tempos diferentes.

Na atualidade, a questão do poder ganha um *status* de grande ressonância nas ciências sociais e em áreas afins. Hoje, não seria apropriado procurar uma quantificação do fator poder junto à sociedade, pois, após as observações e estudos do pós-estruturalista Michel Foucault, sabe-se que esta entidade emerge de todas as partes do campo social. Cada indivíduo é detentor de poder e de influência no todo. Desse modo, o poder não é mais uma exclusividade do Estado, das instituições, mas, sobretudo, uma forma de usufruto da sociedade em sua complexidade.

Feitas essas observações, não trataremos de aprofundar essas questões, pois elas servem de objeto para outros estudos. Para efeito didático, trataremos a partir de agora da questão do poder em sua aproximação com a ação política, para adentrarmos precisamente no tema geral deste tópico.

Quando se pensa em poder político, grosso modo, somos tentados a conceber o poder que se manifesta nas instituições legitimadas historicamente, Estado, partidos, etc., mas a política, assim como o poder, é trabalho humano. Antes de qualquer relação externa, a busca brota no âmago de cada um que se sente apto a se dedicar a ações políticas. Com Weber (1983, p. 123), temos a seguinte consideração que achamos oportuno destacar:

A política é um esforço tenaz e enérgico para atravessar grossas vigas de madeira. (...) É perfeitamente exato dizer – e toda a experiência histórica o confirma – que não seria jamais atingido o possível, se não se houvesse tentado o impossível. Contudo, o homem capaz de semelhante esforço deve ser um chefe (...) no mais simples sentido da palavra. E mesmo os que não sejam nem uma coisa nem outra devem armar-se da força de alma que lhes permita vencer o naufrágio de todas as suas esperanças.

Ao largo dessa reflexão, sabemos muito bem que o que está por trás da prática política no cotidiano, muitas vezes, não faz jus a esse relato esperançoso. Contudo, para a proposta desse estudo, que não tem a intenção de observar o exercício do trabalho político do primeiro mandato de Burity, mas sim a construção prévia de sua candidatura, em consonância com essa lógica vocacional, o pensamento weberiano atende harmonicamente ao nosso propósito.

O tema da vocação é bastante recorrente nos escritos weberianos, a começar pelos estudos sobre a vocação para o trabalho e para o ascetismo calvinista capaz de estimular a empresa capitalista.

Já na dimensão da vocação política, Weber (1983) busca compreender o significado da prática política na conduta e no comportamento dos homens. Para tanto, dá início a suas reflexões destacando duas maneiras fundamentais de se fazer política: ou os agentes vivem “para” a política ou eles vivem “da” política. Esses dois motivos norteiam as discussões sobre a ética vocacional na política.

O homem que vive da política seria então aquele agente que vê nesta atividade meios de ascensão material e social. Enquanto o homem que se envolve efetivamente com a política, vivendo para ela, converte-a no sentido de sua existência, “seja porque encontra forma de gozo na simples posse do poder, seja porque o exercício dessa atividade lhe permite achar equilíbrio interno e exprimir valor pessoal, colocando-se a serviço de uma “causa” que dá significação a sua vida”. (WEBER, 1983, p. 65).

É bem possível que, para o exercício da política, causas e justificativas não hão de faltar nunca. Precisar essas causas com rigor é um trabalho que demanda tempo e precisão nas análises. Por hora, buscaremos entender as características principais da tendência à vocação política que serão relevantes para nossas análises no terceiro capítulo deste trabalho.

Que qualidades o “profissional” da política deve abarcar para se aproximar de um exercício vocacional da atividade?

Especificamente, Weber (1983) ressalta três modalidades de condutas determinantes da ação vocacional na política: a paixão, o sentimento de responsabilidade e o senso de proporção.

Na esfera da paixão, o chefe político necessita conduzir suas ações de maneira devota e voltada a atingir propósitos ligados ao bem comum. Já na dimensão do senso de proporção é importante desenvolver habilidades de recolhimento e de reflexão ante os problemas políticos que surgirem.

Dos três fatores destacados, o que mais nos interessa aqui, pois se liga diretamente à entrega vocacional ao trabalho político, é o sentimento de responsabilidade do líder, que integra as discussões sobre a relação entre a ética e a política.

Não somos ingênuos a ponto de não saber que na precedência desse sentimento de responsabilidade encontra-se a volúpia do desejo pelo poder. Desejo este que dá fundamento a muitas vidas que se empenham no envolvimento com a política.

A responsabilidade de que nos fala Weber está inextricavelmente vinculada aos princípios éticos, ao tênue equilíbrio de forças entre sucesso e convicção, uma vez que o homem que se envolve com a política passa a ser interceptado pela seta da conduta ética durante todo o período de dedicação ao trabalho. Se a considera importante para guiar suas ações ou não é conteúdo para uma outra discussão.

Essa ética da responsabilidade pode inclusive ser fator determinante na conduta do trabalho ligado à política no cotidiano de um líder governista, de um líder partidário, de um homem carismático ou mesmo no trabalho de um funcionário político especializado. Todos esses agentes têm fins a atingir cotidianamente e guiarão suas ações de modo a alcançá-los quer sendo compelidos por atitudes éticas quer andando na contramão destes princípios.

A vocação em Weber associa-se ao trabalho sistemático e à condução da

própria vida em direção ao cumprimento desse trabalho com finalidades específicas.

O próprio Weber revela a dimensão extra-cotidiana da entrega ao trabalho político, da veneração às lideranças que se empenham integralmente no cumprimento satisfatório de suas tarefas. Nas palavras do autor,

A consciência de influir sobre outros seres humanos, o sentimento de participar do poder e, sobretudo, a consciência de figurar entre os que detêm nas mãos um elemento importante da história que se constrói podem elevar o político profissional, mesmo o que só ocupa modesta posição, acima da banalidade da vida cotidiana. (WEBER, 1983, p. 105).

Desse modo, vemos que mesmo nascendo no cotidiano, a vocação para a política é capaz de produzir mitos, que ascendem a cargos de dirigência por meio de suas ações no cotidiano, pela construção de uma carreira, pela conduta virtuosa, pelos passos cadenciados em direção a fins específicos. Essa discussão será retomada no capítulo 2, quando discutiremos, a partir de demonstrações factuais, sobre a condução da vida política de Tarcísio Burity.

Pensando na questão de que a política encontra nascedouro no cotidiano e a este retorna, tanto pela via da ação como pelos caminhos da construção simbólica, recorreremos a uma reflexão sobre a “forma” política, por assim dizer, nos estudos de Maffesoli em sua obra *Transfiguração do político* (2005).

Não menos importantes que as contribuições weberianas, são as percepções de Maffesoli acerca da política e do político como formas constitutivas do cotidiano, noção esta de ampla importância para nossas análises no último capítulo.

Essa visão confere complemento à contribuição weberiana que pensa a política sob o aspecto vocacional. Dizemos isto, pois, na medida em que o *ethos* **vocacional** encontra ponto de partida na responsabilidade, na convicção do agente político individualmente, a reflexão formista vem abrir espaço para o paradigma “**imaginal** do político”, enquanto membro integralmente ligado ao corpo da coletividade. Segundo Maffesoli (2005, p. 24), “Existe portanto uma força, em muitos aspectos imaterial, direi *imaginal*, que funda o político, serve-lhe de garantia e de legitimação ao longo das histórias humanas”.

Como sabemos, a política se apresenta no cotidiano a partir da relação entre os homens, e o substrato dessa relação só pode ser compreendido em cada caso especificamente. Porém, o que deve ser entendido é que a vocação se descortina

na relação cotidiana do líder político com a coletividade. A partir do momento que se delega poder ao líder, algo manifesto desde as primeiras formas de organização social, esse tem uma missão, um trabalho em prol da sociedade a realizar. É para esse aspecto que Maffesoli quer fazer despertar nossa percepção. Quando enfatiza essa “força imaginal” que integra o político à comunidade, ele quer ressaltar que essa ligação é capaz de fazer reavivar o fôlego da sociedade, dependendo certamente das ações pessoais de cada homem político.

Antes mesmo do domínio racional da estrutura burocrática se estabelecer, a relação entre o político e a coletividade é perpassada por muitas outras dimensões. Uma delas, sobremaneira necessária à legitimação, é a esfera do sagrado. Não é nada anacrônico tratar dessa relação no mundo contemporâneo, onde o simbolismo se reproduz cotidianamente nos diversos campos sociais. Por isso, com Maffesoli,

Vale precisar imediatamente que o campo do sagrado domina igualmente os depositários do poder, que não podem dele dispor, mas devem exercê-lo enquanto marionetes de forças que os ultrapassam. O olhar atento revela que tal fatalidade pesa sobre todas as formas de poder. Quem assume um poder se transforma, tornando-se Outro para os outros, porque participa, mais ou menos, querendo ou não, da órbita do sagrado. (MAFFESOLI, 2005, p. 31).

Essa constatação pode muito bem ser aplicada à entidade carismática de dominação, mas, como nos mostra Maffesoli, ocupa também espaço nas diversas formas de poder.

No carisma, essa dimensão do sagrado transforma o líder aos olhos da coletividade muito antes de ele alcançar o poder político efetivamente. Isso se revela na própria condução da vida, nas ações cotidianas, na formação pessoal, na virtuosidade, que espelham a aptidão para o cargo almejado.

Certo é que nos dias de hoje a política perdeu a centralidade que detinha em tempos remotos. Contudo, sua importância para a sociedade ainda continua viva, obviamente que com novos mecanismos de reprodução e representação. O que não se pode negar é que, mesmo sob um aspecto fragmentado, dissolvido em diversas instâncias e instituições, reflexos próprios do mundo contemporâneo, a esfera do político ainda conserva sua aura mística, que aflora do cotidiano para uma extensão extra-trivial, mas que retorna a esta trivialidade, quer seja pelas ações e infrações do corpo político, publicizadas pela mídia, quer seja pelas identidades elaboradas para

definir os sujeitos políticos ou mesmo pela influência que os temas políticos ainda exercem junto à opinião pública.

Essa configuração da política no universo contemporâneo ou, como demonstra Mafessoli, essa “transfiguração” da política é bastante esclarecedora para nós, sobretudo para pensar nessa nova forma assumida pelo organismo político. Agora perguntamos: a feição transfigurada da política não seria um retorno às origens comunitárias que fundamentavam a existência do político, mesmo após todos os processos que conduziram à institucionalização do poder?

Contemporaneamente, a vocação para a política não mais está centrada na figura do político, da responsabilidade pessoal pelas questões públicas, mas, sobretudo, na condução dessas lideranças ao poder, pautada na escolha coletiva, na responsabilidade também aferida a cada cidadão, na relação imaginária entre os sujeitos e as estratégias discursivas efluentes dos meios de comunicação social.

Capítulo II – O cotidiano da política na Paraíba da década de 1970

Explicar a natureza por sua natureza própria e expô-la como ela é.
(Heráclito)

2.1 Eleições na Paraíba na década de 70

Como nosso estudo se pauta em uma investigação acerca do cotidiano da política no jornalismo paraibano, em um período específico da década de 70, faz-se importante estudarmos previamente como se estruturava o processo eleitoral na época histórica em questão.

Para abordarmos as eleições na Paraíba na década em estudo, precisamos voltar um pouco no tempo e ajustar os ponteiros para uma viagem ao ano de 1964: período que demarca o início do regime militar no Brasil e que deflagra grandes mudanças no modelo eleitoral vivenciado pelos estados e municípios do país até então.

Como se sabe, é a partir do golpe de 64 que os militares assumem o poder político no Brasil, passando a controlar os passos dados pelas lideranças políticas e pelas alternâncias dos dirigentes no poder. A consolidação do militarismo no país, e depois sua dissolução, influenciou sobremaneira as configurações da política, sobretudo no aspecto eleitoral, em todo o estado da Paraíba, pelo menos até os últimos anos da década de 70.

Após a instauração do regime militar, a Paraíba vivenciou ainda, no ano de 1965, uma última eleição direta para o governo do Estado. Após este período, instala-se o longo tempo de eleições indiretas no Brasil. As eleições governamentais de 65 foram disputadas de um lado pela aliança PSD-PTB, com os candidatos remanescentes do populismo – Rui Carneiro e Argemiro de Figueiredo – e do outro pelo esquema UDN-PDC – com a dupla João Agripino e Severino Cabral. (MELLO, 2007). Como foi dito, durante o apogeu do militarismo, o ano de 65 representou o momento último de eleições diretas.

Os Atos Institucionais nºs 2, 3 e 5 (AI2, AI3 e AI5) minaram, em fins de 60 e início da década de 70, a dinâmica político-eleitoral vivenciada na Paraíba e em todo o país. Já não se votava mais para os cargos centrais do poder. Além do estabelecimento de eleições indiretas, passa a haver uma mudança no sistema

partidário nacional. O pluripartidarismo, vivenciado após a redemocratização de 1945, é substituído pelo bipartidarismo. A política passa a ser controlada por poucos que se alternavam no processo eleitoral e, em geral, ligados ao oficialismo vigente. Com isso, os únicos partidos políticos que passam a vigorar, até meados de 70, no país, eram o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e a ARENA (Aliança Renovadora Nacional). (MELLO, 2007).

Ao se estabelecerem estas relações de poder na Paraíba, foram necessárias diversas lutas e militâncias políticas para restabelecer o fôlego da democracia extinta.

A resistência ao poder estabelecido ocorre a partir de 1974, quando a coligação entre governo e militares passa a ser questionada por grupos políticos da época e pela sociedade em geral. No plano das reivindicações em todo o país, o que estava em pauta era a restituição do partidarismo político plural, buscas por aberturas políticas e o retorno do processo de eleições diretas.

Na Paraíba não seria diferente. É nesse contexto que diversas mudanças políticas tomam vulto gradualmente. A abertura política lenta e gradativa em todo o país também foi vivenciada no Estado. Assim, em 1974, quando Ernesto Geisel assume a Presidência, em substituição ao General Médici, novas configurações no âmbito eleitoral passam a ocorrer vagarosamente.

É em 1978 que ocorrem as eleições diretas para o Senado Nacional, que conferiu a maioria dos votos a Humberto Lucena (candidato pelo MDB), e localmente, as eleições indiretas para o governo do Estado, com a indicação do governador Tarcísio de Miranda Burity (ARENA) ao seu primeiro mandato, em vigor de 1979 a 1982.

Mesmo durante o regime militar, a política paraibana segue com o curso das vinculações oligárquicas entre os candidatos a cargos políticos e membros do governo oficial. A herança do poder político controlado por poucos ainda se fazia presente na Paraíba.

De acordo com Mello (2007), durante a década de 70, quatro nomes passam pelo governo do Estado, a saber: 1) Ernani Aires Sátiro e Sousa (1971-1975); 2) Ivan Bichara Sobreira (1975-1978); 3) Dorgival Terceiro Neto (1978-1979); 4) Tarcísio de Miranda Burity (1979-1982).

O caso da trajetória e da candidatura de Burity é bastante peculiar, por isso nos dedicaremos a investigar a construção de sua identidade pelos meios de

comunicação impressa no período que antecede a eleição para o governo do Estado.

Faz-se premente, nesse momento, apontar algumas informações iniciais, recolhidas dos jornais, apenas para contextualizar os momentos de indicação e posterior eleição do governador Tarcísio Burity ao primeiro mandato. Vale salientar que aqui apresentaremos dados gerais recolhidos dos jornais em destaque, pois a análise pretendida por este estudo será desenvolvida no último capítulo desta dissertação.

Os ares de 78 foram marcados por um clima de constante inquietação no cenário político, sobretudo por representar um momento de possíveis mudanças no âmbito do processo eleitoral, tão esperado ao longo de treze anos de ditadura. Nesse contexto, insere-se a candidatura de Burity.

De acordo com o texto das edições dos jornais analisados, Tarcísio de Miranda Burity foi indicado ao governo do Estado da Paraíba pelo então Presidente da República – Ernesto Geisel, em 26 de abril de 1978 e, posteriormente, teve o nome homologado pela Convenção Regional da ARENA, em 04 de junho de 1978. Após isso, foi eleito governador pelo Colégio Eleitoral em 1º de setembro de 1978, assumindo o governo entre 15 de março de 1979 a 14 de maio de 1982.

Os jornais ainda relatam que havia esquemas internos dentro do partido ARENA para compor o quadro de dirigentes seguindo uma das seguintes composições: uma delas seria com Domiciano Gondim (senador biônico¹), Ivan Bichara Sobreira (senador diretas²), Antônio Mariz (governador); a outra com Domiciano Gondim (senador biônico), Antônio Mariz (senador diretas), Milton Cabral (governador).

Até então tudo bem. O problema é que no decorrer das discussões entre a cúpula da ARENA ocorrem diversas dissensões quanto ao nome que deveria ser efetivamente indicado para o cargo de governador. De um lado, Ivan Bichara defendia a candidatura de Milton Cabral, do outro extremo, Antônio Mariz estava sendo apoiado pelos ministros – e ex-governadores – João Agripino e Ernani Sátiro.

Porém, o jogo de interesses e de forças dentro da ARENA levantou a

¹Senadores eleitos, indiretamente, por Colégios Eleitorais. Os cargos biônicos asseguravam a preservação da ditadura e o controle dos estados pelo poder central brasileiro.

²Senadores eleitos por meio de eleições diretas.

possibilidade de um terceiro nome – ou *tertius*³ – que poderia ser um político, um técnico do serviço público ou um militar. Foram selecionados então três nomes para serem apreciados: Wilson Braga, Tarcísio Burity ou Linaldo Cavalcante. Um desses nomes deveria ser escolhido para que os conflitos internos do partido fossem sanados.

Assim, o então governador da Paraíba, Ivan Bichara Sobreira, e o presidente da ARENA regional foram convocados à Brasília para receberem o nome do sucessor ao governo do Estado. As opções eram então: Senador Milton Cabral, Deputado Antônio Mariz, ou o nome de um *tertius*. A decisão oficial assegurou a indicação do *tertius*, procedente do quadro burocrático, Tarcísio de Miranda Burity, que, segundo os líderes do poder, poderia unir a ARENA novamente. Burity à época era Secretário de Educação e Cultura do governo de Ivan Bichara Sobreira.

Após a indicação, seguiu-se a Convenção Regional da ARENA, que se reuniu em junho de 78, no Colégio Eleitoral, conferindo vitória para Burity. As eleições gerais ocorrem em setembro com a confirmação e eleição do candidato ao governo do Estado.

As eleições de 78 foram as últimas em que a escolha para governador era feita por meio do processo indireto. As eleições seguintes ocorreram no ano de 1982, quando os cidadãos brasileiros puderam votar de forma direta para governadores, senadores, deputados federal e estadual, prefeitos e vereadores, excetuando-se apenas a escolha do presidente da República, que ainda ocorria de forma indireta.

2.2 Partidos políticos na Paraíba até fins de 70

A contextualização temporal que propomos neste tópico intenta delimitar nosso estudo historicamente. Partimos do ano 1945, marco da redemocratização, até o ano 1982, para verificarmos as modificações partidárias ocorridas na Paraíba durante esse período. É importante perceber como o momento histórico marcado pela ditadura assolou completamente o dinamismo partidário egresso de 45. Assim como o final do militarismo representou vida nova aos partidos que foram extintos e possibilitou o surgimento de outras agremiações em todo o país.

³ Um terceiro candidato, ou seja, uma terceira via de força dentro do partido.

A dinâmica político-partidária na Paraíba, em geral, sempre esteve sob o domínio de lideranças políticas em diferentes épocas históricas. Essas lideranças exercem forte influência na política partidária paraibana que advêm delas os principais chefes políticos de 1945 até os dias atuais. (MELLO, 2007).

Após a queda do Estado Novo, que era um regime político anti-partidário, implantado em 1937 por Getúlio Vargas, os partidos políticos recompõem-se a partir de 1945 com a redemocratização do país. A Paraíba acompanha o ritmo. As eleições desse ano foram disputadas pela União Democrática Nacional (UDN), Partido Social Democrático (PSD), Partido Comunista do Brasil (PCB), Partido Popular Sindicalista (PPS) e Partido Democrata Cristão (PDC). (MELLO, 2007).

Os partidos de maior força então eram UDN e PSD. As eleições de 1945 conferiram maior espaço à UDN, que elegeu um total de dois senadores, sete deputados federais, o governador e a maior parte dos deputados estaduais. À época, o PSD era oposição na Paraíba e majoritário em nível nacional, elegendo o presidente da República Eurico Gaspar Dutra (1946-1951).

O PCB era liderado por João Santa Cruz de Oliveira em João Pessoa e por Félix Araújo em Campina Grande. O partido recorreu à candidatura de Luiz Carlos Prestes ao Senado Federal, em dezembro de 45. Prestes vence as eleições.

O PPS tinha a liderança de Epitácio Pessoa Cavalcante Sobrinho (Epitacinho), remanescente do queremismo⁴. O partido, em 1947, transforma-se em Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e, na década de 50, em Partido Social Progressista (PSP).

O PDC apresenta-se organizado em três fases na Paraíba. Segundo Mello (2007, p. 228), o partido era “católico nos anos quarenta, boêmio na década seguinte e populista de sessenta a sessenta e cinco”.

Após essa redemocratização e dinâmica partidária vivenciada em todo o país, a política na Paraíba é dominada pelas principais lideranças daquele momento, a saber: José Américo de Almeida, Argemiro de Figueiredo e Rui Carneiro.

Pertencente à UDN na Paraíba destaca-se José Américo de Almeida. A base de apoio social deste líder político estava composta por intelectuais, estudantes e funcionários públicos – representantes da classe média urbana.

Remanescente do velho coronelismo e também adepto da UDN, Argemiro de

⁴ Queremismo foi um movimento político, originado em 1945, em favor da permanência Getúlio Vargas na Presidência da República.

Figueiredo contava com o apoio dos grandes proprietários de terra, dos usineiros e dos altos comerciantes de algodão de Campina Grande. (MELLO, 2007).

Rui Carneiro emplacou o estilo populista e estruturou o PSD com o apoio de alguns coronéis da capital e do interior.

A política dos partidos na Paraíba sempre esteve associada ao estilo das lideranças supracitadas, de onde emergem os mais destacados líderes políticos desde o ano de 1945 até hoje. De acordo com Mello:

Da **classe média americista** advieram João Agripino, Antônio Mariz e Tarcísio Burity. Do **populismo carneirista**, Severino Cabral, Pedro Gondin, Wilson Braga, e de certa forma, Humberto Lucena. O **coronelismo** atuaria como grupo de pressão, dele provindo (...) o Grupo da Várzea, com alguma eficácia nos bastidores políticos dos anos Setenta. Já o ex-governador Ronaldo Cunha Lima é o que se denomina liderança híbrida: de origens argemiristas, cujo PTB integrou, como vereador em Campina Grande no início da carreira, possui lampejos populistas, embora a postura pessoal o aproxime da classe média. (MELLO, 2007, p. 228, grifo nosso).

A união de duas dessas lideranças levava a terceira à derrota. Como demonstra Mello (2007, pp. 228-229), formaram-se as seguintes alianças: “Argemiro e José Américo contra Rui em 1945 e 47, Rui e José Américo contra Argemiro em 1950 e Rui e Argemiro contra José Américo em 1958”

A configuração da política na Paraíba sempre esteve vinculada a modelos de lideranças oligárquicas que se alternam no poder. Os reflexos disso para a sociedade são dos mais nefastos possíveis, pois representa um embargo ao verdadeiro sentido da democracia. Em diversos momentos da política na Paraíba, o poder político une-se ao poder econômico para se perpetuarem na liderança dos partidos políticos e, conseqüentemente, dos cargos administrativos, alcançados nas batalhas eleitorais. Essas questões serão detalhadas no decorrer de nosso estudo. Por ora, continuaremos a discorrer sobre a dinâmica dos partidos políticos no estado da Paraíba até a década de 70.

Com o suicídio de Getúlio Vargas em 1954, o populismo perde força em todo o país. Com isso, toma fôlego o nacionalismo, favorecendo a UDN no estado da Paraíba. O jogo de forças entre UDN e PSD confere primazia ao primeiro. Contudo, em 1958, Jose Américo (UDN) disputa as últimas eleições de sua vida, sendo então derrotado pelo candidato ao senado Rui Carneiro (PSD).

A partir de 1965, o populismo revive na Paraíba. Momento de eleições

governamentais, em que se forma a aliança PSD-PTB e estrutura-se a chapa Rui Carneiro-Argemiro de Figueiredo, e a coligação UDN-PDC que levou às urnas os nomes da dupla João Agripino e Severino Cabral, que saiu com a vitória por quase três mil votos. Essas foram as últimas eleições em que disputaram os partidos estabelecidos após a redemocratização de 1945.

Após isso, com o AI2, acontece a extinção de todos os partidos políticos em vigor, quando foram criados o MDB e a ARENA, únicos durante o período da ditadura, de 1965 até fins da década de 70.

Com a implantação do AI3 ocorre o fim das eleições diretas. O presidente da República indicava os governadores, que eram aprovados ou não pelas Assembléias Legislativas.

Com o AI4, é delegado ao presidente da República poder para elaborar uma nova constituição (a de 67), o que enfraquece o legislativo e o judiciário.

O AI5 representaria o extremo das mudanças implantadas pelos militares. O presidente da República dispõe de superpoderes para perseguir as oposições, fechar o Congresso Nacional e cassar o mandato de vários líderes políticos.

Com essas modificações, o voto direto para presidente da República, governadores e prefeitos foi extinto. Naquele momento, as únicas eleições diretas mais expressivas eram realizadas para o senado federal. Mello (2007, p. 233) aponta que em 1974 “o MDB elegeu dezesseis senadores num total de vinte e duas cadeiras nacionais em disputa. Uma dessas resultou nas eleições da Paraíba”.

Quando Ernesto Geisel chega à presidência (1974-1979), começa a ocorrer uma abertura política gradativa em todo o país. Algumas mudanças na antiga estrutura de poder foram realizadas, porém ainda permanecia o bipartidarismo.

Em maio de 1978 acontecem as eleições indiretas para o governo do Estado da Paraíba. À época, o deputado Antônio Mariz, que esperava ser indicado ao governo pela ARENA, foi preterido pelo partido. O nome cotado para o cargo foi o de Tarcísio de Miranda Burity, que foi indicado e eleito em 1º de setembro de 1978.

Após estes acontecimentos, as eleições paraibanas de 1982 trouxeram desdobramentos bastante positivos. Abre espaço para a dinâmica dos partidos, com o estabelecimento do pluralismo. Do esquema UDN/PDC, que depois se converte em ARENA, surge então o Partido Democrático Social (PDS); do agrupamento entre PSD/PTB, que funda o MDB durante a ditadura, provém agora o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Nesse processo de reformulação

partidária, surge também o Partido dos Trabalhadores (PT), com a proposta de instituir o socialismo.

2.3 Lideranças políticas no estado da Paraíba

Na história política do estado da Paraíba, as lideranças em geral estiveram associadas a duas forças fundamentais: oligarquia e populismo.

Para compreendermos o cenário efetivo das vinculações entre poder e política no cotidiano da sociedade paraibana, precisaremos visitar algumas origens históricas para compor um quadro interpretativo mais completo.

O termo oligarquia, como já se sabe, significa governo de poucas pessoas. Isto é, uma autoridade que se centra nas mãos de grupos, que podem pertencer ao mesmo partido, família ou classe social. A oligarquia, no Brasil, estruturou-se essencialmente sob o arrimo da base familiar e dos proprietários de terra. “Suas raízes se encontram no Brasil-Colônia, com a força do núcleo familiar detentor de grandes extensões de terra e exercendo inúmeros cargos administrativos”. (FERREIRA, 1993, p. 18).

As lideranças oligárquicas dividem-se segundo as atividades econômicas exercidas pelos grupos: atividade açucareira, algodoeira, pecuária e cafeeira. Os grupos oligárquicos, embora se debatessem pelos conflitos relacionados a disputas pelo poder, sempre compartilhavam solidariedade entre eles para minarem quaisquer tentativas de organização de grupos opositores.

No Nordeste, há uma vinculação quase que intrínseca entre as oligarquias e as formações de partidos políticos. No decorrer do domínio oligárquico, grupos se revezam no controle da região e dos estados nordestinos.

As oligarquias podem ser divididas em duas vertentes, segundo Carone (1975 *apud* FERREIRA, 1993, p. 19):

As dos Estados mais adiantados cujas relações de produção, grupos e exigências são mais complexos, e cujos conflitos são amortecidos pelo mecanismo do partido dominante (...). [E as dos] Estados menos ricos – maioria – [onde] o controle do grupo ou da família é quase absoluto.

As lideranças oligárquicas, em diversos Estados do Nordeste, utilizavam os

mais diferenciados recursos para se perpetuarem no controle político, dentre eles estão: a corrupção eleitoral, o nepotismo e o empreguismo. Essas estratégias faziam malograr qualquer pensamento de oposição.

É na Primeira República (1889-1930) que o Brasil vivencia o apogeu das oligarquias, embora esse modelo de liderança, com novas configurações, ainda sobreviva até os dias de hoje.

É justamente no início do período republicano que as oligarquias ganham novo status – quando toma fôlego o conhecido **coronelismo**.

Com o advento da República, é conferido o direito ao voto aos indivíduos alfabetizados. Contudo, essa conquista não trouxe grandes mudanças, pois “os chefes políticos locais e regionais se mantiveram praticamente os mesmos e continuaram elegendo para as Câmaras, para as presidências dos Estados, para o Senado, seus parentes, seus aliados, seus apaniguados, seus protegidos”. (QUEIROZ, 1977 *apud* FERREIRA, 1993, p. 22).

No caso da Paraíba, esse modelo de liderança política manteve-se firme durante muito tempo. De acordo com Ferreira (1993), não houve alteração do cenário político no Estado, mesmo com a Proclamação da República, pois não se fundou um Partido Republicano. O poder era ocupado pelos membros dos Partidos mais antigos – o Partido Conservador e o Liberal.

O poder entre os coronéis era mensurado segundo alguns critérios básicos: vínculos de parentela, alianças, votos disponíveis e bens materiais. Atendendo a esses fatores, o coronel passa a barganhar os votos para sustentar as disputas pelo poder político. Essa barganha, que resulta nos votos de cabresto, assegura a conquista do poder pelos coronéis em troca de benesses.

Embora as relações do coronelismo com a política sejam marcantes, é preciso concordar com Santana (1990, p. 98) quando ela ressalta que “o estudo do coronelismo (...) não envolve unicamente aspectos políticos de dominação, mas abrange inúmeras implicações ao longo do processo histórico no qual se forma a sociedade brasileira”.

As relações culturais entre os indivíduos desde os primórdios da ocupação nordestina, por exemplo, contribuíram sobremaneira para as características imanentes às relações econômicas e políticas que se firmaram ao longo do processo de formação da sociedade no Nordeste. Nesse sentido, Santana (1990, pp. 106-107) registra que, ao se estudar a organização do Nordeste, vê-se:

que no Agreste e Sertão nordestinos, desde os primórdios de sua ocupação, predominam relações não escravistas de produção, fundamentadas na dominação pessoal, no compadrio, na dependência direta do trabalhador ao fazendeiro, permitindo que o coronelismo se instaurasse mais facilmente e com maior consolidação que na área do Litoral e da Mata.

Além dessas relações produtivas entre os coronéis e os trabalhadores das fazendas, havia diversas outras formas de preservação das bases do poder político. Uma delas era mantida pelos vínculos de parentela. Nesse modelo de dominação,

a autoridade do coronel se efetiva pela liderança por ele exercida junto ao poder estatal, carreando benefícios e obras públicas para o seu reduto (...). Neste sistema, vários membros da hierarquia familiar, unidos num mesmo batalhão, exprimiam a solidariedade existente entre os componentes. (SANTANA, 1990, p. 107).

O coronel estava no topo da hierarquia político-social, pois era ele quem detinha maior poderio econômico em relação aos demais membros desse quadrante oligárquico. Por meio dessas relações, apoiavam-se os aliados e perseguiram-se violentamente os adversários.

Como já dissemos anteriormente, a Paraíba vivencia duas fases mais destacadas no âmbito das lideranças políticas: a oligarquia dos coronéis e o populismo. Além desses tipos de dominação política, vemos ascender a rede burocrática de poder, que será detalhada no último tópico deste capítulo, haja vista ser o foco principal de nosso estudo.

No decorrer do tempo, as vinculações oligárquicas sofrem algumas modificações tênues, mas a essência e os desdobramentos desse modelo de dominação permanecem os mesmos. Embora o coronelismo tenha grande destaque no período da Primeira República brasileira, como dito acima, esse modelo de liderança permanece forte nas décadas posteriores àquele momento histórico.

O poder oligárquico na Primeira República (1889-1930) no estado da Paraíba está representado por três grupos políticos: os Venancistas (Venâncio Neiva), os Alvaristas (Álvaro Machado) e os Epitacistas (Epitácio Pessoa). Estabelece-se uma verdadeira política de parentela no Estado, com contratação de determinadas pessoas ligadas aos “chefes políticos” para os cargos administrativos. (FERREIRA, 1993). É dessas variantes mais iniciais da representação oligárquica que vão emergir novos nomes de grupos apresentando praticamente o mesmo modelo de

dominação no estado da Paraíba.

Após esse primeiro modelo de lideranças, vemos despontar no cenário paraibano outros nomes, a partir do ano de 1945, que também influenciam sobremaneira o processo político paraibano, como já dissemos: Argemiro de Figueiredo, José Américo e Rui Carneiro. A partir de 45, passam a fazer parte dos embates políticos os representantes do **velho coronelismo**, membros da **classe média** urbana e grupos **populistas**.

A representatividade populista ganha fôlego no país a partir da década de 30 para 40, pois é quando se vivencia um crescimento da industrialização, do proletariado e das lutas sociais. Com esse panorama nacional, surge então a necessidade dos grupos políticos procurarem se legitimar no poder a partir de uma proximidade da classe trabalhadora e dos interesses dessa última.

Remanescentes do velho coronelismo e representantes do populismo passam então a compor os quadros do pluripartidarismo em vigor no país com a deposição de Vargas, em 1945.

Embora o coronelismo ainda exista assumindo novas feições, a onda populista é marcante em todo o país. Ao lado do populismo entra em cena o nacionalismo a partir de 1950. Obviamente que essas mudanças na configuração ideológica da nação influenciam os rumos da política em todo o país. E não seria diferente no Nordeste.

A partir de então, abre-se espaço para a influência política da classe média das cidades na Paraíba, motivada pelas novas possibilidades de desenvolvimento e industrialização.

Antes da instauração do militarismo no país, o populismo na Paraíba estava representado pela aliança entre PSD-PTB, que “marchou para as urnas com a chapa Rui Carneiro-Argemiro de Figueiredo”. (MELLO, 2007, p. 232). Já o esquema UDN-PDC foi às urnas com a dupla João Agripino-Severino Cabral. O ano de 1965 representou então a última eleição para governo do Estado antes da implantação do regime militar.

Com a implantação do militarismo, as lideranças políticas na Paraíba tiveram que se reorganizar entre vinculação com o partido oficial (ARENA) ou com o partido opositor (MDB). De acordo com Mello (2007, pp. 232-233):

A resistência ao domínio do esquema governamental-militar

princípios em 1974, com a valorização das eleições para o Senado – únicas diretas de maior expressão que restavam. Nesse ano, o MDB elegeu dezesseis senadores num total de vinte e duas cadeiras nacionais em disputa. Uma dessas resultou das eleições na Paraíba.

Os embates entre ARENA e MDB eram frequentes tanto quando se tratava de eleições para o Senado Federal (únicas diretas em boa parte do Regime) como quando eram indiretas (demais representatividades).

Esses posicionamentos não são estranhos para a sociedade, mesmo em períodos de pluripartidarismo, pois é bastante comum no cotidiano da política que as lideranças alternem espaço de poder, de força, de partido, buscando atender primeiramente os próprios interesses. A Paraíba representa efetivamente esse quadro ao longo de sua história política, desde a oligarquia dos coronéis, chegando ao populismo e militarismo, os líderes governistas lutam pelo poder ou aliam-se para conquistá-lo.

Em geral, alguns nomes são eleitos como representantes em um dado momento e retornam com todo o vigor em outro período da história política paraibana, quer sejam como líderes novamente, quer sejam como força de apoio a novos representantes.

No tópico seguinte, passaremos a uma discussão sobre as relações entre política e sociedade na Paraíba dos idos de 70. Assim, buscaremos ressaltar aspectos da vida cotidiana no Estado nos anos próximos à eleição de Tarcísio de Miranda Burity.

2.4 Política, cotidiano e sociedade paraibana nos idos de 70

Em geral, o cotidiano da política vincula-se intimamente ao cotidiano social e econômico em um dado momento histórico. Nesse sentido, torna-se conveniente verificarmos os problemas sócio-políticos e econômicos enfrentados pela sociedade paraibana no período em análise.

As problemáticas socioeconômicas na Paraíba, ao longo do tempo, seguem o curso vivenciado também por todo o quadrante nordestino. Desde 1930 que se podem verificar diversas singularidades na economia paraibana. Da estrutura agropecuária estabelecida nos anos 30 e 40, chegamos à década de 50 com um

esquema embrionário de industrialização que, por ser precário, voltava-se ainda para o mercado interno. Desse modo, ainda eram bastante insuficientes a geração e a acumulação de renda.

A transformação do cotidiano econômico viria a ganhar vulto nos anos sessenta, setenta e oitenta, quando a Paraíba, assim como o Nordeste como um todo, começa a entrar na pauta dos recursos públicos e dos investimentos de outras regiões do país. Com isso, a Paraíba recebe:

Poderosa estrutura de serviços de água, luz, esgotos, estradas e telefonia, bem como a assimilação das propostas industrializantes da SUDENE. Como sua congênere nordestina, de que é parte, a economia paraibana inseriu-se em um modelo de internacionalização do capital, por meio do qual transformou-se em *economia complementar* do centro-sul, sede, por sua vez, das matrizes de capitalismo transnacional. (MELLO, 2007, p. 239, grifo do autor).

Os problemas reais que se vivenciavam no Nordeste talvez fossem o maior entrave ao crescimento desorientado procurado pelos órgãos centrais do poder político. São pontos que não podem deixar de ser elencados: a forte concentração da propriedade fundiária, a intensa debilidade da agricultura da região do semi-árido, as desigualdades sociais, os problemas enfrentados pelos pequenos produtores rurais, a marginalização e desemprego nas cidades e o freqüente problema das secas.

Pode-se dizer, contudo, que o processo de modernização iniciado na Paraíba conferiu alguns sinais de crescimento ao Estado, na medida em que parte da população pôde fazer uso de serviços básicos, porém não podemos falar de um desenvolvimento efetivo. Mello (2007, p. 239) revela que nas décadas de sessenta e setenta, a Paraíba vive diversas contradições em relação aos demais estados do país:

A qualidade de vida das grandes massas deteriorou-se. A classe média alta de profissionais qualificados e vinculados aos setores terciário e quaternário beneficiou-se dessa nova realidade (...). Em termos econômicos, a Paraíba tornou-se o Estado mais atrasado do Nordeste e seguramente da federação brasileira. O que era antigo desarticulou-se, o que era novo não correspondeu às expectativas e não surgiram perspectivas para o futuro.

Como se pode perceber, o processo de industrialização do Nordeste na

década de 70 não conferiu melhores condições de vida para a maior parte da população. Houve sim um fortalecimento dos bolsos de investidores que lucraram com os incentivos fiscais e com o aproveitamento da mão-de-obra de baixo custo dos trabalhadores nordestinos.

No período que destacamos em nosso estudo, o Nordeste vive um quadro de intensa concentração de renda, terras e poder, além de forte exclusão de grande número de pessoas do cenário de desenvolvimento nacional.

Além desses fatores, verifica-se na Paraíba, segundo Mello (2007), uma completa apatia da classe política, intelectual, estudantil e sindical em relação às problemáticas vivenciadas pelo Estado. Os problemas eram de cunho econômico, mas suas origens estão diretamente ligadas à esfera política.

É no ano de 1961, no governo de Jânio Quadros, que se promove o processo de eletrificação da Paraíba, o que conduz a administração estadual de João Agripino (1966-1971) levar energização a todas as sedes dos até então municípios paraibanos existentes. Mello (2007, p. 247) ressalta que, em fins de 60 e início dos anos 70, todas as redes subsidiárias “fundiram-se na Sociedade de Eletrificação da Paraíba (SAELPA), inicialmente dirigida por técnicos do sul do país”.

Junto à implantação de energia elétrica, o Estado também se beneficiou com a expansão de créditos oriundos do Banco do Nordeste e fomentos fiscais que faziam parte do “Primeiro Plano Diretor da SUDENE” (MELLO, 2007).

Se por um lado, projetos como esses supracitados passavam a movimentar os ânimos no estado da Paraíba, por outro lado a realidade que se apresentava no âmbito geral minava muitas das esperanças que despontavam.

Com a chegada, em 1964, do governo militar e suas aspirações de levar o país a pleno desenvolvimento por meio da dinâmica capitalista, houve uma desestruturação da economia de algumas regiões do país, e a Paraíba não saiu ilesa desse novo modelo econômico que buscava converter o Brasil em potência mundial. As conseqüências foram nefastas, em grande parte, para a população do Nordeste.

A partir desse modelo econômico, a agricultura vivenciou muitas perdas. Mello (2007, p. 248) aponta que entre os anos de 1979 e 1983 “todas as principais culturas agrícolas estaduais – agave, algodão, arroz, feijão, mandioca e milho – decresceram os quantitativos, apesar da área mais extensa que ocupavam”. Além dessa situação, as plantações no Estado também sofriam com as pragas que

dizimavam as lavouras. Todos esses fatores demonstram como eram frágeis, àquela época, os aparatos tecnológicos destinados a alguns setores da produção agrícola.

Enquanto alguns gêneros agrícolas padeciam com o descaso no tocante aos investimentos, o contrário acontecia com as lavouras canavieiras no litoral paraibano que se beneficiavam com os créditos do governo, mais precisamente por meio do Programa Pró-Álcool, e com a ascensão dos mercados transnacionais. Contudo, a expansão da indústria da cana-de-açúcar no Estado trouxe também sérios agravantes sociais, na medida em que aumentava o índice de poluição dos rios, dificultando a pesca, fomentava o fenômeno de concentração fundiária, além de não oferecer empregos fixos para a população, pois grande parte destes era temporária, limitava-se ao período de corte.

No caso do agreste paraibano, a pecuária teve amplo desenvolvimento devido à criação de gado quando os donos das fazendas se voltaram a captar recursos do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR). Mello (2007, p. 249) relata que: “Os pastos invadiram áreas destinadas às culturas de subsistência (...). Alguns municípios pecuaristas passaram a liderar as estatísticas de migração interna, o que os situou nas origens da favelização de João pessoa, Campina Grande e outras cidades”.

A realidade local tornava-se cada vez mais complexa para os pequenos produtores que se viam às voltas com a falta de investimentos, eletrificação e recursos tecnológicos. Mello (2007) registra que diversos programas administrativos, estruturados para tentar solucionar as problemáticas, fracassaram. Isso se deve a dois fatores essenciais: de um lado, a intensa concentração de terras e do outro, a “hipertrofia administrativa” que foi responsável por consumir boa parcela dos recursos, que passavam longe dos verdadeiros destinatários.

Todo esse quadro de problemáticas econômicas, que se acentuam nas décadas de 70 e 80, tem forte repercussão no cotidiano da sociedade paraibana. As consequências são vistas nas condições de vida de boa parte da população, não só da Paraíba, mas do Nordeste como um todo, quando assistimos, no período em ressalte, à acentuação dos problemas de desemprego, subemprego, mortalidade infantil, fome, marginalização, favelização, prostituição, analfabetismo, violência, fenômenos esses que, muitas vezes, originavam-se no campo e repercutiam nos centros urbanos, isso levando em conta períodos de seca ou não.

Nos períodos de seca, a situação torna-se ainda mais crítica para muitos. Nas

palavras de Ferreira (1993): “O fenômeno das secas tem sido uma preocupação constante dos nordestinos, tanto no passado como no presente”. A autora destaca que se apresentam como principais características dessa problemática: as migrações, os saques, o envio de ajuda governamental, os recorrentes desvios e apropriações dos recursos. Mesmo com os aparatos tecnológicos em pleno desenvolvimento, a aplicabilidade técnica tem sido ineficaz para solucionar em definitivo o problema ao longo do tempo.

As secas têm sido, precipuamente, responsáveis, em seus ciclos mortais, pelo retardamento de nossa organização social e econômica. Ajudada, vantajosamente, de recursos naturais que, nos anos regulares, lhe asseguravam a expansão da riqueza da Paraíba tem sido a obra relutante de seu progresso, realizado sem nenhum acoroçoamento dos poderes centrais, periodicamente aniquilada por essa fatalidade. (ALMEIDA, 1980, p. 161).

Dados da Organização Não-Governamental Amigos do Bem: contra a Fome e a Miséria no Sertão Nordestino⁵ (2009) destacam uma cronologia básica da ocorrência das secas no Nordeste brasileiro. Data do século XVI o primeiro relato de secas no Nordeste, seguindo com o século XVII ocorrências mais esparsadas. Já ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX são inúmeras as incidências.

É de 1970 o registro da ocorrência de forte seca comprometendo toda a região nordestina. Segundo a ONG supracitada, foi deixado “como única alternativa para 1,8 milhões (*sic*) de pessoas o engajamento nas chamadas ‘frentes de emergência’, mantidas pelo governo federal”.

Entre os anos de 1979-1984 ocorre uma das mais prolongadas secas que também atingiu toda a região, acentuando a miséria e a fome em todos os estados do Nordeste.

Nem mesmo a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada desde 1959, conseguiu ao longo do tempo dar cabo das dificuldades que assolavam o Nordeste. A partir de 1964, com a ditadura, a SUDENE foi sendo desvirtuada de seus verdadeiros objetivos, passando inclusive a ser considerada um canal para a corrupção. Devido aos diversos escândalos que

⁵ Instituição não-governamental cujo objetivo é contribuir para a erradicação da fome e da miséria por meio de ações educacionais e projetos auto-sustentáveis, favorecendo o desenvolvimento social da população carente do Sertão nordestino. A ONG tem unidades em São Paulo, Pernambuco, Ceará e Alagoas.

acompanharam a história do órgão, essa entidade foi extinta em 2001.

O recorte sócio-econômico que neste tópico sublinhamos tem como objetivo demonstrar o cenário em que vive grande parte da população paraibana na época em que Tarcísio de Miranda Burity é indicado a assumir o governo do Estado da Paraíba. Como nosso objetivo nesse estudo é perceber como se constrói o cotidiano e a candidatura de Burity pelos jornais locais, não aprofundaremos, no momento, as problemáticas sociais elencadas.

Dois outros problemas se somam aos fatores que demarcam o cotidiano da sociedade paraibana durante a década de 70: a questão do clientelismo político acentuado e o crescimento da máquina burocrática estatal.

O clientelismo, de acordo com Mello (2007), corroia o Estado, fazendo com que se deixasse de fomentar o desenvolvimento. Essa situação ocasionou um quadro de intensa dificuldade para a Paraíba. Como resultante da questão, o setor agrícola começa a declinar e o industrial passa a apresentar progressiva estagnação.

Por outro lado, a partir da década de 70, o número de funcionários do setor público e a criação de novas Secretarias de Estado davam saltos quantitativos. Mello (2007, p. 250) assim destaca: “A quantidade de funcionários públicos saltou de 27 mil em 1978 para 56 mil em 1982, 85 mil em 1983 e... 114 em 1990! Não foi menor o acréscimo das Secretarias de Estado – (...), 14 em 1971 e 75, 19 em 1983 e... 27 em 1987”.

Ao lado do quadro burocrático em progresso quantitativo no estado da Paraíba, temos também um crescente inchaço no setor de serviços, já na chegada da década de 1980, responsável por conferir 63,6% da renda geral do Estado, enquanto o setor primário contribuía com 23,1% e o secundário com 13,3%.

Mello (2007) demonstra também que a Paraíba passou de quinto lugar em termos de Produto Interno Bruto (PIB), na primeira metade da década de 70, para um dos piores da região nordeste na segunda metade de 70.

O acúmulo de dívidas pelo Estado levou a conseqüências preocupantes em 70 e 80. Necessitava cada vez mais de transferência de recursos federais, além de precisar cortar investimentos quando se tratava de liberar aumento nos salários do funcionalismo público.

O crescimento da máquina estatal gerava altos custos que levava o Estado a diversos desajustes financeiros. O aumento da quantidade de servidores

comprometia sobremaneira a receita paraibana.

A busca pelo desenvolvimento econômico e modernização da Paraíba, como já discurremos em parágrafos anteriores, aliada ao quadro de fortalecimento da máquina administrativa, leva-nos a pensar junto com Maffesoli (2001, p. 152) que efetivamente:

nos diversos períodos históricos, funciona o confronto ou a dialética entre a tradição e o desenvolvimento (no caso aqui, o progresso), na medida em que essa relação se verifica de maneira quase invariável em quase todas as formas históricas, somente a modulação muda.

Ora, o progresso que se pretendia instaurar no Nordeste, mesmo que rudimentar, levou também a Paraíba a entrar na aura geral do modelo que se implantava, porém a realidade que se apresentou foi um tanto adversa do que se observava em outros lugares do país, onde o progresso estava acompanhado efetivamente de industrialização, modernização e crescimento econômico.

Na Paraíba da década de 70, com o franco declínio das estruturas econômicas primárias e estagnação das secundárias, vemos em paralelo um salto quantitativo da organização burocrática do estado, com o aumento do funcionalismo público e de secretarias estatais, como já demonstrado anteriormente.

Bem, o período em estudo carrega uma característica digna de ressaltar para chegarmos às conclusões pretendidas. O mundo social como um todo inaugurava um período em que as rupturas e as mudanças pós-modernas já se apresentavam como balizas de um “novo tempo”, de uma realidade em transformação, onde novos paradigmas políticos, econômicos e culturais passam a se inserir continuamente no cotidiano da existência social.

Embora o Brasil tenha apresentado uma modernização tardia, os processos de transformações inaugurados no globo sinalizavam para uma nova direção que deveria orientar transformações no cenário político e econômico em diversas regiões do país.

Na Paraíba, houve buscas de atualizações no quadro econômico, porém com pouco êxito. No quadro político, a Paraíba assiste à ascensão da burocracia estatal que convive lado a lado com a resistência do poder oligárquico. Para Weber (1999a, p. 144-147):

O tipo mais puro de dominação legal é aquele que se exerce por meio de um quadro *administrativo burocrático* (...). A dominação burocrática realiza-se em sua forma mais pura onde rege, de modo mais puro, o princípio da *nomeação* dos funcionários (...). Administração burocrática significa: dominação em virtude de *conhecimento*; este é seu caráter fundamental especificamente racional. (Grifo do autor).

O processo de crescimento da burocracia na Paraíba apresenta sim essas características apontadas por Weber, porém com algumas exceções, sobretudo no que se refere à herança do modelo de dominação tradicional, na figura da oligarquia, que sempre prevaleceu no estado da Paraíba, com influência determinante no cenário das decisões político-administrativas. São essas e outras questões que trabalharemos no tópico a seguir.

2.5 Lideranças políticas na Paraíba e suas relações com a burocracia do Estado

Como ocorre o surgimento desta estrutura de dominação no estado da Paraíba? Como se processa a vinculação das lideranças políticas com a estrutura burocrática? Qual a trajetória percorrida por Tarcísio de Miranda Burity até seu ingresso na burocracia?

É um tanto complexo afirmar precisamente em que momento se estrutura a burocracia no estado da Paraíba. Contudo, ao acompanhar os aspectos da história política local, temos condições de lançar luzes sobre essa questão.

Como vimos no tópico 2.3, há um período na história da Paraíba, pós-redemocratização do país, em que as lideranças políticas passam a conviver com diferentes modelos de dominação consolidados por cada uma delas. Com isso, as lideranças dividiam-se entre o **velho coronelismo**, os membros da **classe média** urbana (de onde emerge grande parte do quadro burocrático) e grupos **populistas**.

Embora esses grupos dominantes convivam, no universo da política local, há períodos em que uns são mais influentes politicamente que os outros. Assim, na Paraíba da Primeira República brasileira vivencia-se, preponderantemente, um modelo de dominação tradicional pautado no domínio dos senhores de terra, enquanto na Paraíba a partir da década de 30 começa a se colocar em prática um modelo cada vez mais estatizante. De acordo com Mello (2007, p. 268):

De 1930 até nossos dias, é sob a égide dessa organização estatal, politicamente autoritária, economicamente modernizadora e socialmente corporativa, que se processou a evolução histórico-política da Paraíba. Alimentaram-na governos como os de Antenor Navarro (1930-32), Gratuliano de Brito (1932-34), Argemiro de Figueiredo (1935-40), José Américo de Almeida (1951-56) e Pedro Gondim (1958-60 e 1961-66).

Mello (2007, p. 235) ressalta ainda que com o movimento de 1964 os conflitos locais de ordem sócio-política foram sendo minados, enquanto os aparatos do Estado ocupavam posição central no cenário da história política na Paraíba. O autor revela que isso se verifica, sobretudo:

durante a administração de João Agripino (1966-71) que, com base nos esquemas de planejamento autoritário, vigentes a nível nacional, concretizou a **racionalização da máquina estatal**. Esta, então, pôde funcionar com êxito durante os governos Ernani Sátiro (1971-75), Ivan Bichara Sobreira (1975-78) e Tarcísio Burity (1979-1982). (Grifo nosso).

Como se vê, com o passar do tempo, a burocracia se instaura em definitivo no estado da Paraíba. No plano de fortalecimento da burocracia local, o percurso culmina na emergência da classe média, já na década de 70, que progressivamente vem a ocupar os empregos públicos, os postos técnicos e os quadros administrativos da burocracia.

Com as possibilidades de desenvolvimento e industrialização vivenciadas em todo o Brasil, a classe média na Paraíba ganha força no cenário político local. É nítido o curso dessa esfera de dominação racional no estado da Paraíba, porém não podemos dimensionar com precisão o nível de influência de cada um dos tipos de dominação, tradicional e burocrático, na década de 70. Como se percebe, a burocracia ganha fôlego por meio do aumento do funcionalismo público, dos quadros administrativos e do fortalecimento do aparelho estatal, mas as lideranças oligárquicas ainda resistiam por meio de seus redutos políticos.

Como em todo Estado burocrático, a Paraíba verifica a ascensão do fenômeno da racionalização com todos os seus desdobramentos intrínsecos, como destacado anteriormente: formação de organização impessoal, com estruturação de ordem hierárquica de dominação, diferenciação de linhas de ação para atingir fins calculados e formação de quadro administrativo burocrático, estabelecido por meio

de nomeação para cargos, competência técnico-funcional e qualificação profissional.

É dentro desse contexto que a Paraíba assiste à trajetória política de **Tarcísio de Miranda Burity**, que se insere no cenário público do Estado por meio da estrutura burocrática.

A opção por investigar especificamente a construção da candidatura e da imagem de Burity no cotidiano discursivo dos jornais impressos pessoenses, guiando-nos pelos conceitos de dominação, em Weber, e pelos pressupostos da sociologia do cotidiano, em Maffesoli, fundamenta-se justamente na peculiaridade da trajetória cotidiana do líder político, que figura como um candidato que envereda no campo político seguindo uma procedência burocrática, crescendo gradativamente por dentro da estrutura do Estado. Iremos demonstrar essa assertiva nos parágrafos a seguir.

Tarcísio de Miranda Burity nasceu em João Pessoa em 28 de novembro de 1938, filho de Luiz Gonzaga de Albuquerque Burity e Maria José de Miranda Burity. Em 1961, graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Dentre as principais atividades a que se dedicou em sua vida cotidiana estão o Direito, a Academia e a Política.

Burity fez mestrado em Sociologia da Educação pela Universidade de Poitiers - França e entre 1964/1967 fez doutorado em Ciências Políticas em Genebra - Suíça, pelo Instituto Universitário de Altos Estudos Internacionais. Em 1970, participa, nos Estados Unidos, de treinamento para professores e administradores de universidades, curso promovido pelos Conselhos de Reitores da Universidade do Brasil e Universidade de Houston, no Texas - EUA.

Burity exerceu o cargo de Promotor Público de Araruna, em 1962. Afastou-se da função para se dedicar à carreira acadêmica, lecionando na Universidade Federal da Paraíba as seguintes disciplinas: Filosofia do Direito; História da Educação; Direito Internacional Público; Filosofia Antiga; Introdução à Ciência do Direito e Sociologia da Educação.

Também se envolveu com atividades administrativas ligadas à educação, como: entre 1972/1974 foi Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Paraíba; entre 1968-1970 foi Chefe de Gabinete do Reitor da Universidade Federal da Paraíba. Funda o Curso de Pós-Graduação de Direito da UFPB. Torna-se Membro da Comissão de Avaliação dos Diplomas Estrangeiros no Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão.

No quadrante político, em 1975, por intermédio de José Américo de Almeida, Burity é nomeado Secretário da Educação e Cultura do Estado da Paraíba pelo Governador Ivan Bichara Sobreira. Por meio de eleições indiretas, foi nomeado governador do Estado da Paraíba, para o primeiro mandato, exercido entre 1979/1982. (RAMOS, 2008).

Burity renuncia ao mandato antes do término para candidatar-se a uma vaga para a Câmara Federal. Em 1986, pela via direta, elege-se ao governo do Estado da Paraíba, exercido entre 1987/1991.

Morre em 2003, aos 64 anos, vítima de complicações cardíacas, no Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de São Paulo (Incor). (TARCÍSIO BURITY⁶, 2009).

A trajetória de vida de Burity, recortada aqui em linhas gerais, demonstra efetivamente o que queremos apontar nesse momento. O ex-governante, durante boa parte de sua vida cotidiana, volta-se para atividades acadêmicas e culturais, para então, a partir de determinado momento, dedicar-se à esfera da administração pública, quando dessa origem envereda pelos caminhos da política. Dentro de seu cotidiano, podem-se detectar duas linhas de ação bem definidas enquanto vocação: a ciência e a política.

A partir da observação de aspectos do cotidiano do líder governista, podemos demonstrar que há, na vida de Burity, efetivamente uma relação de afinidade eletiva entre o trabalho desenvolvido no cotidiano e a inserção nas esferas da burocracia do estado da Paraíba. Isto implica que, ao longo de sua vida, Burity constrói uma imagem que o conduz diretamente à política pela via burocrática.

O ex-governador não se eleva ao poder por meio da dominação tradicional (dos grupos oligárquicos), algo freqüente na Paraíba, e sim pela conduta de vida, pela ética do trabalho acadêmico e intelectual, que conferiram destaque ao seu cotidiano e propiciaram a chegada ao poder pela vereda burocrática.

Com esses encadeamentos, vemos que o homem público, o verdadeiro agente weberiano, procura orientar seu cotidiano de modo a guiar suas ações por uma rota cada vez mais racional possível, quando, gradativamente, conduz-se da esfera científica à esfera política por meio do acúmulo de conhecimentos calculados e métodos próprios do serviço público, fatores que o conduzem diretamente aos

⁶ Site que traz referências sobre a vida acadêmica e política do ex-governante Tarcísio de Miranda Burity, desenvolvido por Fábio Mariz e Gilson do Vale Jr.

cargos exercidos no quadro administrativo burocrático. Isto é, ao incorporar as habilidades técnicas próprias da burocracia, ao ser nomeado, por exemplo, Chefe de Gabinete do Reitor da UFPB, de 1968 a 1970, e logo depois, em 1975, assumir a Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, Burity investe-se de um saber cada vez mais especializado que o orienta no percurso político que o aguardava.

Podemos dizer então, em um primeiro momento, que Tarcísio Burity assume uma postura racionalizada diante da vida, adquirindo formações, tanto do ponto de vista cultural, acadêmico-científico, quanto do ponto de vista técnico, que o levam a alcançar os fins pretendidos em sua vida pública. No pensamento weberiano, a ciência:

Contribui, também, para o desenvolvimento de métodos de pensamento, para a construção de instrumentos e adestramento do pensar. Finalmente, a ciência contribui para o “ganho da clareza”. (...) A Ciência indica os meios necessários para atingir determinadas metas. E que tais metas devem, portanto, ser claramente formuladas, a fim de se identificarem os meios de atingi-las. Por via desse processo, entretanto, os homens ficam sabendo o que querem e o que devem fazer para obter o que querem. E isso possibilita a opção não só de meios, mas de metas de comportamento. (...) Em última análise, portanto, a contribuição da prática científica é, para o pensador alemão, o desenvolvimento da racionalidade. (WEBER *apud* BERLINCK, 1983, p. 12-13).

Em nosso estudo, não se pode deixar de perceber a contribuição que a formação científica e intelectual de Tarcísio Burity conferiu à formatação de um comportamento bem definido e voltado a metas específicas, como posteriormente, a aquisição de habilidades técnico-administrativas é também crucial para a condução do trabalho na burocracia.

A virtuosidade na condução da vida pública, o trabalho orientado pela vocação junto à burocracia, levou Burity a ser reconhecido, à época de sua indicação, como um possível líder capaz de conduzir com responsabilidade o governo do Estado.

Por outro lado, não se pode deixar de entrever que, além dessa convicção pela política, refletida na trajetória pública de Burity, a figura do burocrata, detentor de conhecimentos técnicos, é precedida pela figura humana, ancorada na imagem do intelectual. Isto quer dizer que, em paralelo à sua vida pública, social, Burity busca no saber, edificado no cotidiano, por meio das leituras, da formação cultural,

substrato para o fazer político. Será que não é um bom exemplo dessa mescla entre objetividade e subjetividade, entre razão sensível e burocrática?

Ao perceber substância suficiente para trabalhar a aceitação de Burity junto à sociedade paraibana, a mídia impressa local, com a linguagem própria do jornalismo, de vertente informativa, passa a reconstruir toda a trajetória cotidiana e política do líder para, a partir de um pretenso discurso de verdade, atrair o olhar da coletividade e apresentá-lo como um mito, como um líder carismático, que poria fim aos esquemas oligárquicos de dominação vigentes na Paraíba. Esses desdobramentos discursivos serão efetivamente demonstrados e analisados no último capítulo desta dissertação, a partir das notícias veiculadas no período investigado.

As considerações até aqui elencadas representam um primeiro momento descritivo. A compreensão da história política do estado da Paraíba, bem como o estudo reflexivo acerca de determinados conceitos weberianos e maffesolianos, orientaram as observações em ressaltar nesse capítulo e possibilitaram disposições preliminares acerca da vida política de Tarcísio Burity.

Essas questões serão retomadas no próximo capítulo, quando faremos as análises das matérias publicadas nos periódicos *O Norte* e *A União* no período precedente à eleição de Tarcísio de Miranda Burity ao primeiro mandato para o governo do Estado da Paraíba.

Capítulo III – A candidatura do líder carismático na imprensa paraibana

A sociedade deve definir sua 'identidade'; o mundo, suas relações com ele e com os objetos que contém; suas necessidades e seus desejos [...]. O papel das significações imaginárias é o de fornecer uma resposta a essas perguntas, resposta que, evidentemente, nem a 'realidade' nem a 'racionalidade' podem fornecer [...].
(Cornelius Castoriadis)

Neste capítulo, pretendemos nos voltar à compreensão das estratégias dos discursos, sobretudo os discursos midiáticos, algo que tem relação direta com o imaginário e com o cotidiano da sociedade contemporânea.

Ora, como já disse Castoriadis (1982, p. 177), “nem a realidade nem a racionalidade” podem mais nos fazer alcançar as respostas, então que mecanismos e estratégias seriam capazes de nos apresentar um discurso de verdade apto a construir objetos, definir identidades, elaborar significados e tocar, de maneira subliminar, ou mesmo diretamente, a esfera imaginária da sociedade?

Partindo de inquietações como estas, e por meio dos substratos teóricos já discutidos até aqui, convidamos para o debate determinados pontos que relacionem a questão da racionalização no universo político com a lógica da razão midiática. Ademais, buscaremos pensar sobre como a mídia apresenta e constrói fenômenos da “seara política”, como estrutura a identidade do agente político Tarcísio de Miranda Burity no período que antecede a eleição indireta para governo do Estado da Paraíba no ano de 1978.

O cerne das análises e das demonstrações pretendidas nesse capítulo estará baseado na idéia de que, no momento de condução do governante ao primeiro mandato, a mídia impressa paraibana, representada, em nosso estudo, pelos jornais *O Norte* e *A União*, elabora uma imagem carismática, imagem esta pautada em formas construídas pelos periódicos para abordar a trajetória da candidatura e do político Tarcísio Burity. Em outros termos, o carisma do político-midiático será apresentado, em nossa análise, por meio de uma leitura interpretativa das matérias. Leitura esta que será guiada pelo aprendizado alcançado com o repertório teórico já discutido nessa dissertação e ancorada nas contribuições de Patrick Charaudeau, nas obras *Discurso político* (2006) e *Discurso das mídias* (2007).

No curso desse capítulo, serão investigados os periódicos supracitados, durante os meses de abril, maio e agosto de 1978. Justifica-se essa escolha, pois o mês de abril é o momento em que ocorre a indicação de Burity para o Governo do Estado, no mês de maio, fazemos uma leitura da repercussão desse fato no discurso da mídia impressa local e o mês de agosto é o período que antecede as eleições de 1º de setembro de 1978.

Assim, após demonstrarmos que o líder Tarcísio Burity se insere na política por meio da burocracia, buscaremos doravante analisar como os jornais abordam o fenômeno das eleições indiretas para o Governo do Estado, centralizando o enfoque discursivo na candidatura de Tarcísio de Miranda Burity de modo a fortalecer o **consenso** em torno da legitimidade do agente. Para tanto, estruturamos o atual capítulo em quatro seções, em discussão a seguir.

No tópico 3.4 especificamente, espaço de análises dos periódicos, buscaremos organizar as demonstrações do seguinte modo: em um primeiro momento, selecionamos matérias jornalísticas sobre o contexto geral das eleições, com o intuito de perceber se os periódicos em questão estabelecem um perfil ideal para que tipo de candidato deveria ser eleito indiretamente para o governo do Estado da Paraíba; em um segundo momento, seguimos com as análises dos textos relacionados diretamente com a candidatura de Tarcísio de Miranda Burity.

Dentre os gêneros que orientam a narrativa jornalística, quais sejam, notícia, reportagem, coluna, editorial, crônica, dentre outros, selecionamos o gênero **notícia** para procedermos às análises da construção da candidatura, pois este apresenta a informação de forma a garantir uma síntese dos fatos sociais.

3.1 Breve histórico dos jornais pesquisados

3.1.1 *Jornal O Norte*

O jornal *O Norte* foi fundado em 7 de maio de 1908, pelos irmãos Oscar e Orris Eugênio Soares. A primeira sede do jornal funcionou em uma pequena casa na Rua Visconde de Inhaúma, perto do Porto do Capim, na Cidade Baixa, em João Pessoa. (ARAÚJO, 1983, p. 115).

A história dos primeiros 50 anos de *O Norte* é marcada pelo fechamento e reabertura do jornal depois de várias crises. A primeira vez em que teve suas atividades encerradas foi no início da década de 20. Os poucos registros sobre este fato não especificam por quanto tempo o jornal ficou sem circular, mas explicam que isso aconteceu por problemas políticos.

O engajamento político do jornal desagradou os leitores. A queda de prestígio foi grande e os prejuízos foram proporcionais a ela. Além disso, surgiram vários concorrentes que levaram os irmãos Soares ao desinteresse pelo jornal. Venderam-no então para Januário Barreto, que tinha idéias mais comerciais e menos políticas para o jornal.

Entretanto, o jornal mais uma vez se envolveu em querelas políticas e a história se repetiu. O segundo fechamento de *O Norte* se deu por conta da Revolução de 30. O jornal era o grande opositor do então presidente da Paraíba, João Pessoa. Relatos da época revelam que após o assassinato do líder político, as dependências do jornal foram depredadas por um povo enfurecido. Máquinas e materiais diversos foram todos destruídos. (ARAÚJO, 1983).

O jornal, então, foi comprado por Manuel Veloso Borges em 1932 e voltou a circular em 1935, sendo dirigido por Raul de Góes e, depois, por José Leal que adotou uma linha mais noticiosa e menos radical. Mesmo assim, *O Norte* fecha novamente as suas portas em 1949 por causa da ditadura do Estado Novo. É reaberto em 10 de janeiro de 1950 e se engaja na candidatura de José Américo de Almeida ao Governo do Estado. Nesta época, já pertence ao senador Virgínio Velloso Borges.

De acordo com Araújo (1983, p. 118), *O Norte* foi incorporado, em 1954, aos Diários Associados por decisão do paraibano Assis Chateaubriand.

Dados históricos revelam que *O Norte* foi o pioneiro na Paraíba em impressão *off-set*, sistema inaugurado a 9 de agosto de 1973.

No ano de 1978, *O Norte* apresenta um organograma distribuído do seguinte modo: Diretor, João Calmon; Supervisor, Nereu Gusmão Bastos; Diretor Executivo, Marconi Goes de Albuquerque; Superintendente, Teócrita Leal; Editor, Evandro Nóbrega; Secretário, Pedro Moreira. Em 78, o jornal circulava com as seguintes editoriais: Cidade, Geral, Opinião, Política, Educação e Cultura, Economia e Finanças, Internacional, Policial, Esportes, Estadual.

3.1.2 Jornal A União

O jornal *A União* foi fundado a 2 de fevereiro de 1893 pelo Presidente da Província Álvaro Machado. A primeira sede do jornal esteve localizada à Rua Visconde de Pelotas. Ao longo dos anos, o jornal mudou suas instalações por diversas vezes. (ARAÚJO, 1983).

O primeiro equipamento tipográfico de *A União* foi comprado pelo Estado. O utensílio foi adquirido em segunda mão, pois antes fora disponibilizado para imprimir o jornal *Diário da Parahyba*, que circulou na capital do Estado entre 1884 a 1888. De acordo com Araújo (1983, p. 105), “o equipamento estava bem conservado, porém o que tornava dispendiosa a manutenção da Imprensa oficial era o fato de se importar o material gráfico da Alemanha”.

Nesta época, circulavam cerca de 500 exemplares do jornal e sua distribuição não se restringia à Paraíba, apesar da dificuldade de transportes, os periódicos eram enviados a outros Estados da Federação.

Dados históricos revelam que o primeiro diretor simultâneo de *A União* e da Imprensa Oficial foi o poeta Carlos Dias Fernandes, que foi empossado no cargo a 12 de fevereiro de 1913, a convite do então Presidente da Paraíba, Castro Pinto.

Em sua gestão, Carlos Dias organizou o corpo político do jornal, selecionou seus colaboradores, conferiu feições literárias aos materiais publicados e promoveu o enriquecimento do noticiário. Entre os intelectuais e poetas que, à época, publicavam trabalhos no jornal destacam-se: Américo Falcão, Rodrigues de Carvalho, Raul Machado, Augusto dos Anjos, Pereira da Silva e Eduardo Martins.

Em outubro de 1928, Carlos Dias Fernandes é demitido da direção de *A União*, dando lugar a Celso Mariz, que um ano depois pede demissão. Seu sucessor foi Osias Gomes, que permaneceu no cargo até quando eclodiu a Revolução de 30.

Primando pelo caráter da oficialidade, *A União* possuiu diversos colaboradores destacados pelos cargos políticos ocupados. Podem ser citados como exemplo: Anthenor Navarro, Odon Bezerra, Assis Chateaubriand, João Lélis, Zé Lins do Rego, Octacílio Nóbrega de Queiroz, entre outros. Octacílio de Queiroz foi o primeiro secretário de *A União* e assumiu a direção do jornal em 1943, onde

permaneceu até o ano seguinte. Em março de 1960, Octacílio Queiroz é substituído pelo bacharel João Bernardo.

Segundo Araújo (1983, p. 109), foi notável também a atuação do jurista e escritor Sílvio Porto, que dirigiu *A União* no governo Oswaldo Trigueiro. De acordo com a autora, “durante a administração de Sílvio Porto foi fundado o suplemento literário de *A União – Correio das Artes*, a 27 de maio de 1949, sob a inspiração deste diretor e de Edson Régis, na época secretário do jornal”.

Outro diretor voltado para o aperfeiçoamento literário de *A União* foi Juarez da Gama Batista, que dirigiu o órgão oficial no governo José Américo de Almeida.

Em 1978, o jornal *A União* compunha-se do seguinte quadro: Diretor-presidente, José Moraes de Souto; Diretor-administrativo, Murilo Sena; Diretor-técnico, Antônio Barreto Neto; Editor, Agnaldo Almeida; Chefe de Reportagem, Frutuoso Chaves. O periódico dividia-se em Primeiro Caderno, com informações do campo político, policial e geral; e Segundo Caderno, com a editoria de cultura. Algumas edições ainda traziam um Terceiro Caderno, intitulado Turismo, Educação e Cultura.

Quando o governador Tarcísio Burity assume, em março de 79, ficou assim o expediente do jornal: Diretor-presidente, Nathanael Alves; Diretor-técnico, Gonzaga Rodrigues; Diretor-Administrativo, Murilo Sena; Diretor-comercial, Francisco Figueiredo. (ARAÚJO, 1983).

3.2 A política e a razão midiática

A política representa uma entidade social que, ao longo dos tempos, passou por inúmeras transformações em sua pragmática, em sua manifestação, em seu sentido, em seu discurso. No mundo atual, seria praticamente impossível pensar a política e os seus mecanismos de presença social sem levar em consideração as freqüentes interações de tal instituição com a estrutura midiática.

Não é para menos que numerosos estudos na atualidade procuram considerar essa aproximação entre mídia e política, levando em conta aspectos os mais variados possíveis, desde as estratégias de apresentação do campo político na mídia até a circulação e o consumo desse discurso no seio da sociedade.

Ainda há um ranço nas ciências sociais que se prende muito aos substratos clássicos de interpretação da realidade social, a paradigmas desatualizados e determinados preconceitos com novos repertórios interpretativos do cenário social. É nesse contexto que ainda se questionam os estudos e leituras relacionados à observação dos fenômenos midiáticos na esfera da vida contemporânea. Não é nosso objetivo nessa investigação destacar a relevância desses estudos, embora isso já seja um fato para pesquisadores atentos com as transformações vivenciadas nos últimos tempos, mas sim buscaremos, a partir de uma leitura crítica de um momento histórico, social e político junto à sociedade paraibana, reforçar essa dimensão substancial dos discursos da mídia.

Até o capítulo anterior foi muito recorrente os termos racionalização, racionalidade, especialização, burocratização no âmago da política. Principalmente para demonstrarmos que Burity procede efetivamente da burocracia. Porém, que repertório conceitual conceber então quando queremos analisar a política no quadrante midiático?

Ora, nada mais apropriado ao nosso estudo que buscarmos compreender, de antemão, como se processa e o que sustenta essa racionalidade no contexto midiático.

A princípio, é preciso destacar que trataremos aqui de um dos planos da razão midiática, que é o que se estrutura pela lógica do jornalismo. E para pensar em jornalismo não seria possível fazê-lo levando em consideração apenas a dimensão do suporte concreto, jornais, revistas, TV, rádio, internet, mas, sobretudo, devemos reforçar a idéia dos conteúdos que são produzidos cotidianamente e que são pautados na realidade social.

Esses conteúdos do jornalismo, sobretudo o impresso, são organizados racionalmente a partir de uma estruturação sistemática das mensagens e discursos em gêneros. O que queremos demonstrar é que um dos mecanismos que reforçam a razão da mídia impressa está centrado no esquema de coleta, seleção e circulação dos fatos sociais. Fatos esses que devem ser estruturados a partir de uma ordem no interior dos jornais impressos, quando são levados em consideração critérios de relevância e aproximação de ordens temáticas no cotidiano discursivo dos periódicos.

3.2.1 A notícia como sustentáculo da razão midiática

O jornalismo é uma atividade que está diretamente ligada ao processo de produção de informação, de dimensão factual, mais precisamente ancorado no procedimento de coleta, redação, edição e publicação de notícias. Por isso mesmo, o estudo e a interpretação das mensagens jornalísticas não deve passar ao largo da produção das notícias.

A notícia é a matéria por excelência do jornalismo. Gênero capaz de dar significado ao mecanismo comunicativo pretendido pela prática jornalística. Por meio dela, o cotidiano é construído, o presente, a atualidade se mostra nos discursos. Nesse sentido, quando Morin (*apud* ALSINA, 2009, p. 44) sugere que o saber, o conhecimento produzido em sociedade deveria ser apreendido por meio de uma “sociologia do presente”, dispensando as grandes narrativas históricas, mas reservando o devido valor aos fatos cotidianos, isso nos leva a pensar nesse produto dos acontecimentos, da informação, que é o caso da notícia. Assim, Alsina (2009, p. 44), em reflexão ao que Morin (1975) apresenta, ressalta que:

Precisamos levar em conta que a concepção da notícia, como tem sido tradicionalmente aceita, é o oposto da noção histórica ou da noção científica do fato significativo que se repete e é constante, não excepcional. Por isso, essa “sociologia do presente”, talvez possa se chamar também “sociologia da notícia”.

Por ser um gênero que reconstrói os fenômenos sociais atuais, que atua no nível de construção da realidade, a notícia precisa ser estudada de maneira criteriosa. Mesmo que dispenseemos o seu *status* histórico, a notícia apresenta uma significância a partir dos fatos sociais, do presente, que no encontro com o imaginário social é capaz de fazer despertar o interesse sociológico por esse objeto.

O destaque dado, no presente trabalho, ao gênero notícia deve-se à missão analítica que iremos desenvolver das matérias noticiosas, porém é preciso considerar que a informação que se verifica no cotidiano da sociedade pode ser apresentada por meio das mais variadas estruturas midiáticas.

No caso do jornalismo impresso, há uma segmentação dos conteúdos extratos dos acontecimentos sociais, quando estes passam a ser estruturados de forma orgânica no interior dos jornais. É nos diferentes gêneros e nas diversas

editoriais que os fatos sociais são organizados a partir de critérios temáticos, a saber: política, economia, cultura, esportes, policial, cidades, fatos nacionais, fatos internacionais, dentre outros.

Uma discussão muito freqüente entre os estudiosos das mídias gira em torno dessa questão dos conteúdos que chegam aos indivíduos. Questiona-se qual seria a melhor forma de apresentar o acontecimento, como trabalhar a informação de modo que se obtenha uma melhor compreensão dos fatos sociais e como perceber os conteúdos de modo a segmentá-los em sistemas subjetivos e objetivos.

Dentro desses critérios pedagógicos de encontrar uma forma de classificar os conteúdos midiáticos, verificamos o que se convencionou dividir em informação e opinião. Embora devamos considerar que essas diferenciações já não correspondem ao que se percebe na prática mesmo. Uma vez que se verifica no acontecimento a sua objetividade de acontecimento em si, entretanto, ao passar pelo crivo da construção discursiva, esse acontecimento é selecionado, burilado, passa pela subjetividade do jornalista e chega, enfim, ao encontro das diversas subjetividades no corpo social.

Dividir o conteúdo da mídia em opinião e informação é ainda um recurso didático, porém, quando olhamos de perto, essas diferenças nem sempre se tornam muito claras. Principalmente se considerarmos as orientações e vinculações políticas dos meios de comunicação midiáticos.

Ora, se pudermos falar em uma objetividade da notícia, que é um gênero informativo, é no sentido de aproximação de uma prática produtiva racional, baseada na seleção e produção dos fatos sociais. A razão midiática se revela por meio desse mecanismo de síntese da realidade, por meio de estratégias para alcançar o reconhecimento social, pela busca por legitimar um discurso de verdade. A razão na mídia se pauta, muitas vezes, nesses artifícios, tanto produtivos, discursivos e, sobretudo, políticos.

Bem, se a racionalidade se espalhou pelos diversos campos sociais, na mídia ela encontra sim um sustentáculo, principalmente se levarmos em consideração o substrato ideológico que tenta dar fundamento aos procedimentos midiáticos.

A razão midiática sustenta-se primeiramente pela técnica produtiva, pelos recursos de produção e veiculação do conteúdo, pelo conjunto de conhecimentos calculados, como também pela posição que esta entidade ocupa no imaginário

social.

O saber científico, como já destacamos em outros parágrafos, também se apropria de uma técnica e de um reconhecimento social, por meio de uma lógica racionalista. Diferente é, pois, o saber que se estrutura no cotidiano das mídias, embora estejamos defendendo a idéia de que elas – as mídias – apresentam uma razão própria.

A razão midiática sustenta-se mais no nível da referencialidade, não em um saber testado, comprovado pelos recursos científicos. É sim um saber pautado nos fatos sociais, no cotidiano e nas diversas nuances deste. Um saber que sorve do cotidiano alimento para as práticas discursivas que recortam os acontecimentos sociais. Por isso, a extensa importância em demonstrar como essas relações entre mídia e cotidiano se revelam, isso levando em conta os diferentes matizes, a exemplo dos fatos econômicos, culturais, políticos, estéticos, etc.

Na esfera jornalística, essa categoria racionalista se revela no domínio que o jornalista deve ter dos diversos saberes e discursos sociais, embora esse domínio, muitas vezes, não passe das superficialidades. Um relato do real que se faça digno de nota deve levar em consideração as diferentes subjetividades que se apresentam no cotidiano e buscar uma contextualização dos fatos, dar voz a todos os sujeitos envolvidos nos acontecimentos. Porém, muitas vezes o que se observa é um recorte infiel à realidade.

Mas isso não nos causa espanto, pois lidar com discursos é lidar com “costuras”, com ideologia, com representação, com imagens, com formas.

Uma coisa realmente não se pode negar é que as mídias, ao longo do tempo, consolidaram, junto à sociedade, esse *status* de entidade detentora de um saber, que por conhecer os fenômenos sociais de perto – não tanto quanto os próprios atores sociais – tem a autoridade e o monopólio da informação.

A habilidade em trabalhar com o cotidiano, de reproduzir, sintetizar e sistematizar os fatos sociais legitima o jornalismo como uma instituição social detentora da ordem das palavras. Contudo, a vida cotidiana é muito mais abrangente que o recorte discursivo preconizado pelas mídias.

É próprio dos relatos noticiosos buscar um ajuste completo aos parâmetros da referencialidade, quando se procura organizar os dizeres de modo a delimitar tempo-espacialmente os fatos sociais. A razão da notícia é referencial, faz uma viagem ao cotidiano e dele retorna como bagagem do especialista em informação.

Acontece que nesse movimento de vai e vem da linguagem jornalística muito do que deveria ser entregue de volta ao leitor, telespectador, ouvinte, perde-se no meio do caminho, na fragmentação da linguagem, das imagens.

Em seu programa de pesquisa, elaborado em 1910, publicado, na íntegra, na Revista Brasileira de Estudos em Jornalismo e Mídia (2003), Weber afirma que o primeiro tema considerado “adequado para um estudo genuinamente científico é o de uma sociologia da imprensa” (p. 14). Partindo dessa perspectiva, Weber destaca as incontáveis relações de poder que permeiam o conteúdo da informação veiculada pela mídia impressa, entrevendo, por conseguinte, a necessidade de análises que deslindem os significados sociais dessas interações.

Ao realizar nosso estudo, levamos em consideração esses aspectos, com vistas a analisar como os periódicos selecionados tornam públicos os acontecimentos políticos durante o período analisado, por que tornam públicos determinados fatos e não outros, quais os contatos e posicionamentos dos jornais com grupos políticos da época e, sobretudo, como os impressos conduzem a construção da candidatura de Tarcísio de Miranda Burity ao Governo do Estado.

A proposta é compreender o diálogo entre o poder político e o discurso que paulatinamente se revela no cotidiano da mídia impressa no processo de construção de identidades. A ressonância de tais questões pode ser resumida nas palavras de Neveu, pois:

cada sociedade, cada civilização valoriza personagens, papéis sociais que a resumem, do cavaleiro medieval ao operário da Revolução Industrial, até o “burocrata” weberiano, símbolo da racionalidade moderna. Nada de surpreendente então que, numa sociedade freqüentemente dita de “comunicação” ou de “informação”, o jornalista tenha se tornado uma figura fabricante de mitologias contemporâneas (NEVEU, 2006, p. 11, grifo do autor).

Antes de concluirmos esse tópico, há ainda uma reflexão a fazer, no tocante à questão da complexidade social. Achamos oportuno dividi-la em duas esferas no mundo atual: 1) o social-social; 2) o social-midiático. Embora sofram interferências mútuas, esses dois campos se particularizam em termos temporais, espaciais, estéticos, discursivos.

No que convencionamos denominar social-social, alcançamos a realidade em sua plenitude e integridade. É o espaço da densa revelação das subjetividades, da

estesia, das diferenças, dos intercâmbios, dos conflitos, das demandas, das aparências, do cotidiano não burilado, desde a mais pura banalidade até as vastas possibilidades do extraordinário. Nesse espaço, estão presentes também as estratégias, as instituições, os agentes, a razão, como também os diferentes imaginários, enfim, as formas sociais em sua dinâmica própria e cotidiana.

Na ordem do social-midiático, esse nível das aparências, próprias do cotidiano, é transformado, devendo ser controlado, contido pela linguagem. O cotidiano nesse social-midiático é seccionado pela tendência construtiva, pela dimensão do simulacro, por meio da construção de imagens, de identidades.

A razão midiática tende a ir ao encontro das formas sociais tornando-as por vezes homogêneas, traços diversos reproduzidos em um mesmo discurso. O saber midiático é formador de conceitos, um verdadeiro albergue de constructos sociais. A questão é perceber os esquemas e as estratégias por trás de cada discurso produzido.

Nessa dimensão do social-midiático, muitas leituras do real podem ser feitas, tanto do ponto de vista das próprias rotinas produtivas, como do ponto de vista dos diferentes imaginários com que a mensagem midiática se depara.

Vale salientar, antes de adentrarmos na próxima seção, que a esfera do social-midiático não é linear, ela é fundada a partir das várias linhas de ação social – para enfatizar o dizer weberiano – fazendo parte deste diagrama a linha política, que se revela como uma das formas de apresentação do cotidiano na mídia.

3.3 A construção midiática da política

Nesse tópico, faremos uma abordagem da política enquanto forma que se apresenta tanto no dia a dia da sociedade como no cotidiano dos meios de comunicação midiáticos.

As relações entre mídia e política, sobretudo no Brasil, passam por variadas configurações, procedentes da dimensão prática como também da dimensão dos estudos acadêmicos sobre essas aproximações.

O interesse sobre esse par cresce e é bastante perceptível em períodos eleitorais. A busca por visibilidade por parte dos políticos e as vinculações político-editoriais dos meios tornam o cotidiano das mídias verdadeiros espaços de luta

simbólica.

Ao longo do tempo, a política vem passando por transformações diversas, assim como as estratégias de veiculação do discurso político. É o intercâmbio com o campo midiático que expressa uma das feições assumidas pela esfera política no tempo contemporâneo.

Talvez o político não possa mais ser pensado a partir de uma dimensão unificada, com um discurso fechado em si, como se pretendia fazer crer em tempos remotos. Contudo, a instância política permanece ao longo dos tempos na estrutura imaginária dos sujeitos sociais.

Quando destacamos, em momentos anteriores, as exortações de Weber quanto ao problema dos tipos de dominação no cenário político, não deixamos de ressaltar também o outro lado da moeda, que seria perceber que a política, independente de classificações ou tipos, representa uma entidade inextricavelmente ligada ao imaginário coletivo. Sempre se fez política, sempre se buscou delegar poderes a pessoas e grupos, sempre as relações com a política foram perigosas e ao mesmo tempo fascinantes, mesmo que não o sejam para a totalidade.

Por questões como estas e pela indissociável ligação entre mídia, política e sociedade no mundo atual, faz-se necessário, nesse momento de nosso estudo, aproximarmo-nos de uma abordagem formista para compormos o terreno adequado às análises pretendidas no próximo tópico.

Sendo a política uma instituição historicamente presente no imaginário social, ela tem uma relação de profunda ambivalência no âmago da sociedade.

Por um lado, precisa-se de líderes legitimados pela coletividade com vistas a assegurar o bem comum. Por outro lado, na prática do poder, essas lideranças muitas vezes não atendem as principais demandas e aspirações sociais. E ainda para mediar essas contradições entra a mídia com um discurso que não se detém a divulgar os fatos políticos, mas a construir verdades, na medida em que “*transforma o discurso político*”. (MIGUEL, 2002, p. 14, grifo do autor).

A forma social do político não está apenas no dado concreto, em períodos eleitorais, nas crises e denúncias de corrupção, ela é uma entidade historicamente construída, historicamente transformada, e a forma original e a função dessa forma permanecem marcadamente na força imaginária. Nesse sentido, seguindo o que nos diz Maffesoli (1998), a forma representaria um modo de conhecer a diversidade do cosmos geral, do sistema social e do plano individual.

3.3.1 A política como forma constitutiva do cotidiano midiático

A perspectiva formista volta-se aos mais diversos aspectos do cotidiano, e nessa medida se torna apropriada para os estudos sobre a mídia e a política enquanto forma. Ao invés de ocupar-se com as instituições, estruturas, racionalizações, que são conceitos mais anteriores de investigação da vida em sociedade, o formismo procura conceber a vida cotidiana a partir da aparência dos fenômenos, das formas sociais.

É por meio do formismo que a vida cotidiana e as formas nela presentes são concebidas segundo um jogo simbólico próprio da vida diária. O formismo não busca uma verdade no cotidiano, mas procura as várias possibilidades da vida social.

O formismo procura a tônica do que há de concreto na vida – a existência humana em relação com as formas sociais -, e nisso se diferencia das metanarrativas da sociologia tradicional, que se detinham a formular conceitos totalizantes que pudessem dar conta do cosmo social por completo. A apreensão formista pauta-se nos detalhes do cotidiano, “porque o que, segundo os formistas, se designa por real ou social é uma condensação de instantes efêmeros que não podem ser dirigidos nem planejados, porque, fugindo à realidade, são fruto de uma apreensão impressionista”. (PAIS, 2003, p. 90).

As lições do formismo buscam dar conta da heterogeneidade da vida cotidiana, na medida em que consideram o conjunto de subjetividade e simbolismo que demarca o dia a dia do campo social. Talvez essa represente uma teoria mais voltada a dar respostas à forma de organização da sociedade contemporânea, na medida em que se vive um tempo de fragmentação e dispersão próprio das sociedades “pós-modernas”, nas quais as explicações centrais e tradicionais do pensamento sociológico esmaecem cedendo espaço a novos paradigmas.

Ressaltamos o formismo, pois não há como pensar no trabalho midiático sem a devida aproximação das formas que se apresentam no cotidiano e no imaginário social. Ora, se o cotidiano apresenta-se delineado pelo jogo de “formas formantes”, como pode ser percebido no que se segue, então é certo pensar que a razão midiática se pauta nessas configurações tipológicas:

De modo empírico essas formas formantes vão exprimir-se sob a figura do astro da música ou do esporte, podendo também ser o guru religioso ou intelectual, o apresentador de televisão ou algum grande

moralista notável por sua ação criativa. (MAFFESOLI, 1998, p. 122).

Em nosso caso, podemos dizer que esse formismo pode se estender também ao cotidiano dos políticos, na medida em que estes são personalidades que se apresentam socialmente na atualidade pelo jogo do simbólico, por seus feitos cotidianos, por suas ações políticas e pela construção imagética proposta pelos meios de comunicação.

É nessa direção que encontraríamos a construção de imagens ou mesmo a consolidação das imagens e identidades que povoam o imaginário coletivo em relação à política. No processo de constituição de imagens públicas dos políticos, muitos mecanismos e estratégias entram em pauta. O que vai depender do momento histórico, das ligações ideológicas dos veículos de informação, bem como do próprio espaço social em que se inserem os meios e são publicizadas as mensagens.

A partir do advento midiático, a vivência social reconfigura-se em um novo modelo de sociabilidade. As trocas sociais não mais se limitam ao espaço geográfico, tanto do ponto de vista material quanto do ponto de vista simbólico.

A comunicação é hoje o meio e agente capaz, não apenas de trazer para a esfera pública, de acesso comum, o que deve ser compartilhado na vivência social. A dimensão pública, com as mídias, é diferente do que era sem ela. A mídia deixa de ser somente um simples suporte para divulgar informações. É ela que, em grande parte, define e produz o que deve se tornar público, conseqüentemente, é capaz de construir um novo imaginário sócio-cultural. (RUBIM, 2000, p. 125).

Como se vê, ao imaginário coletivo historicamente constituído, podem se somar novos constructos imagéticos produzidos pelas mídias. É importante, nesse sentido, frisar que os sujeitos sociais – leitores, telespectadores, ouvintes – não necessariamente são influenciados em totalidade por essas construções, até porque boa parte desses indivíduos é capaz de filtrar os conteúdos com que se depara.

Outra questão a ser apresentada é que o discurso das mídias sobre os agentes públicos, sobretudo os políticos, é, muitas vezes, estruturado pelas construções depreendidas pelos próprios agentes políticos, marcas do cotidiano de líderes, vida pública, vocação para a política. Sabendo estes que suas ações serão pautadas no cotidiano midiático, empenham-se por ganhar espaço privilegiado na

palavra midiática. Desse modo, “(...) A imagem pré-existente de um político, a forma como aparece na mídia, o contexto em que está inserido, são fatores decisivos nos embates políticos”. (RUBIM, 2000, p. 126).

Embates estes não apenas orientados pela lógica de eleições diretas, mas também em processos indiretos de escolhas, pois, nesse último caso, é preciso que se gere o consenso social em torno da indicação de algum líder político. Como é o caso do período que estamos estudando, momento de eleição indireta, em que os veículos locais de comunicação impressa trabalham a legitimidade de Burity. A construção discursiva se desenvolve por meio da publicação das ações do líder, de aspectos de sua vida privada, de seus atos enquanto Secretário de Educação do governo de Ivan Bichara, de seus projetos para o então futuro do Estado da Paraíba. Publicações estas voltadas a dar visibilidade ao candidato, enfatizando nele uma “vocação” para a política e uma liderança forte o suficiente para pôr fim aos problemas que se manifestavam no partido Arena, como foi tratado anteriormente.

Nessa construção midiática, diferentes *ethos* dos líderes políticos são postos em movimento, como vamos ver, no tópico seguinte, com o auxílio de Charaudeau (2006), no caso da candidatura de Tarcísio Burity.

Originalmente a política representa uma forma em si, porém, ao adentrar nos liames midiáticos, essa forma dilata-se, fragmenta-se, passa por uma nova estruturação que não apenas depende da ordem do discurso produzido pelas mídias, mas de fatores relacionados ao contexto social de recepção das mensagens.

A dinâmica midiática, principalmente em períodos eleitorais, é interceptada por forças de interesses que nem sempre são capazes de fazer com que o público consumidor de informações tenha o devido entendimento do que realmente acontece na realidade. Outro ponto a ser pensado diz respeito à veiculação de imagens de homens públicos voltadas a atender ideologicamente alguns grupos em detrimentos de outros. Ou seja, o embate simbólico constrói e destrói imagens, e o público é sempre o verdadeiro alvo desta arena político-midiática.

Não é nossa intenção nesse trabalho desenvolver uma compreensão geral sobre as relações entre mídia e política na totalidade, mas fazer entrever que essas duas entidades são indissociáveis no mundo contemporâneo, independente dos desdobramentos dessas relações em casos específicos. Particularmente nessa dissertação, veremos analiticamente como se processam essas vinculações tomando como base uma realidade em especial: a candidatura de Burity. Vale

salientar que não sabemos se será possível estender a leitura que faremos no tópico subsequente para demais pesquisas, contudo pretendemos, com isso, lançar luzes sobre a relação entre mídia e política em processos eleitorais, mesmo que estes aconteçam de forma indireta.

A formação de imagens sociais é um trabalho associado à lógica de cada tempo histórico, muito embora determinadas identidades atravessem eras formando o imaginário social. No caso do trabalho midiático em relação à política, essas identidades são consolidadas ou destituídas dependendo da intencionalidade dos meios especificamente.

No caso das imagens construídas em relação aos agentes políticos, a mídia trabalha com conceitos que podem estar consolidados no imaginário social ou lidar com novas formas conceituais apresentadas ao público no processo de mediação simbólica.

Aplicando essa relação ao nosso estudo, procuraremos demonstrar como os veículos de comunicação impressa estudados dialogam com o período eleitoral em questão, para então percebermos se há a consolidação de uma imagem para o candidato e qual recurso conceitual os jornais utilizam para desenvolver os relatos sobre o cotidiano da candidatura de Burity.

A força prática de um exercício analítico, que iremos desenvolver doravante, poderá nos fornecer possibilidades reflexivas que transponham a marca do espaço teórico-conceitual. É a isso que nos dedicaremos com afinco a partir de então.

3.4 O carisma do político-midiático

Desenvolver uma compreensão do conteúdo produzido pela mídia no tocante à construção de imagens exige uma leitura interpretativa acurada que possa nos levar a conhecer o que se revela por traz deste discurso especificamente. Embora seja um trabalho ligado, muitas vezes, à subjetividade do leitor-pesquisador, é preciso que se encontrem perspectivas centrais que norteiem o estudo e a leitura.

Em nosso caso, o direcionamento que encontramos para dar sustentação à nossa pesquisa se apresenta na leitura e interpretação dos textos dos jornais impressos *O Norte* e *A União* no momento precedente às eleições de 1978. Porém não faremos essa leitura aleatoriamente, mas procuraremos marcas que revelem a

imagem construída em torno da candidatura de Tarcísio Burity. Estabelecemos, para isto, uma vereda metodológica para estruturar melhor os passos de análise.

Assim, em um primeiro momento, fizemos uma leitura das matérias relacionadas ao contexto geral das eleições indiretas para o governo do Estado da Paraíba no ano de 1978, procurando compreender os principais matizes do momento histórico e sucessório em questão. Após essa primeira leitura, realizada independente do gênero jornalístico em que se apresenta a informação – notícia, reportagem, coluna, editorial, iniciamos propriamente o espaço de leitura, compreensão e análise das matérias relacionadas com a candidatura de Burity. Nesse momento, sim, voltar-nos-emos à análise apenas do **gênero noticioso**, pois foi preciso estabelecer um recorte do universo textual recolhido e também pelas razões já expostas anteriormente com relação ao gênero notícia.

As matérias em sua totalidade foram recolhidas por meio do recurso fotográfico junto ao acervo do Arquivo Histórico do Espaço Cultural José Lins do Rêgo, localizado na cidade de João Pessoa. Foram necessários dois meses para a coleta fotográfica completa, edição e impressão dos documentos.

O critério de seleção das edições dos jornais foi guiado por meio do contexto temporal e factual, ou seja, recortamos as edições de abril, em que ocorre a indicação de Burity; maio, para percebermos a repercussão do fato; e agosto de 1978, período que precede a efetiva escolha indireta do candidato ao governo da Paraíba, que ocorre em 1 de setembro de 1978. Acreditamos que esse recorte apresenta a necessária conexão para concluirmos adequadamente o procedimento analítico das matérias.

3.4.1 Do texto ao contexto: eleições indiretas de 1978 no jornalismo paraibano

Para compreendermos melhor a natureza do cenário geral que precede a indicação de Burity, que ocorre em 26 de abril, achamos relevante classificar os textos produzidos pelos jornais nesse período como **matérias de contexto** para interpretarmos como a mídia impressa se posicionou sobre o evento das eleições governamentais de 1978 na Paraíba.

Em uma primeira leitura das matérias jornalísticas em análise, identificamos, de um modo geral, uma abordagem da sucessão governamental pautada nas

reuniões do então governador Ivan Bichara Sobreira com o presidente Ernesto Geisel. A finalidade de tais encontros seria decidir que nome deveria ser indicado para assumir o cargo de governador da Paraíba. Durante boa parte do mês de abril de 1978, sobretudo no jornal *O Norte*, destacam-se relatos e comentários sobre o fato da sucessão governamental, quer seja abordando, como dissemos, as reuniões com Geisel, os conflitos internos do partido Arena, as críticas do MDB ao processo eleitoral, e os conflitos entre os possíveis candidatos.

Em notícia divulgada na edição do dia 04 de abril de 1978, o jornal *O Norte* apresenta, em linhas gerais, relatos do encontro de Bichara com Geisel em busca da decisão do nome do candidato ao Governo da Paraíba. O periódico enfatiza a preferência de Ivan Bichara pelo nome do então senador Milton Cabral. Enquanto o nome do então deputado Antônio Mariz era apoiado pelos ex-governadores João Agripino e Ernani Sátiro. Na lista que foi entregue por Ivan Bichara a Geisel figuravam os dois nomes e ainda os nomes de Dorgival Terceiro Neto, Tarcísio Burity, José Carlos Dias de Freitas e Lynaldo Cavalcanti. Como se percebe, ainda não se apresentava uma definição precisa com relação ao candidato que seria indicado, pois as opções eram diversas e os embates ainda muitos.

Embates estes que se estenderam até o dia 26 de abril, segundo os periódicos pesquisados, quando ocorre a indicação de Burity, concluindo o período de indicação e abrindo espaço para novas discussões acerca da candidatura do líder.

Os conflitos internos do partido Arena iam se ampliando ao longo do mês de abril, sobretudo motivados pela problemática escolha do nome mais indicado ao Governo do Estado. A disputa não era apenas interna à Arena, mas tráfegava entre as lideranças políticas no jogo pelo poder.

De um lado agripinistas e ernanistas apoiavam a candidatura de Antônio Mariz, de outro lado, o então governador e a maioria da Arena advogavam a candidatura de Milton Cabral.

Os periódicos em análise são enfáticos ao relatarem esse fato. Nesse sentido, o que ficou nítido a partir da leitura e interpretação das matérias em análise é que a estratégia de **agripinistas**, **ernanistas** e **marizistas** era anunciar a vitória consumada de Mariz, enquanto que os quadros **governistas** mantinham declarações em torno dos números favoráveis e da maioria do apoio dentro da Arena à candidatura de Cabral.

É praticamente um relato recorrente na maioria dos textos dos jornais analisados essa indecisão do partido oficial em torno do nome que seria escolhido. O que foi possível destilar dos conteúdos dos impressos durante o mês de abril foi mesmo essa incerteza em torno da decisão sucessória, os conflitos entre os líderes políticos, a busca do partido Arena em encontrar uma decisão conciliatória.

Como dissemos antes, procuraríamos perceber também nessas matérias de contexto se os periódicos apresentariam um perfil ideal de candidato para assumir o poder na Paraíba.

O que identificamos sobre esse ponto é que, durante boa parte do mês de abril, o jornal *O Norte* enfatizava o favoritismo do candidato dos *governistas* Milton Cabral, até porque esse favoritismo estava baseado em dados factuais apresentados por Bichara ao presidente Geisel durante as reuniões.

Porém, com o acirramento dos conflitos entre as lideranças políticas no interior da Arena, que dificultavam, sobremaneira, o processo de sucessão, os jornais começam a enunciar a possibilidade de conciliação com a escolha de um terceiro nome ou *tertius*. Obviamente que esses rumores já estavam pautados em relatos de possíveis fontes responsáveis por repassar essa informação para os veículos de comunicação. Sobre essa questão, podemos ressaltar o fragmento da coluna política, da edição de 23 de abril de 1978, do jornal *O Norte*:

Diante do atual quadro, não será despropósito considerar que uma terceira fórmula termine por ser encontrada para superar os obstáculos que atropelam o processo sucessório estadual. E essa hipótese, (sic) revitaliza as chances que timidamente se atribuem aos srs. Dorgival Terceiro Neto, Clovis Bezerra e Tarcísio de Miranda Burity. Os dois primeiros como solução política e o último como uma solução híbrida muito ao gosto dos políticos e da administração. (O Norte, 23 de abril de 1978, "Fórmulas a um passo da decisão", Coluna Política, Primeiro Caderno, p. 05).

Um dado que nos pareceu nítido com relação ao processo de sucessão de 1978 é que as estratégias de indicações de candidatos de forma indireta, no caso da Paraíba, passou por nuances diversas nos periódicos analisados e até mesmo determinados pontos podem ser diferenciados nos dois jornais.

No caso do jornal *O Norte*, as matérias sobre o processo de indicação, durante boa parte do mês de abril, detinham-se especificamente a informar à sociedade sobre os conflitos, sobre as incertezas durante a decisão do novo

governador, sobre a preferência da força política oficial em torno do candidato Milton Cabral. Nesse momento, o nome de Burity era sequer cogitado.

Com relação ao jornal *A União*, pelo menos durante os primeiros dez dias do mês de abril, a pauta das matérias não se baseava na sucessão local e sim no processo em nível nacional, relatando a convenção da Arena ocorrida em 08 de abril de 78, para escolha dos candidatos do partido à Presidência e Vice-Presidência da República. Outro ponto a ser evidenciado nos relatos do jornal *A União* diz respeito ao destaque dado ao nome do então Secretário de Educação e Cultura Tarcísio Burity, já nas primeiras edições do mês de abril, não o apresentando como possível candidato, mas destacando a presença do secretário, sempre ao lado do governador Ivan Bichara, em eventos relacionados à cultura e à educação.

Como pode ser visto nos anexos desta dissertação, o jornal *A União*, antes mesmo da decisão de indicação do *tertius*, procura intercalar uma matéria falando sobre o processo sucessório ao governo estadual e sobre as reuniões de Bichara com o Presidente da República, e outro texto destacando a presença de Burity em eventos ao lado de Ivan Bichara. Não estaria nessa marca discursiva dos textos de *A União* um reflexo acerca das intenções para o desfecho do processo de escolha eleitoral, enquanto em *O Norte* se enfatizava ainda a indecisão em torno do nome a ser indicado?

Esse questionamento nos leva a revisar a reflexão que fizemos no tópico 3.3.1 no tocante à seleção e apresentação dos fatos políticos pela mídia. Na medida em que percebemos uma diferença no relato de um mesmo acontecimento nos dois jornais em análise, temos condições de perceber as diferentes pautas e estratégias seguidas pelos periódicos no momento que precede a indicação de Burity ao Governo do Estado.

Em *O Norte*, fala-se da sucessão de maneira a conferir voz ao fato em si e aos conflitos imanentes à escolha de Milton Cabral ou de Antônio Mariz. Enquanto em *A União*, os nomes desses dois líderes quase não aparecem. Vejamos o excerto abaixo da notícia da edição de 23 de abril de 78, do jornal *A União*:

Em conversa rápida com os repórteres, o sr. Ivan Bichara Sobreira assegurou que não levava qualquer proposição ao Palácio do Planalto com respeito à questão do problema da sucessão governamental paraibana. Mas, informou que sua viagem a Brasília se dava por convocação do Governo Federal, para a definição, por parte do presidente Geisel, do processo sucessório estadual (A

União, 23 de abril de 1978, “Governador viaja a Brasília para definir sucessão”, Capa, p. 01).

Como se vê, enquanto nas matérias de contexto de *O Norte* há um posicionamento implícito no discurso em torno da candidatura de Milton Cabral, quando se dá voz ao então governador Ivan Bichara e se enfatiza a preferência da Arena em torno do candidato situacionista; em *A União*, essa preferência não se torna nítida no discurso do jornal. Para manter uma certa “imparcialidade” em torno do processo, não se fala explicitamente em nomes à sucessão e, do discurso de Ivan Bichara, destaca-se apenas que a decisão caberia ao Presidente da República.

Desses referenciais colhidos dos jornais, sobretudo de *O Norte*, até então fica nítido que a Arena passava por um intenso conflito e que a indecisão acerca do nome a ser indicado ao Governo da Paraíba só acirrava ainda mais as problemáticas. Nesse sentido, seria estratégico se cogitar um terceiro nome que poderia vir a sanar os conflitos internos do partido e agrupar diferentes lideranças em torno da candidatura do *tertius*.

É importante destacarmos que nas matérias designadas por nós como de **contexto**, ou seja, os textos publicados entre 01 e 25 de abril de 1978, há uma enorme diferença numérica com relação à abordagem do fenômeno das eleições nos periódicos. Do *corpus* textual recolhido durante o mês de abril, chegamos ao número de 35 matérias em *O Norte* relacionadas ao processo sucessório, sobretudo na Paraíba. Em *A União*, apenas seis matérias foram encontradas. Vejamos esses dados no quadro abaixo:

Quadro 01: Números das matérias de contexto

Periódicos selecionados	<i>O Norte</i>	<i>A União</i>
Matérias sobre o contexto das eleições	35	6

Fonte: Pesquisa direta, 2010.

Essas diferenças demonstram o grau de importância dado ao processo das eleições por cada um dos periódicos. Em *O Norte*, o processo sucessório foi apresentado integralmente, quando os conflitos do período foram enfatizados; as diferentes nuances do fato foram discutidas, tanto nas notícias, reportagens e colunas políticas; foi dada voz a diferentes lideranças políticas, que mesmo em um período militar ainda conservavam o ranço dos tempos de vigor oligárquico. A

histórica alternância oligárquica, baseada nas representações de grupos com nome e força política para a conquista do poder, sobrevivia ainda na Paraíba, embora com novas configurações. Todos esses aspectos ficaram nítidos nos textos de *O Norte*. Os conflitos que se apresentavam no cotidiano da política no Estado da Paraíba eram progressivamente trabalhados no cotidiano discursivo desse periódico.

No caso de *A União*, os pouquíssimos relatos de contexto, no período entre 01 e 25 de abril de 78, não nos fornecem dados precisos sobre o processo eleitoral. Talvez por ser um periódico historicamente vinculado ao governo oficial, os textos do jornal *A União* estavam mais voltados a destacar, no período relatado acima, a participação do governador Ivan Bichara em eventos, os esforços do governador pela melhoria dos problemas do estado, o engajamento do mesmo no processo de sucessão governamental.

Bem, esses são alguns dos traços que pudemos detectar no período que convencionamos chamar de **contexto**, de 01 a 25 de abril de 78. Como não se trata do objetivo central de nosso estudo, mas apenas de um espaço de sondagem de dados históricos e referenciais acerca do acontecimento das eleições governamentais indiretas de 1978, não nos estenderemos mais nesse tópico.

Esse recorte se fez importante para darmos continuidade à leitura discursiva dos periódicos em estudo, na medida em que é desse período prévio à indicação do líder político Tarcísio Burity, e dos conflitos imanentes ao momento, que brota a necessidade de escolha do *tertius* e, a partir desse fato, desenvolve-se a construção imagética pelos periódicos em análise em torno do nome e do perfil de Burity, o que contribuiria para fortalecer o consenso junto aos quadros da Arena, como também junto à sociedade paraibana.

3.4.2 A imagem do líder carismático nos jornais *O Norte* e *A União*

Trabalhar com os discursos produzidos pelas mídias, adentrar na materialidade do texto para sondar o que se encontra por trás dos dizeres – que são reflexos do campo social – revela-se como um passo instigante para o pesquisador, porém que requer atenção acurada para que o foco do estudo seja perseguido. Em nosso caso, esse foco está na compreensão do cotidiano da candidatura de Tarcísio Burity nos jornais *O Norte* e *A União*, de modo a verificar a imagem construída pelos

periódicos em relação ao agente e líder político.

Antes de adentrarmos na materialidade dos textos, para compormos uma leitura crítica do *corpus* selecionado, devemos tratar brevemente de alguns critérios relativos ao **universo** de matérias e à **amostra** selecionada para análise. Em leitura das **matérias noticiosas** que envolviam o nome de Burity, distribuídas entre os meses de abril, maio e agosto, chegamos ao seguinte número: 38 matérias do jornal *O Norte* e 28 matérias do jornal *A União*. Como já ressaltamos nos procedimentos metodológicos, dentro desse universo recolhido, mesmo estando presente o nome de Burity, havia nos relatos, de cada um dos jornais, temáticas coincidentes e abordagens sobre a sucessão para o Senado e a Presidência. Com isso, tornou-se necessária a coleta de uma amostra destes textos que estivesse diretamente ligada à candidatura de Burity e a assuntos paralelos a esta escolha. Então, desse total, foram recolhidos 21 textos do jornal *O Norte* e 19 matérias do jornal *A União*, totalizando 40 notícias para o encaminhamento das análises. Todo esse material está disposto nos anexos dessa dissertação pela seqüência das edições. Passemos então às análises do material empírico.

3.4.2.1 Percurso analítico jornal O Norte

A matéria do dia **26 de abril de 1978**, na véspera do dia de escolha do líder, intitulada “Ivan pode anunciar Burity hoje como o seu sucessor”, destaca a possibilidade de indicação de Tarcísio Burity ao governo do Estado da Paraíba.

No texto, há destaque para a fala de Burity relatando a surpresa e o contentamento diante da possível indicação do *tertius* ao cargo. Vejamos trechos da impressão de Burity sobre o fato e traços que revelam o que temos discutido ao longo desta dissertação acerca da vida pública de Burity:

O telefone tocou durante toda a madrugada na residência de Burity, que estava surpreso – segundo disse – com sua possível indicação, principalmente por ser um técnico e não um político, embora ligado à Arena, e com livre trânsito em todos os setores. (O Norte, 26 de abril de 1978, “Ivan pode anunciar Burity hoje como o seu sucessor”, Matéria de Capa, p.01).

A decisão dos líderes da Arena pareceu ao público em geral, segundo o periódico, uma estratégia surpreendente mesmo por parte do esquema situacionista, pois, de acordo com o periódico estudado, a disputa até então girava em torno das candidaturas de Antônio Mariz e Milton Cabral, como demonstramos nas matérias de contexto, no tópico 3.4.1.

O próprio Burity se disse admirado com sua escolha por ser ele um *“técnico e não um político”*. Comprova-se então, nas palavras do líder, que mesmo sendo um técnico do serviço público, a trajetória política seria inteiramente viável dada a sua vinculação com o partido Arena e dada a sua estratégia conciliatória entre os diversos setores, tanto políticos, pela sua experiência no serviço público, quanto sociais, devido ao reconhecimento enquanto um intelectual de renome na Paraíba.

A matéria em análise destaca como certo que o processo sucessório seria concluído em torno da candidatura de Antônio Mariz e que a notícia sobre a escolha de Burity chegou na última hora da decisão. Como se pode perceber no excerto abaixo, ainda da matéria do dia 26 de abril, seria certo dizer que a imprensa, em geral, rende-se ao diálogo com o poder político:

Os jornais pessoenses já estavam com suas manchetes prontas, à meia-noite de ontem, quando começaram a chegar de toda Brasília os telefonemas dando como certo o nome de Burity. As manchetes falavam em que o governador Ivan Bichara deveria anunciar o nome de Mariz às 9:30h de hoje, sendo improvável, segundo as últimas informações, que isto ocorra, pois Burity é – a esta altura – o mais cotado, vencendo pois o esquema do Governador Bichara. Burity afirmou que, se eleito, pretende contar com todo apoio da Imprensa paraibana para realizar um bom Governo. (O Norte, 26 de abril de 1978, “Ivan pode anunciar Burity hoje como o seu sucessor”, Capa, p. 01).

Como vemos, assim como as reviravoltas políticas, sobretudo em tempos de eleições indiretas, o discurso praticado pelo jornal acompanha as reconfigurações do cenário da eleição governamental de 1978. Ora, se por um lado, a preferência de Bichara girava em torno da candidatura de Milton Cabral ou de um *tertius*, por outro lado as estratégias publicitárias em torno do nome de Mariz e o apoio de agripinistas, ernanistas e marizistas, como mostramos anteriormente, apontavam-no como possível vitorioso. Surpresa mesmo, tanto para a Arena como para a sociedade paraibana, foi sair o *tertius*.

Na verdade, o processo de sucessão ao governo do Estado, em 1978, pelo

menos nos relatos dos jornais investigados, não nos pareceu muito claro, desde o início dessa trajetória no cotidiano dos periódicos. Embora seja preciso destacar que, em momentos de eleições indiretas, nada se faz muito às claras mesmo, e o que vai sendo apresentado pela mídia também revela traços dessa obscuridade.

Nas últimas linhas do trecho que destacamos da matéria em análise, Burity pede o apoio da imprensa da Paraíba para encaminhar seu Governo. Essa é mais uma marca dos vínculos inevitáveis entre o trabalho midiático e o cotidiano da política. Burity procura ganhar a simpatia da imprensa, e assim fortalecer a imagem junto à opinião pública. O que inquieta nessa fala é o pedido de apoio da imprensa. Ora, para construir um bom governo, seria necessário esse apoio da imprensa, ou um bom governo se faz com ações efetivas capazes de aplacar as problemáticas sociais? Haveria, nesse discurso, uma estratégia de diálogo com o poder midiático? Lembramos aqui o que nos diz Max Weber, em seu programa de pesquisa intitulado *Sociologia da imprensa*, discutido no tópico 3.2.1 desse trabalho dissertativo, que é preciso ter em vista que as diversas seções dos jornais, começando pelas seções políticas, apresentam relações diferenciadas com o poder. Por isso mesmo, “os contatos dos jornais com os partidos, (...), com todos os inumeráveis grupos e pessoas que influem na vida pública e são influenciados por ela, supõem um campo impressionante para a investigação sociológica” (WEBER, 2003, p. 15).

A notícia da edição de **27 de abril de 1978**, que tem como título “Burity diz que a hora é de união”, destaca a vitória do nome de Burity após a reunião entre Ivan Bichara e Geisel em Brasília. Além desse dado factual, o texto se propõe a apresentar a competência de Burity para unir o partido Arena, como também destaca aspectos da vida privada do líder político.

No primeiro parágrafo da matéria, Burity já é colocado na posição de um conciliador dos problemas do partido Arena. Destacamos um trecho para analisarmos:

*Afirmou não se considerar “política ou partidariamente desabilitado” pelo fato de ter sido indicado como **tertius**, achando que já desapareceram os motivos que levaram o Partido a desunir-se em duas alas divergentes. A palavra de ordem, para ele, é unir a Arena para conquistar a maior amplitude eleitoral possível. (O Norte, 27 de abril de 1978, “Burity diz que a hora é de união”, Capa, p. 01, grifo do jornal).*

Nesse momento, recorreremos a Charaudeau (2006, p. 64) para tecermos uma análise desse fragmento. Segundo o autor, “o ser de palavra, quer se queira quer não, é sempre duplo. Uma parte dele mesmo se refugia em sua legitimidade de ser social, outra se quer construída pelo que diz seu discurso.”.

No caso da matéria em análise, que se constrói por meio do discurso indireto, é dado destaque ao pensamento de Burity com relação à escolha do *tertius*. Como já discutimos outrora, o líder não procede do meio político nem tinha tradição nos grupos oligárquicos, e teria sido escolhido como uma opção de força para gerar consenso junto à Arena.

Essa lógica foi muito bem compreendida por Burity, que reproduz em seu discurso a máxima de união. Então, seguindo o que nos diz Charaudeau (2006), temos que, com a fala destacada no jornal, alcança-se essa legitimidade de ser social e político quando ele mesmo diz não ser “*política ou partidariamente desabilitado*”. Outra forma de assegurar a legitimidade do “ser de palavra” seria por meio do discurso de conciliação junto ao partido.

Seguindo com a análise da matéria, vemos que o jornal começa a dar ênfase à vida privada de Burity, com a finalidade de apresentar o gosto cultural do líder, os filhos, as preferências literárias, a formação. Segue um fragmento bastante ilustrativo:

Sobre literatura, prefere José Américo, José Lins e Jorge Amado. Quem quer que tenha tido a oportunidade de conversar com Tarcísio Buriti, porém, perceberá claramente a sua predileção pelos autores alemães, tanto em literatura como em proposições políticas. Aliás, para quem complementou sua formação universitária na Europa, não seria de se estranhar. Tarcísio Buriti tem pós-graduação na Universidade de Poitiers, na França, além de ter passado pelos bancos da respeitável Universidade de Houston, no Texas. (27 de abril de 1978, “Burity diz que a hora é de união”, Capa, p. 01).

O jornal confere destaque à formação e aos hábitos culturais de Burity como forma de assegurar a legitimidade do líder, sendo então uma figura qualificada para exercer o governo da Paraíba, mesmo não procedendo das oligarquias políticas da Paraíba, mas da burocracia.

No trecho em análise, fica clara a tentativa do jornal em assegurar reconhecimento ao líder por meio do *ethos* da “inteligência”. Em Charaudeau (2006, p. 145), vemos que esse *ethos* “pode provocar a admiração e o respeito dos

indivíduos por aquele que demonstra tê-lo e assim os faz aderir a ele”. Nesse caso, a intenção do periódico talvez fosse gerar a identificação dos líderes da Arena e da sociedade paraibana com a candidatura de Burity, guiando-se pela tradição que diz, ainda segundo Charaudeau (2006, p. 145), que “um homem culto não pode ser senão um homem de bem”.

Mesmo não tendo conhecimento teórico sobre essas questões, a mídia sabe muito bem como lidar com a construção dessas identidades e levar à esfera pública imagens estrategicamente estabelecidas.

Em outra notícia, do dia **27 abril de 1978**, temos o seguinte título: “José Américo: a escolha de Buriti foi excelente”. O jornal ratifica a boa escolha de Buriti por meio das palavras do então Ministro José Américo de Almeida. Da matéria, retiramos o seguinte excerto:

Solicitada sua opinião sobre a indicação do secretário Tarcísio Buriti para a chefia do Executivo estadual ele afirmou: “A escolha foi excelente. Recaiu num homem público dotado das qualidades necessárias para governar com a sua cultura, sua facilidade de assimilação e a experiência atualmente adquirida num dos setores mais difíceis: a Secretaria de Educação e Cultura. Não sou político, mas faço justiça diante de um fato consumado”. (O Norte, 27 de abril de 1978, “José Américo: a escolha de Buriti foi excelente”, Capa, p. 01).

O jornal abre espaço para a voz de apoio do ministro à candidatura de Burity e destaca dados interessantes nessa fala. Já o título da matéria revela uma ênfase muito positiva para a escolha, isto é, uma “*escolha excelente*”.

José Américo, por meio do espaço dado a ele na matéria, ressalta as qualidades de Burity enquanto homem público, com experiência na secretaria de estado, com o saber capaz de fazê-lo assimilar com competência o ofício de homem político.

Mais uma vez vemos uma busca por legitimar o nome de Burity, quando a matéria deixa essa missão ao encargo do ministro José Américo. Um homem respeitado que seria capaz de opinar favoravelmente ao governo de Burity.

Nesse texto, a sugestão imagética gira em torno do *ethos* da “competência” para o cargo. Charaudeau (2006, p. 125) ressalta que o discurso da “competência” exige de seu possuidor, ao mesmo tempo, saber e habilidade”. (Grifo do autor).

Com isso, a identificação e o consenso social em torno da candidatura ficariam a cargo da formação necessária para o exercício da atividade política e, nesse sentido, o jornal em análise soube se apropriar adequadamente da fala do ministro para gerar tal imagem.

Ainda na edição de **27 de abril de 1978**, temos a matéria com o título: “Responsabilidade não é nossa, afirma Agripino”.

O texto discorre sobre a nota chegada aos jornais do Sul do País e elaborada pelo ministro João Agripino sobre a escolha do nome do *tertius*. Vejamos no trecho:

Em nenhuma conversação, a qualquer momento, que mantive com o governador Ivan Bichara, com o presidente do partido, com o presidente do Senado, com o chefe da Casa Civil e outras autoridades me foi mencionada sequer a cogitação do terceiro nome. Não tenho restrição pessoal de qualquer maneira ao candidato escolhido. É um ilustre professor universitário, e eficiente secretário de educação. De reputação ilibada e de nível intelectual também elevado. A verdade, porém, é que o eleitorado da Paraíba, segundo me consta, estava na expectativa da escolha de Mariz ou de Milton Cabral. E ainda, segundo me consta, a grande maioria, ansiosa pela candidatura de Mariz. A indicação de um terceiro nome, por mais ilustre que seja, surpreendeu e frustrou este eleitorado que é partidário de Mariz ou Milton Cabral. Tarcísio Buriti, embora seja conhecido nos meios intelectuais, para a massa eleitoral da Paraíba é desconhecido. (O Norte, 27 de abril de 1978, “Responsabilidade não é nossa, afirma Agripino”, Capa, p. 01).

A matéria apresenta o ressentimento do Ministro João Agripino com a escolha do *tertius*. Como relatamos anteriormente, o apoio do ministro era dado ao candidato Antônio Mariz. Com isso, o periódico dá espaço à fala de João Agripino que se demonstra surpreso com a decisão final da Arena.

Embora insatisfeito, o ministro aponta as qualidades de Buriti, pelo menos no meio intelectual, porém não no meio político. João Agripino ressalta a ansiedade do eleitorado paraibano em torno do nome de Mariz, o candidato por ele apoiado.

Ao final da matéria, João Agripino ressalta o seguinte: “O que eu quero deixar absolutamente claro é que a responsabilidade do resultado eleitoral (...) não caberá aos políticos locais mas àqueles que escolheram ou influíram para a escolha do candidato apolítico frustrando o eleitorado arenista”.

Nesta matéria, fica nítido o conflito interno da Arena, as divergências no tocante ao nome do candidato. Mas fica claro também o jogo de poder, as

inquietações vivenciadas pelas lideranças da Arena para que o nome apoiado por cada uma delas fosse escolhido.

O jornal destaca, na mesma página, a matéria relatando o apoio de José Américo ao *tertius* e a notícia sobre João Agripino questionando a decisão da cúpula do partido.

Porém, ante todo esse cenário, uma coisa fica clara: o reconhecimento, por ambas as partes, da capacidade intelectual de Burity, sua reputação no meio universitário, sua eficiência na liderança da Secretaria de Educação e Cultura do Estado. Mesmo que por vozes dissonantes, mais uma vez essas qualidades são destacadas no jornal como forma de afirmar a capacidade de Burity para o cargo que o aguardava.

Na edição do **dia 28 abril de 1978**, com a notícia intitulada “Ivan: José Américo não interferiu”, o jornal abre espaço para o discurso do governador Ivan Bichara isentando o ministro José Américo e seu filho, ministro Reynaldo de Almeida, de qualquer responsabilidade na escolha do nome de Burity ao governo do Estado.

Dentre outras questões, a matéria aborda também a confiança do então governador Ivan Bichara na candidatura de Burity, na capacidade deste para exercer o governo.

O governador Ivan Bichara, que chegou ontem de Brasília, (...) disse (...) que os ministros José Américo e Reynaldo de Almeida não tiveram nenhuma participação na escolha do futuro Governador Tarcísio Burity. (...). Na coletiva concedida à Imprensa paraibana, ontem a regressar de Brasília, onde esteve participando das demarches da sucessão governamental, o sr. Ivan Bichara deixou claro que deposita inteira confiança no seu sucessor pois “Tarcísio Buriti tem todas as credenciais para governar com a preocupação de fazer aquele objetivo que é o do bem comum. Na Secretaria de Educação ele deu um testemunho disso. Tanto que nunca houve nenhuma preocupação de nossa parte com relação ao problema de compra de vagas. (...). É um homem arejado, professor universitário que vocês conhecem tão bem quanto eu, e que tem condições de dar continuidade ao esforço que estou fazendo de ter um governo de paz”. (O Norte, 28 de abril de 1978, “Ivan: José Américo não interferiu”, Capa, p. 01).

Há dois pontos que queremos analisar desse trecho. Primeiro, o “boato” de participação dos ministros na escolha de Burity estava sendo algo recorrente nos

relatos dos meios de comunicação da Paraíba. Verificamos também uma necessidade veemente de negar essa participação, sobretudo nos relatos do jornal em análise. Não temos fontes fidedignas sobre essa participação dos ministros, contudo não seria de se estranhar essa possível sugestão do nome de Burity, já que José Américo simpatizava com o líder desde tempos remotos, quando intermediou, em 1975, a nomeação deste último ao cargo de Secretário de Educação e Cultura. Porém, não percebemos nesse relato midiático a ligação com esse fato passado e sim apenas a ênfase tachativa da não influência dos ministros.

Se há um grupo a que podemos vincular Burity ao longo de sua trajetória, esse seria o grupo americista. Representante da classe média na Paraíba, a base de apoio social de José Américo estava composta por intelectuais, estudantes e funcionários públicos. Como demonstramos no capítulo 2, p. 50, seguindo relatos de Mello (2007, p. 228), “da classe média americista advieram João Agripino, Antônio Mariz e Tarcísio Burity”. Burity não advém dos remanescentes da oligarquia política do Estado da Paraíba. Procedente da classe média paraibana, Burity encontra sustentáculo junto aos políticos desse segmento.

O segundo ponto de análise do trecho que destacamos refere-se à fala de Ivan Bichara e da credibilidade que este aponta em torno do nome de Burity. Sabemos que a escolha do *tertius* foi uma estratégia política encontrada pelos líderes da Arena para garantir espaço. Essa estratégia se revela na ênfase constante à capacidade de Burity e nos relatos do jornal sublinhando aspectos da vida pública e intelectual do líder.

O *ethos* de inteligência e o de competência são constantemente fortalecidos no jornal, sobretudo quando é dado espaço para a opinião de Ivan Bichara.

Assegura-se na matéria que o futuro governador estaria habilitado a perseguir o bem comum em seu governo, destacando-se como um homem de confiança desde o exercício como Secretário de Educação.

Nesse caso, fica patente o que discutimos alhures, que o ingresso na política, para Burity, seria apenas uma questão de tempo, pois a trajetória do homem “virtuoso”, da vocação para a política, guiada pela conduta e pelo comportamento diante das ações públicas já se fazia presente na condução de sua carreira. E essa imagem é perceptível no relato impresso em questão.

Com Charaudeau (2006, p. 122), vemos que o *ethos* de “virtude” “exige que o político demonstre sinceridade e fidelidade, a que se deve acrescentar uma imagem de honestidade pessoal”.

Na matéria investigada, o testemunho de Ivan Bichara sobre Burity vem fortalecer esse *ethos* do homem virtuoso construído pelo periódico em relação à vida pública de Tarcísio. Em outra parte do mesmo texto em estudo, Bichara reforça essa idéia dizendo que “*educação (...) é uma ação de alta política*”. E que “*Político é o homem que se preocupa com os outros*”.

Na edição de **03 de maio de 1978**, encontramos a notícia que tem o seguinte título: “Buriti deverá sair no dia dez mas ele diz que não fixou data”.

A matéria informa sobre a saída de Burity do cargo de Secretário de Educação e Cultura para oficializar sua candidatura ao Governo do Estado da Paraíba. A notícia é curta e tem a finalidade de apresentar a reunião do líder com os funcionários da pasta. O trecho a seguir nos chamou atenção devido ao termo utilizado pelo periódico para qualificar Burity. Vejamos:

*O recinto reservado a reuniões desse gênero e anexo ao gabinete do secretário não foi suficiente para o numeroso grupo – e houve gente que ficou em pé para receber as últimas instruções do **chefe**. (O Norte, 03 de maio de 1978, “Buriti deverá sair no dia dez, mas ele diz que não fixou data”, Capa, p. 01, grifo nosso).*

Encontramos, pela primeira vez, dentre as matérias até então interpretadas, o uso do adjetivo **chefe** para qualificar o candidato. A qualificação já antecede, de certo modo, o posto que seria assumido por Burity enquanto futuro governador. Nesse sentido, é dada ênfase à quantidade de pessoas presentes para receber as instruções do líder político e à preocupação de Burity em repassar orientações para a condução dos assuntos ligados à secretaria. Com o atributo de **chefe**, o professor universitário, o homem que construiu a carreira pela via burocrática, é apresentado como um líder político por meio do discurso midiático. A publicização desse encontro, mesmo sendo um relato informativo, tenciona fortalecer a imagem pública e política de Burity junto ao quadrante social.

Salientamos aqui que, com essas interpretações sobre o conteúdo informativo veiculado durante a candidatura de Burity, não pretendemos levar a crer que há

sempre uma conspiração midiática para alcançar os fins pretendidos e construir identidades, porém é preciso perceber que por trás dos relatos há sempre algo a ser desvendado, intencionalidades muitas vezes veladas, sobretudo quando trabalhamos com as aproximações entre mídia e política.

Na edição do **dia 04 de maio de 1978**, o texto intitulado “Escolha do vice agora será missão de Buriti” aborda a escolha do vice-governador sob a responsabilidade de Tarcísio Burity.

A matéria se propõe a discorrer sobre a escolha do vice-governador, porém em um determinado momento perde o foco do assunto e se volta a anunciar a campanha de Burity no sentido fortalecer a sua própria candidatura e a busca, do líder, pelo êxito da Arena nas eleições. Destacamos alguns fragmentos ilustrativos:

Tarcísio Buriti disse na oportunidade que já está em ritmo de campanha por entender que a responsabilidade da Arena é grande para a vitória. (...) ele afirmou que fará questão de manter contatos com todos os delegados municipais junto a (sic) Convenção Regional, para ouvir e sentir a opinião de todos eles. Isso porque, como afirmou: “na verdade a solução do Presidente da República, Ernesto Geisel e do seu sucessor, general João Baptista Figueiredo e do próprio Governador Ivan Bichara, e toda a bancada federal e estadual que compuseram a maioria do Partido na Paraíba, essa escolha vem no sentido da vitória. (O Norte, 04 de maio de 1978, “Escolha do vice agora será missão de Buriti”, Capa, p. 01).

O texto apresenta um líder confiante, certo da vitória junto à Convenção Regional da Arena, que ocorreria em 04 de junho de 1978. Na matéria, faz-se o recorte da atitude do líder de contatar os delegados do partido, e não apenas contatar, mas “*ouvir e sentir a opinião de todos*”. Aqui, mais uma vez, se confirma a sugestão de chefia, de liderança, de atitude proativa para assegurar a vitória, não apenas a dele, mas a do próprio partido.

Inferimos que há nesse discurso uma busca de afirmação da imagem do **chefe**, na medida em que, de acordo com as palavras de Charaudeau (2006, p. 153), esse *ethos* de chefe “é voltado ao mesmo tempo para si e para o outro. Ele é uma construção de si para que o outro adira, siga, identifique-se a este ser que supostamente é representado por um outro si-mesmo idealizado”.

Por meio dessa construção simbólica, o líder não apenas está preocupado consigo e tem uma busca maior que a busca pessoal, ou seja, procura perseguir a

conciliação entre os líderes do partido tendo em vista o êxito da campanha da Arena Regional e Nacional. As próprias palavras de Burity, destacadas do final da notícia em análise, atestam essa questão: *“Temos a certeza de que com um trabalho pessoal e persistente, dentro das diretrizes da Arena Nacional, teremos a certeza da vitória nas próximas eleições”*.

A força da construção imagética em torno da figura de Burity continua na matéria do dia **05 de maio de 1978**, que tem como título: “Buriti procura Mariz e afirma querer o diálogo”.

A partir da mediação do jornal, Burity é apresentado com a imagem do conciliador quando procura fazer contato com Antônio Mariz a fim de pedir apoio político para o partido Arena.

O jogo com a imagem de Burity, que paulatinamente vinha se construindo no cotidiano discursivo do jornal *O Norte*, é mais uma vez reforçado na matéria em questão. A apresentação da forma política no cotidiano do jornalismo, lembrando aquela perspectiva, já apontada por Maffesoli (2005), de uma “força imaginal do político”, no livro *A transfiguração do político*, vem nesse texto dar mais um sinal de existência.

Procuremos, nesse momento, compreender o trecho que se apresenta:

O futuro governador da Paraíba, Tarcísio de Miranda Buriti, procurou, ontem, na residência de sua sogra, à avenida Santos Dumont, o deputado federal Antônio Mariz, tendo com ele mantido uma conversa que durou cerca de uma hora e meia (de 8:30 às 10h). Agradecer um telegrama de congratulações e cientificar Mariz de que se encontra absolutamente desarmado e pronto para o diálogo foram as duas principais razões que levaram Tarcísio Buriti a procurar o parlamentar sertanejo. (O Norte, 05 de maio de 1978, “Buriti procura Mariz e afirma querer o diálogo”, Capa, p. 01).

O jornal destaca o encontro com Mariz como uma iniciativa de Burity, que se deslocou até a casa da sogra do deputado para tentar um acordo de paz. O texto trabalha com dados referenciais, como ao relatar o endereço da sogra, o tempo de duração do encontro, compondo com isto um cenário harmonioso, em que teria ocorrido uma conversa “amistosa”. Um ambiente familiar, com tempo de sobra que, até certo ponto, podem demonstrar cordialidade entre os líderes. Talvez até uma estratégia encontrada pelo próprio Burity e publicizada pelo jornal em análise.

Pensamos, sobre esta questão, junto com Charaudeau (2006, p. 137) que, na obra *Discurso político*, ressalta,

que o *ethos* político é resultado de uma alquimia complexa feita de traços pessoais de caráter, de corporalidade, de comportamentos, de declarações verbais, tudo relacionado às expectativas vagas dos cidadãos, por meio de imaginários que atribuem valores positivos e negativos a essas maneiras de ser.

Na matéria analisada, temos uma sutil presença desse jogo imagético, revelado na ênfase dada aos detalhes do fato pelo periódico, bem como presente na atitude diplomática e, nesse sentido, política, de Buriti ao buscar se reconciliar com Mariz, que estava ressentido por ter sido preterido pela Arena.

Em outro fragmento da matéria, o jornal chega a fazer uma interpretação interessante sobre o acontecimento, que mais uma vez atesta a interferência midiática nos fatos da seara política: *“Terá sido, antes de tudo, um encontro cordial, uma vez que Buriti, como ele próprio declarou, considerar (sic) Mariz um grande amigo.”*.

Na edição de **06 de maio de 1978**, uma matéria com o seguinte título: “Buriti: ainda não há nomes propostos para senador direto”.

O texto apresenta-se dividido em dois focos principais: o tema da sucessão direta para o Senado Federal e, da segunda metade ao fim, discorre sobre os planos de Buriti para o Governo da Paraíba.

Nos primeiros parágrafos da notícia, Buriti destaca a necessidade de conferir espaço à ala minoritária do partido Arena no tocante à candidatura do senador direto.

Na segunda parte da notícia, é dado espaço à fala de Buriti para que ele revele os planos administrativos e políticos para a Paraíba. Transcrevemos alguns fragmentos abaixo:

Ao falar sobre seus planos para governar a Paraíba, Buriti frisou que pretende fazer uma catalogação de quais os principais problemas que afligem as comunidades, através de seus líderes políticos e outros líderes da comunidade, passando então esse levantamento para os técnicos que poderão começar a trabalhar sobre esse material, estabelecendo uma ordem de prioridade, tendo em vista o plano do Governo Federal, “porque hoje o planejamento brasileiro é um planejamento global, depois vem o regional, compatibilizando

também com as idéias fundamentais que o próprio governo já tem”. (...) No aspecto político, Buriti disse que pretende fazer um “trabalho profundo”, contatar líderes políticos dos municípios, “saber se o líder político é um representante das classes e não um agraciado por um incidente em sua vida”. (...) “Logo após a minha homologação – prosseguiu – formarei um grupo de trabalho que será de pessoas honestas, inteligentes e capazes”. (O Norte, 06 de maio de 1978, “Buriti: ainda não há nomes propostos para senador direto”, Capa, p. 01).

Segundo o jornal *O Norte*, essas declarações foram feitas por Burity ao jornal *“por ocasião de uma visita de cortezia (sic)”* às dependências do veículo de comunicação.

Como já ressaltamos em momentos anteriores desse trabalho, o homem político, no mundo contemporâneo, é um agente que tem em vista, e como pilar fundamental, o poder de influência que a mídia exerce no quadrante social e desta esfera midiática se aproxima com fins bem definidos. A construção midiática da política representa uma verdade que deve ser desvendada em cada caso especificamente.

No caso do texto analisado, vemos que Burity se dirige ao jornal e, segundo o periódico, para uma visita de cortesia. Com o mote de discorrer sobre a sucessão para o senado, a matéria passa a centralizar a narrativa em torno da candidatura e dos projetos de Burity para o estado.

Como vimos no trecho em destaque, Burity reflete um discurso que apresenta uma convergência entre o administrador e o político. Fala com segurança sobre os projetos administrativos, de certo modo querendo atestar a experiência adquirida enquanto técnico do serviço público.

O discurso de ordem racional, obviamente uma postura assumida ao longo do exercício na burocracia, está perceptível nas palavras catalogação, levantamento, técnicos, inteligentes e capazes. O racionalismo que Weber aponta no âmago da burocracia tem sua marca registrada no discurso de Burity elaborado pelo jornal, até porque as próprias palavras do líder, mediadas pelo texto em questão, revelam esses traços.

Por outro lado, Burity é apresentado como um líder político, que demonstra preocupação com os problemas da coletividade e com os contatos com lideranças políticas para trabalhos em parceria.

Não se pode deixar de entrever também, na estratégia discursiva em questão, a estruturação de uma fala didático-pedagógica bem ao gosto do intelectual, do professor universitário que procura aproximar, com a contribuição do jornal, tal identidade do discurso político publicizado pelo periódico.

Há duas notícias no dia **06 de maio de 1978**, “Buriti recebe título” e “Buriti será homenageado por colegas”, ambas do Segundo Caderno, p. 08; e uma no dia **09 de maio de 1978**, “Escolhidos três novos acadêmicos”, do Primeiro Caderno, p. 03, que, por apresentarem semelhanças no encaminhamento discursivo, faremos a análise conjuntamente.

O interessante a ser destacado dessas matérias é que elas discorrem sobre homenagens e títulos endereçados a Tarcísio Burity sempre com a intencionalidade de fortalecer a dimensão do intelectual. Nas matérias investigadas, há sempre menção ao título de professor, doutor, a aspectos relacionados à formação do líder.

Embora lidando com fatos sociais e com a referencialidade da informação, os recortes dados aos acontecimentos devem passar pelo crivo de uma investigação acurada que tenha em vista o conteúdo discursivo que é apresentado pelos meios.

No caso dos textos em análise, vemos nitidamente uma tentativa de dar visibilidade ao que Charaudeau (2006, p. 72) designa como sendo “legitimidade por formação”.

A legitimidade por formação supõe que se tenha passado por instituições de prestígio (escolas de alto nível ou universidades de renome), que o diploma tenha sido obtido entre os primeiros colocados, que se tenha exercido cargos de responsabilidade prestigiosos e que se tenha sido notado por sua capacidade e por tudo que poderia provar que reúne competência e experiência. Trata-se aqui de ser “bem formado”, pois competência e experiência dariam ao sujeito um poder de agir com discernimento. (Grifo do autor).

As matérias que estamos analisando trazem traços dessa imagem ligada à formação do líder e à legitimidade do saber. Isso se revela no destaque dado à formação de Burity na turma de Direito e na homenagem prestada pelos colegas de turma, ou, como destacado no jornal, “os *bacharéis*”, amigos e admiradores do candidato. Na notícia, “Buriti será homenageado por colegas”, chega-se a ressaltar

que Burity foi o orador da turma concluinte de 1961, implicando com isso na sugestão de uma habilidade, desde tempos remotos, para a vida pública.

No texto com título “Escolhidos três novos acadêmicos”, o enfoque gira em torno da escolha de três nomes para ocupar cadeiras na Academia Paraibana de Letras. Burity é um desses nomes.

Mais uma vez entra em destaque a imagem ligada à formação pessoal e profissional do líder, um homem que apresenta uma “vocação” marcada pelo saber intelectual que, no caso dele, legitima o fazer político. Na matéria, Burity    implicitamente apresentado como um homem de letras, uma figura pública, com um *curriculum* que lhe abriu espaço não apenas no meio acad  mico, mas que revela uma seqüência de atributos capazes de assegurar aceita  o e credibilidade para o encaminhamento na vereda política.

Seguindo o curso das análises, na edi  o de **19 de maio de 1978**, encontramos o seguinte título: “Escolha foi minha e    irreversível”.

A matéria aborda a escolha que Burity fez em torno da candidatura do médico Clóvis Bezerra Cavalcanti para o cargo de vice-governador. Seguem-se as palavras do líder em destaque no texto jornalístico: “foi minha, foi uma escolha pessoal, autorizado como estava desde o encontro no Palácio da Reden  o, (...) também é preciso ficar necessariamente claro que    irreversível.”

As palavras de Burity, recortadas pelo jornal, deixam evidente que o candidato demonstra autoridade plena no trato com a questão da indica  o do vice-governador. Burity sente-se autorizado não apenas pelos líderes da Arena, mas, no trecho, fica evidente que há uma confiança irrevogável de Burity na escolha do vice, o que se revela na própria força das palavras ressaltadas.

Nesse caso, há uma tentativa de apresentar-se junto    sociedade como um homem convicto de suas decisões, uma liderança que encontra fortaleza e apoio integral do partido Arena. Como um líder que procura conciliar a escolha que fez pelo companheiro de governo, motivado pela afinidade com este, com os interesses de alguns grupos dissidentes da Arena, a exemplo dos marizistas. Vejamos o que revela o fragmento abaixo:

O deputado Evaldo Gonçalves, líder da maioria na Assembléa, propôs que fosse concedida ampla liberdade de a  o ao candidato a

Governador, para a condução do assunto. A sugestão foi acolhida unanimemente. Tive a oportunidade de agradecer o gesto e afirmei que todos confiassem na minha isenção. Só tinha um interesse – o de obter a unidade do partido. (...) Diante do quadro que se me apresentava, após a série de entendimentos, fixei-me no nome do médico Clóvis Bezerra Cavalcanti, por haver chegado à conclusão de que é um político experiente, com trânsito livre em quase todas as áreas partidárias inclusive junto ao ministro João Agripino de quem é amigo. É um homem que tem ocupado posições de relevo na vida política do Estado e que dispõe das condições que me parecem indispensáveis para ajudar-me a realizar o trabalho destinado a alcançar a união e o fortalecimento do partido. (O Norte, 19 de maio de 1978, “Escolha foi minha e é irreversível”, Capa, p. 01).

Mais uma vez é conferida a Burity a força de união do partido Arena por meio do encaminhamento de suas decisões. Tal atitude fortaleceria a candidatura de Burity, pois a decisão procurada por ele, segundo o relato do jornal, tinha em vista um caráter conciliatório, mesmo com o grupo que apoiou a indicação do nome de Antônio Mariz ao Governo do Estado, como era o caso do ministro João Agripino. Há, nessa construção discursiva, a imagem do conciliador, que procura uma solução para os conflitos entre os grupos políticos da Arena, e a imagem de potência, na medida em que coloca a decisão como algo “*irreversível*”.

Voltando à questão do *ethos* como entidade imanente ao discurso, sobretudo o discurso político, Maingueneau (1993, p. 138 *apud* CHARAUDEAU, 2006, p. 114-115) revela que “O *ethos* está [...] ligado ao exercício da palavra, ao papel a que corresponde seu discurso, e não ao indivíduo ‘real’, apreendido independentemente de sua atividade oratória”. (Grifo do autor).

No texto em análise, vemos se construir imagens consideradas relevantes para a construção do *ethos* de “potência” (CHARAUDEAU, 2006, p. 138), o poderia convergir para um fortalecimento da legitimidade e do consenso em torno da decisão de Burity, que se mostra como um indivíduo “bem intencionado” e, ao mesmo tempo, com sagacidade para tomar para si a responsabilidade pela união da Arena.

Na edição de **24 de maio de 1978**, na matéria intitulada “Buriti vai ao Interior: hora é de descompressão”, há, mais uma vez, um relato sobre a procura por estabilização do partido Arena.

A notícia aborda os planos de viagem de Burity pelos municípios do interior da Paraíba com a finalidade de estabelecer o diálogo com lideranças; segundo o jornal,

não só lideranças políticas, mas também líderes estudantis e comunitários. Observemos o excerto a seguir:

O Governador indicado Tarcísio Buriti disse a O NORTE que a atual fase político-partidária na Paraíba deverá ser marcada pela “descompressão” das tensões arenistas provocadas pelos recentes fatos políticos. A intenção de Buriti é estar à frente das gestões conciliatórias que visam a “descompressão” do ambiente político, não desejando colaborar para aumentar a desestabilização partidária. Tarcísio Buriti viajará sexta-feira a Cajazeiras e todo o alto sertão a fim de conversar com líderes locais. Pretende, posteriormente, incrementar sua ação por todo o Estado, principalmente nas grandes cidades. Disse Buriti que devido ao pouco que nos separa das eleições, será impossível contactar em todas as cidades. Mas, pelo menos, os centros mais importantes serão visitados. Manterá contato com líderes políticos, estudantis e comunitários, em pelo menos 10 cidades. (O Norte, 24 de maio de 1978, “Buriti vai ao Interior: hora é de descompressão”, Capa, p. 01, grifo do jornal).

Nesse trecho, já na primeira linha, temos os termos “*Governador indicado*”, que, embora se remeta a um fato político, procura dar ênfase à palavra **governador**, que vem anteposta ao nome de Tarcísio Burity. Entendemos que, desse modo, o periódico reforçaria, indiretamente, nessa construção, a certeza de que o cargo já estaria nas mãos do líder.

Um outro aspecto que observamos na construção discursiva tem a ver com o destaque dado ao nome **descompressão**; obviamente um termo usado por Burity e realçado no jornal pelo recurso das aspas e também em ressaltado já no título da matéria.

A forma como foi construído o texto nos leva a perceber que o discurso do jornal confunde-se, de certa forma, com o discurso de Burity. Apresenta-se o fato por meio da construção do discurso indireto. Contudo, em certos momentos, o autor do texto faz uso de palavras tomadas do repertório do líder político. Vemos isso no exemplo já citado da palavra descompressão, bem como em outra parte da notícia, quando se tem: “*Disse Buriti que devido ao pouco tempo **que nos separa** das eleições, será impossível contactar em todas as cidades*”.

Os termos “*que nos separa*” sendo usados em uma construção indireta, construção esta evidente quando se introduz a frase com as palavras “*Disse Buriti*”, parece-nos um tanto confuso. Não se sabe ao certo se é Burity quem fala ou o narrador do acontecimento em questão.

Esse recurso discursivo é bastante presente nos relatos midiáticos, quando, aos dizeres de um sujeito discursivo – no caso, o sujeito semiótico que é o jornal – mesclam-se termos e falas dos agentes do campo político. Essa realidade, em certos casos, pode causar um conflito de interpretação. Algumas vezes, não se sabe quem exatamente está falando – o agente ou o jornal? – o que poderia obscurecer os enunciados dos fatos da seara política.

Dando continuidade à análise da matéria, vamos nos direcionar precisamente à imagem que se constrói nesse relato midiático.

Com o mote de resolver as tensões político-partidárias da Arena, Burity, mesmo não tendo uma procedência do campo político, revela uma atitude, uma ação de nível político, mais uma vez fortalecendo a postura diplomática de estabelecer o diálogo com os líderes locais. Entendemos que há, nessa construção, uma procura por fortalecer o consenso em torno de uma imagem do líder solidário e apto a resolver os problemas das divergências dentro do partido. Aqui, mais uma vez, dialogamos com Charaudeau (2006, p. 163), quando vemos se descortinar no relato político em análise o *ethos* de “solidariedade”. O pesquisador sublinha que:

O *ethos* de solidariedade faz do político um ser que não somente está atento às necessidades dos outros, mas que as partilha e se torna responsável por elas. A solidariedade caracteriza-se pela vontade de estar junto, de não se distinguir dos outros membros do grupo e, sobretudo, de unir-se a eles a partir do momento em que se encontrarem ameaçados.

Então nesse caso nos perguntamos: será que a construção que se apresenta, logicamente pautada na ação do líder, não revelaria traços desse *ethos*?

Aqui se demonstra o comportamento político de Burity, a atitude proativa de dirigir-se ao contato com as diferentes lideranças do estado da Paraíba.

Talvez por ser um momento de escolhas eleitorais indiretas, encontramos tanta ênfase nas questões ligadas aos partidos e às lideranças. Ademais, nas matérias observadas até a data em análise, não vimos qualquer texto que apresentasse um diálogo com os cidadãos paraibanos, ou uma proposta efetiva de projetos para o governo e para os problemas da coletividade. Nesse caso, a solidariedade de que falamos e identificamos no discurso tem mais a ver com as elites políticas e, não se pode negar, com a aceitação junto a tal quadrante do que com o cenário das demandas sociais.

Na edição de **27 de maio de 1978**, o título que se apresenta é o seguinte: “Buriti: se querem a luta vamos enfrentá-los”.

A matéria aborda a indignação de Burity devido ao lançamento da candidatura de Antônio Mariz como candidato dissidente ao Governo do Estado. Vejamos trechos do texto:

Ele afirmou a O NORTE que vê o lançamento dessa candidatura como “uma contestação não só ao meu nome, mas também ao presidente Geisel, que é o chefe nacional da Arena. Ainda assim, segundo confessou, deseja o diálogo, sendo a sua posição a mesma de sempre, em busca de união e de paz para o partido. “O grupo marizista está agora com uma mensagem permanente de desunião, mas se eles querem luta, vamos enfrentá-los. Estou agindo com paciência – segundo recomendação do presidente – mas é claro que ficarei constrangido se meu nome for contestado na convenção”, declarou. Disse ainda que “o deputado Antônio Mariz é de grande valor de nossa terra, mas não é o único com capacidade de governar a Paraíba, até agora tenho feito gestos claros, no sentido da união, mas que tenho visto é avolumar-se o grupo dos dissidentes. Mesmo assim, vou tranqüilo para a convenção, certo de que conto com a quase totalidade dos convencionais”. (O Norte, 27 de maio de 1978, “Buriti: se querem a luta vamos enfrentá-los”, Capa, p. 01).

Como já dissemos, nas relações de interação com o cotidiano da política, a mídia revela procedimentos de construção da realidade. A realidade é recortada, selecionada e o jogo simbólico que se apresenta é motivado por intencionalidades específicas.

No presente texto, vemos essas relações nitidamente, na medida em que o jornal veicula o embate político por meio unicamente das palavras e considerações de Tarcísio Burity. Há um recorte de falas que colocam o candidato indicado em posição de força em relação ao candidato dissidente, não sendo dado qualquer espaço na matéria para este último.

Apenas um lado do jogo de forças tem espaço privilegiado no discurso impresso em análise. Quando na matéria é dada voz a Burity, abre-se espaço para que ele, com seu discurso, construa para si determinadas imagens que asseguram a sua posição de liderança.

Em um primeiro momento, há o relato de que o nome de Mariz contestaria a decisão do Presidente da República. Nesse caso, já se coloca um primeiro entrave à candidatura do opositor. Assim, procura-se garantir a legitimidade de Burity por meio do uso de um nome forte, isto é, o nome do “*chefe nacional da Arena*”.

Em um segundo espaço da matéria, mais uma vez há o apelo para a imagem do pacificador, do líder que quer a união e não a guerra. Porém, por outro lado, uma liderança que não se nega ao embate, se este for necessário. Reforça-se, nesse caso, o *ethos* de “potência”, caracterizado pela força da luta, do embate em defesa dos interesses pessoais e dos interesses do partido.

Com o discurso de que quer paz para a Arena, Burity deixa implícito o verdadeiro interesse que seria, sobretudo, lutar pela sua própria candidatura e pela legitimidade em todos os setores.

Na edição do dia **30 de maio de 1978**, selecionamos o texto intitulado: “Buriti não se desgastou e ganha de qualquer candidato”.

A matéria é um desdobramento da edição veiculada no dia 27 de maio. No texto, relata-se a repercussão, junto à liderança da Arena na Paraíba, do fato da possível candidatura de Mariz ao Governo do Estado.

– A candidatura do professor Tarcísio Burity continua fortalecida, contando com toda a solidariedade dos que obedecem à orientação política do governador Ivan Bichara – afirmou com veemência o parlamentar, [deputado Evaldo Gonçalves] ao ser instado a falar sobre se a candidatura palaciana estaria abalada após os acontecimentos político-partidários da semana passada, durante os quais o Sr. Antônio Mariz foi lançado postulante ao cargo de governador pelo deputado Álvaro Gaudêncio. Não acredito em desgaste e tenho plena convicção de que, indiscutivelmente, ganharemos na convenção contra qualquer outro candidato. (O Norte, 30 de maio de 1978, “Buriti não se desgastou e ganha de qualquer candidato”, Primeiro Caderno, p. 05).

O recorte dado à fala do líder da Arena local tenciona ratificar a força da candidatura de Burity. Mais uma vez, o jornal cede espaço a um nome de força dentro do partido para legitimar o nome do candidato indicado. Procura-se, então, nessa construção discursiva, reforçar a popularidade do nome de Burity, sendo inclusive usados, no intertítulo da matéria, os termos em caixa alta “CERTEZA DE VENCER”. (Ver Anexo C).

Esse é mais um exemplo das relações entre mídia e política em momentos eleitorais, que, pelo simples fato de ceder espaço a determinadas declarações e construções simbólicas, pode favorecer o embate político em favor de alguns grupos postulantes ao poder.

Em matéria veiculada na edição do dia **18 de agosto de 1978**, “Buriti afirma não haver candidato único a Senado”, e matéria da edição de **29 de agosto de 1978**, “Buriti garante que Arena terá as sublegendas”, temos a abordagem de um mesmo tema, por isso, optamos por desenvolver a análise das notícias em conjunto. Após esse momento, voltaremos à seqüência temporal de análises após o dia 18 de agosto.

Os textos posicionam a fala de Buriti sobre a questão das eleições para o Senado Federal. Achamos relevante a análise dessas notícias, pois as matérias centram-se nos esclarecimentos de Buriti sobre o tema sucessão senatorial.

Nas edições em análise, há a intenção de enfatizar a força política que Buriti adquiriu dentro da Arena, sendo inclusive ele o escolhido para dar declarações à imprensa sobre os aspectos relacionados às eleições para o senado. Vejamos:

*“Não há hipótese da Arena marchar com candidato único para o Senado nas próximas eleições. Precisamos vencer e vamos vencer com as sublegendas, não com candidato único”. A informação foi feita ontem pelo **futuro governador** Tarcísio Buriti durante visita que fez a O Norte. (O Norte, 18 de agosto de 1978, “Buriti afirma não haver candidato único a Senado, Capa, p. 01, grifo nosso).*

*O **futuro governador** Tarcísio Buriti assegurou ontem que a Arena continuará marchando com as sublegendas para as eleições senatoriais, embora admitisse a possibilidade de surgir um outro nome capaz de sensibilizar a ala dissidente até agora insatisfeita com o atual quadro de candidatos ao Senado. – Não existirá candidato único para o Senado, porquanto não vemos, atualmente, nenhum nome que abrigue todas as áreas da Arena, e o partido deverá marchar com as sublegendas – explicou o futuro governador – acrescentando que “uma das sublegendas é irrevogavelmente do sr. Ivan Bichara, ficando as outras duas para outro nome que deseje disputar caso os srs. Juracy Palhano e Maurício Leite desistam de continuar disputando a vaga. (O Norte, 29 de agosto de 1978, “Buriti garante que Arena terá sublegendas, Capa, p. 01, grifo nosso).*

Nesses recortes textuais, Buriti apresenta-se como o porta-voz da Arena paraibana. Talvez esta tenha sido uma estratégia encontrada pelo grupo de apoio à candidatura do líder, procurando reforçar a sua legitimidade enquanto político. Descortina-se, no presente discurso, a imagem de uma liderança que tem autoridade para discorrer sobre os planos para sucessão senatorial e, com isso, atrai a atenção da opinião pública para si.

Segundo Charaudeau (2006, p. 65), “É na identidade social do sujeito político que se projeta sua legitimidade. (...) A legitimidade social é importante porque é a que dá a toda instância de palavra uma autoridade de dizer”.

No caso em questão, têm-se duas instâncias de palavra fortemente configuradas, quais sejam: a instância fundada na palavra jornalística e a instância de poder adquirido por Burity, o que confere autoridade aos dizeres do líder. Nessa construção, pensaríamos também, invertendo o que propõe Charaudeau (2006), em uma autoridade de dizer fundando a própria legitimidade de Burity.

Um outro recurso discursivo que encontramos nos trechos analisados, recurso este talvez orientado pela proximidade das eleições governamentais, realizadas em 1º de setembro de 1978, foi a estratégia de qualificar Burity já como **futuro governador** do Estado da Paraíba. Construção essa que antecipa a vitória do líder e poderia por em xeque as expectativas de êxito dos grupos dissidentes.

Na edição de **25 de agosto de 1978**, há uma matéria cujo título é o seguinte: “Buriti ouviu apelos de vereadores para comando da campanha”.

O texto relata o encontro de Burity com lideranças arenistas da Câmara Municipal de João Pessoa. O trecho abaixo esclarece a finalidade da reunião:

O candidato ao Governo do Estado pela Arena, professor Tarcísio Buriti manteve ontem pela manhã, no Palácio da Redenção, reunião com a representação arenista na Câmara Municipal, liderada pelo vereador Newton Novais, havendo a participação do governador Dorgival Terceiro Neto. O objetivo da reunião, conforme declarações do líder da Arena na Câmara Municipal Newton Novais, foi o da solicitação pelos representantes da Casa Napoleão Laureano, da responsabilidade pela Campanha da Arena em João Pessoa, “uma vez que nós somos de fato, os representantes do povo, e achamos que esse encargo é realmente legítimo”. (O Norte, 25 de agosto de 1978, “Buriti ouviu apelos de vereadores para comando da campanha”, Primeiro Caderno, p. 05).

Como ficou evidente em boa parte dos textos analisados até agora, o postulante ao cargo de governador, desde o início de sua campanha, levantara a bandeira de união do partido e da vitória em todos os níveis eletivos daquele momento político – governo, senado, presidência. Com essa estratégia político-discursiva, direciona para si a atenção dos diversos segmentos da opinião pública e de grupos políticos que o viam como um dos expoentes dos acordos e estratégias

para o processo das sucessões. Assim, a busca de Burity por contatos políticos nos diversos setores representativos de base arenista rendeu-lhe bons frutos.

A palavra “*apelos*”, que compõe o título da matéria, coloca Burity na posição de um mediador fundamental do processo, um pilar de sustentação da união do partido e dos projetos arenistas, como ele mesmo fazia questão de deixar claro nos depoimentos dados à imprensa após a indicação de seu nome para o Governo do Estado.

Na edição do dia **27 de agosto de 1978**, coletamos a matéria intitulada: “Secretário da Arena diz como será eleição de Buriti dia 1º”.

A notícia anuncia como certa a eleição de Burity, em 1º de setembro, pelo Colégio Eleitoral. Para tanto, por meio da fala do Secretário Geral da Arena, fornece dados quantitativos para fundamentar o relato. Seguem-se fragmentos da matéria:

A Arena já tem assegurada a maioria absoluta para eleger o futuro governador Tarcísio Buriti (...), na eleição que se realizará a primeiro de setembro, na Assembléia Legislativa da Paraíba. Os cálculos foram feitos pelo deputado Soares Madrugá, que, na qualidade de Secretário Geral da Arena, vem fazendo os levantamentos sobre a composição do Colégio Eleitoral, relacionando nomes dos delegados municipais eleitos pelas câmaras de vereadores. (...) O candidato da Arena, segundo o secretário geral do partido, já recebeu a confirmação do comparecimento de duzentos e vinte e seis votantes, número que está acima da maioria absoluta, se todas as câmaras municipais se habilitarem ao exercício do voto. (O Norte, 27 de agosto de 1978, “Secretário da Arena diz como será eleição de Buriti dia 1º”, Primeiro Caderno, p. 05).

Os dados informativos em destaque na matéria fortalecem o nome de Burity e já o colocam na posição de vitorioso nas eleições. Esse é um recurso bastante recorrente e reflexo do diálogo entre mídia e política em momentos eleitorais. Os meios de comunicação utilizam-se de dados de uma consulta prévia para projetar resultados de processos sucessórios para cargos representativos.

No caso em questão, a fonte utilizada para o relato foi a fala do Secretário Geral da Arena, uma liderança legitimada a apresentar esses dados numéricos, até pela própria função que ocupava nas bases do partido.

Atualmente, esse recurso passa por novas configurações, sendo utilizadas as famosas pesquisas de intenções de voto, que, por meio de números percentuais, projetam possíveis resultados.

A previsão dos resultados no período histórico analisado se diferencia substancialmente do que se verifica na atualidade, que se pauta por processos democráticos de eleições diretas e visa diretamente à adesão da opinião pública. O relato em análise dialoga com um período indireto de eleição, com a previsão de vitória de Burity orientada por única fonte de informação (a fala do secretário da Arena), porém que não se direciona apenas para a coletividade, mas reflete um discurso orientado para a própria cúpula do poder político.

Na edição de **28 de agosto de 1978**, o texto intitulado “Buriti prega mudança para o Nordeste” aponta a opinião de Burity sobre a situação do Nordeste brasileiro. A matéria representa um texto precedente a uma série de entrevistas realizadas pelo jornal *O Norte* ao candidato, publicadas nos dias 27, 28, 29, 30 e 31, e que receberam o nome de “Mesas Redondas de O NORTE”. Não iremos analisar as entrevistas, pois, como deixamos explícito nos procedimentos metodológicos desse estudo, procuramos nos deter ao gênero jornalístico notícia pelas razões já expostas e também porque se tornaria inviável trabalharmos com a totalidade do *corpus* textual recolhido.

A notícia em questão reflete um líder político preocupado com os problemas vividos pelo Nordeste. Embora seja um texto curto, com o objetivo de anteceder as entrevistas, deixa claro alguns posicionamentos de Burity com relação aos problemas do Nordeste. Vejamos:

Apontando a provável causa do fenômeno, o futuro governador Tarcísio Buriti acha que o Nordeste é viável economicamente, mas precisa de uma mudança qualitativa da política administrativa do Governo Federal no que diz respeito ao desenvolvimento das diversas regiões, considerando que o Nordeste precisa se desenvolver a um ritmo significativo, para que se integre a (sic) economia nacional como um setor altamente dinâmico. (O Norte, 28 de agosto de 1978, “Buriti prega mudança para o Nordeste”, Capa, p. 01).

O trecho revela um líder que aposta em um discurso já conhecido da coletividade local, ou seja, em outras palavras, que, embora com todos os

problemas vivenciados, haveria esperança de melhorias para a região nordestina, bastando, para isso, projetos e mudanças efetivas no tocante à administração política.

O título da matéria, por meio da palavra “*prega*”, edifica a imagem de liderança com um discurso profético, um pregador, que sabe o que está falando, e que já projeta o futuro da coletividade nordestina. Com Charaudeau (2006, p. 155), vemos que “O *guia-profeta* é aquele que, ao mesmo tempo, é fiador do passado e é voltado para o futuro, para o destino dos homens. (...) o profeta é uma palavra, uma voz”. (Grifo do autor).

O discurso do líder se volta ao passado (período de 39 a 45), rememorando as divergências econômicas entre Nordeste e Sul do Brasil, para então procurar entrever as possíveis e necessárias mudanças futuras para o Nordeste.

A mensagem profética aponta para o passado e olha para o futuro, revela uma espécie de esperança nos potenciais da região, que seria “*viável economicamente*”, porém dependendo sempre do vigor de políticas administrativas.

Finalizamos então o quadro analítico das matérias veiculadas pelo jornal *O Norte*. As reflexões conclusivas sobre essa leitura crítica serão feitas no tópico 3.4.2.3. Seguiremos com a interpretação dos relatos publicados no jornal *A União*.

3.4.2.2 Percurso analítico jornal *A União*

Vale ressaltar, de início, que não temos a intenção de tecer comparações entre as publicações dos dois periódicos aqui estudados, mas desenvolvemos uma análise independente, procurando perceber como a candidatura de Burity é construída por meio de recursos discursivos, elaborados por cada periódico particularmente, que sugerem imagens para o líder político em questão. Embora – precisamos registrar – em leitura prévia, foi possível perceber que as notícias veiculadas por *A União* são bem mais extensas e refletem maiores detalhes informativos que se diferenciam das notícias apresentadas pelo jornal *O Norte* no período em análise. Além disso, algumas publicações de *A União* se detêm a divulgar os feitos e as ações do governo de Ivan Bichara Sobreira, numa espécie de propaganda governamental. Como essas constatações não são objeto de nossa análise, não nos estenderemos sobre tais pontos e, a partir do próximo parágrafo,

adentramos propriamente nas análises dos textos de *A União* sobre a candidatura de Tarcísio Burity.

Na edição do dia **27 de abril de 1978**, temos o seguinte título: “Sucessões terminam com o anúncio dos 8 últimos governadores”.

O texto reúne informações sobre a escolha indireta dos últimos governadores de estados brasileiros no processo de 1978.

Ao se voltar ao anúncio da escolha do candidato Tarcísio Burity, o jornal constrói o seguinte enunciado:

Com relação à sucessão paraibana, o nome escolhido foi o do professor Tarcísio de Miranda Burity, secretário da Educação e Cultura e classificado pelo atual chefe do executivo paraibano sr. Ivan Bichara Sobreira, como sendo “um homem de idéias avançadas, que tem realizado uma administração renovadora na pasta de Educação da Paraíba.” (A União, 27 de abril de 1978, “Sucessões terminam com o anúncio dos 8 últimos governadores”, Capa, p. 01).

O periódico toma as palavras do então governador Ivan Bichara para qualificar o candidato escolhido. No texto, há ênfase na prática administrativa adquirida por Burity junto à Secretaria de Educação e Cultura, sugerindo então, com tal construção, uma imagem de credibilidade fundamentada no *ethos* da “competência”. Fala-se também, na matéria, em “*um homem de idéias avançadas*”, fortalecendo o *ethos* de “inteligência”, tendo em vista legitimar e dar visibilidade à escolha do líder.

Em outro texto, da edição do dia **27 de abril de 1978**, encontramos o seguinte título: “Burity diz que união dará vitória à Arena”. A matéria tem como intertítulo: “Telefonema confirmou a sucessão”. Segue-se fragmento da matéria:

O futuro governador da Paraíba defende a extinção do AI-5, a criação de novos partidos políticos e a revisão das cassações. Na breve entrevista coletiva que concedeu ontem pela manhã, logo depois de ter confirmada sua indicação pelo Planalto, o professor Tarcísio Burity disse que espera unir as facções da Arena paraibana e levar o partido à vitória nas próximas eleições parlamentares. (...) Tarcísio Burity disse que (...) por enquanto, tem apenas a obrigação de cumprir as metas de sua gestão à frente da Secretaria da Educação e Cultura. Paralelamente, a isso, trabalhará em conjunto com o atual governador na elaboração do seu plano de governo.

Acha que a antecedência na escolha dos sucessores dos governos estaduais visa justamente permitir essa integração no sentido de uma continuidade de trabalho. (A União, 27 de abril de 1978, "Burity diz que união dará vitória à Arena", Seção intitulada Sucessão, p. 01).

E abaixo, trecho da segunda parte da matéria em análise:

Exatamente às 09h50m (sic), o telefone tocou. Era o governador Ivan Bichara Sobreira de Brasília:

- Alô! Governador? Bom dia.

- Como está o coração? A pressão vai bem?

- Sim, senhor. Estou em forma.

- Quero lhe informar, oficialmente, que seu nome foi o escolhido. Meus parabéns e fique tranqüilo.

- Não será fácil, com uma surpresa dessas. De qualquer maneira, muito obrigado ao senhor. Sei que a indicação foi resultado de seu esforço.

- Chegarei aí amanhã, para entendimentos mais detalhados. Boa sorte.

- Até amanhã, governador.

Quando desligou o telefone, Tarcísio foi saudado por gritos de "Viva o nosso futuro governador". (A União, 27 de abril de 1978, intertítulo da matéria: "Telefonema confirmou a sucessão", Seção intitulada Sucessão, p. 01).

No cenário discursivo do jornal *A União*, recorta-se também do discurso de Burity a máxima de união do partido Arena, configurando a imagem do conciliador de forças.

No presente discurso, aposta-se na identidade democrática, quando se defende a extinção do AI5, a dinâmica de partidos políticos e fim de cassações. Nesse sentido, reproduzindo em discurso indireto as palavras de Burity, o periódico ressalta que: *"a experiência do bipartidarismo não está totalmente esgotada. Isso, todavia, não significa que a realidade brasileira prescindia de uma nova abertura"*.

Além desses pontos observados no texto, destacamos também a segunda parte da matéria, que registra uma conversa entre Burity e o então governador Ivan Bichara.

O recorte, como pode ser visto no trecho acima, tenciona mostrar o conteúdo do contato telefônico feito com Burity para anunciar a vitória de seu nome para o Governo do Estado.

O objetivo desse destaque dado pelo jornal ao contato entre os líderes foi tornar íntimo, para a opinião pública, esse momento. Seria então mais um

mecanismo de sedução discursiva apresentado pela mídia.

O jogo de sedução se apresenta na exposição da conversa ao telefone, no relato jornalístico, segundo o qual o ambiente domiciliar de Burity teria ficado cheio “*de políticos, amigos, parentes e jornalistas*” e, ao final do trecho selecionado, nos gritos de vitória, registrados pelo jornal, como “*Viva o nosso futuro governador*”.

Outra notícia do dia **27 de abril de 1978**, com o seguinte título: “Senador apoia a indicação de Burity”, confere destaque à fala do então senador Milton Cabral sobre a indicação do nome de Burity. Vejamos o teor do relato:

Para o senador Milton Cabral, a indicação do sr. Tarcísio Burity “representa uma alta solução para a sucessão do governador Ivan Bichara Sobreira”. Informando sobre contatos diretos com o Indicado, o sr. Milton Cabral esclareceu que lhe transmitiu “minha solidariedade e a confiança de que ele conseguirá realizar os mesmos propósitos em favor da Paraíba, como se eu fora o próprio indicado”. – A Paraíba está de parabéns – ressaltou o senador arenista. (...) Por fim, formulou: “Convoco todos os paraibanos a somarem apoio ao governador e ao seu sucessor, Tarcísio Burity”. (A União, 27 de abril de 1978, “Senador apoia (sic) a indicação de Burity”, Seção intitulada Sucessão, p. 01).

Mais um recurso recorrente nos relatos midiáticos em períodos eleitorais é utilizar o comentário de fontes com reconhecimento no cenário social. No caso em análise, o comentário sobre a indicação de Burity é bastante favorável ao nome do líder.

As palavras do senador, selecionadas pelo jornal, fortalecem o prestígio do escolhido nas eleições indiretas. É preciso ter em conta que, em toda construção discursiva, as entrelinhas dos dizeres revelam traços que demarcam a fronteira entre o que está dito e o não-dito. Sobretudo quando estas construções discursivas brotam da “seara política”.

Guiando-nos por essa assertiva, inferimos que quando o senador se coloca na mesma posição de Burity, ao dizer “*como se fora eu o próprio indicado*”, ele está deixando nítido no discurso que não haveria qualquer ressentimento de não ter sido o seu nome indicado, e, nesse sentido, compartilha da boa escolha do líder político em estudo, como sendo a melhor opção, “*uma alta solução*”, para os problemas vivenciados pela Arena.

No decorrer do texto, o leitor pode ter a impressão de estar diante de um

palanque, pois a condução discursiva do senador passa essa impressão, na medida em que, no presente texto, abre-se espaço para os elogios direcionados à solução encontrada por Ivan Bichara e, no desfecho da matéria, conclama-se o apoio dos paraibanos a Ivan Bichara e ao governador indicado Tarcísio Burity.

Demarcando espaço na edição de **27 de abril de 1978**, encontramos o seguinte título: “Na SEC, a preocupação maior com a cultura e a Educação”. Matéria esta que, em termos discursivos, tem muito em comum com o texto publicado no dia **23 de maio de 1978**, intitulado: “Burity vai inaugurar Logos II”. Por isso, analisaremos as duas conjuntamente, para então posteriormente dar seqüência às análises seguindo a orientação temporal.

As matérias em questão refletem uma mesma intencionalidade, ou seja, publicizar os projetos já realizados e as propostas futuras sob a responsabilidade de Burity junto à Secretária de Educação e Cultura do Estado da Paraíba. Vamos aos trechos das matérias que refletem esse conteúdo:

*Para dar seguimento ao plano por ele elaborado antes de assumir os encargos da Secretaria, o professor Tarcísio Burity se preocupou em aumentar, de imediato, as oportunidades de vagas para os estudantes, levando em conta a parte material do ensino, com o objetivo de aumentar o número de salas-de-aula. (...) Nesse âmbito, pode-se acrescentar que o Governo já construiu cerca de 400 novas salas-de-aula e o projeto nesse setor prevê a construção total de 974 salas-de-aula até 1979, cujos recursos já se encontram consignados para tal fim. (...) não adiantaria à Secretaria aparelhar o sistema educacional de meios materiais se não cuidasse também do elemento humano. E desde os primeiros esboços dos projetos de sua pasta, o professor Tarcísio Burity colocou o **Professor** num enfoque especial. (...) Mas, um Projeto importantíssimo a destacar no setor da melhoria do ensino é o Projeto Logos II, que visa a habilitar 10 mil professores leigos no Estado da Paraíba até 1979. (...) O importante no Projeto Logos II é que a metodologia adotada permite a continuidade do professorado à frente de suas escolas, onde recebe todo o material do curso. (A União, 27 de abril de 1978, “Na SEC, a preocupação maior com a cultura e a Educação”, Capa, p. 01, grifo nosso).*

O ex-secretário da Educação e Cultura e futuro governador do Estado, professor Tarcísio Burity, vai inaugurar sexta-feira, às 17 horas, o Núcleo do Projeto Logos II, localizado no cruzamento das avenidas Almirante Barroso e Tabajaras, em João Pessoa. (A União, 23 de maio de 1978, “Burity vai inaugurar Logos II”, Capa, p. 01).

As matérias levam o público a conhecer as frentes de trabalho e as prioridades de Tarcísio Burity enquanto Secretário de Educação e Cultura. O recurso utilizado pelo periódico assegura uma eficiente propaganda política, ressaltando, por meio de dados quati-qualitativos, as ações junto à secretaria e as promessas deixadas como mote para uma possível continuidade prática no setor educacional.

No primeiro texto analisado, não vimos qualquer menção ao setor da cultura, que justificasse o título da matéria “preocupação maior com a cultura e a Educação”. Para dar ênfase à atuação do líder nessas duas áreas, o título as coloca em evidência, contudo, ao adentrarmos nas malhas do texto, percebemos um silenciamento no tocante a ações na esfera cultural. Talvez devido ao fato de o conteúdo discursivo se voltar exclusivamente ao setor educacional, a palavra educação é disposta com a inicial maiúscula no título.

Com a proposta de tornar pública a preocupação com a formação dos alunos e professores – sublinhamos que a palavra professor no texto também vem grafada com inicial maiúscula – e o envolvimento com melhorias no setor educacional, a exemplo da proposta de construção de novas salas de aula até o ano de 1979 - faz-se presente uma estratégia ancorada na busca por visibilidade política.

Além dos dados apresentados no trecho que selecionamos acima, a matéria veiculada no dia 27 de abril aponta para outras conquistas no âmbito da educação no Estado da Paraíba, apresentando outros projetos voltados ao aumento do número de vagas para discentes e a ações relacionadas à melhoria salarial do corpo docente. Ao lado dessa propaganda, faz-se também uma projeção para o futuro, pois a proposta do secretário, segundo o relato do jornal, seria a construção de 974 salas de aula até o ano de 1979. Até a data desta publicação, segundo consta nos dados, apenas 400 unidades haviam sido construídas, faltando, então, um longo caminho pela frente para o encaminhamento das demais construções no setor, mas, como o próprio periódico acrescenta, em outras palavras, os recursos já se encontravam disponíveis para tal empreitada.

Fica explícita, então, ao longo do discurso em análise, a tentativa de não só destacar os feitos do líder no plano da educação, fortalecendo a legitimidade do mandato, mas a ênfase em projetos ainda em andamento, sugerindo assim uma proposta de contigüidade das ações na posição de governante do Estado da Paraíba.

Na edição do dia **28 de abril de 1978**, temos uma matéria que recebe o título: “Mais de duas mil pessoas aplaudiram os líderes da Arena”.

A matéria aborda a receptividade da população paraibana ao então governador Ivan Bichara ao chegar de Brasília com a notícia da escolha do nome de Burity ao poder executivo paraibano. Recorremos ao seguinte fragmento para ilustrar:

“Volto à Paraíba com uma vitória que não é minha mas do meu Estado e do povo paraibano”, disse ontem o governador Ivan Bichara Sobreira ao falar para mais de duas mil pessoas, defronte ao Palácio da Redenção, quando era recepcionado com vivas, foguetórios, faixas e confetes, pela vitória conseguida em Brasília, com a indicação do secretário de Educação e Cultura, Tarcísio Burity, para governar o Estado a partir de 1979. (A União, 28 de abril de 1978, “Mais de duas mil pessoas aplaudiram os líderes da Arena”, Capa, p. 01).

Já sublinhamos, antes de iniciar o percurso analítico, que o periódico em análise, em boa parte das construções textuais, volta-se a divulgar as ações do então governador Ivan Bichara seguindo um teor propagandístico, recortando, no conteúdo discursivo, as ações, pensamentos e propostas desse líder para a Paraíba. E não seria diferente no presente relato. Verificamos essa intencionalidade no texto em análise, na medida em que há uma preocupação em focalizar a receptividade ao líder e a comoção da coletividade local ante a escolha de Burity, atribuída ao intermédio de Ivan Bichara Sobreira.

Dito isto, outra marca a ser apontada no presente texto diz respeito à condução da narrativa em ressaltar. Os dados referenciais apresentados pelo relato, *“recepcionado com vivas, foguetórios, faixas e confetes”*, de certa forma dramatizam o momento, e se revelam como mais um operador discursivo.

Por se tratar de formas narrativas, mesmo que ancoradas na realidade, os relatos midiáticos, como já dissemos, passam por processos construtivos que partem do acontecimento, do testemunho do narrador, por estratégias de edição, até enfim chegar ao conhecimento do público. É preciso considerar, junto com Milton Pinto (2002, p. 88), que o discurso do jornal representa “um discurso organizado segundo um certo número de regras, normas e convenções, não os fatos em si ou a história-referente”.

A construção que se apresenta tenciona passar a impressão de uma

verdadeira festa de recepção aos líderes da Arena, expressão do apoio popular, motivado pela escolha do candidato ao Governo do Estado. Com a narrativa em questão, que promove a imagem pública da Arena, ilustra-se como a mídia é capaz de operacionalizar dados do espaço político-social, modulando formas de apresentação dos fatos sociais.

Isso se revela, empiricamente falando, ao longo do texto em análise, sendo mais evidente no recorte dado ao discurso político de Ivan Bichara, que, segundo o jornal, falava para *“mais de duas mil pessoas defronte ao Palácio da Redenção”*, considerando a indicação de Burity uma vitória de todo o *“Estado e do povo paraibano”*.

Na edição de **28 de abril de 1978**, a notícia intitulada “Tarcísio Burity disse que veio para unir o partido”, apresenta o discurso feito por Burity no palanque defronte ao Palácio da Redenção.

O texto tem um parágrafo introdutório, estruturado por meio do discurso indireto, *“O candidato escolhido pela Arena começou seu discurso dizendo que não podia negar a grande emoção de que estava possuído naquela hora”*. Este parágrafo faz a abertura para a fala de Burity no palanque; discurso este que, na seqüência, ocupa integralmente todo o corpo da matéria, como pode ser visto no Anexo D.

Não houve uma preocupação do periódico em registrar os desdobramentos do fato ou tecer interpretações sobre o acontecimento. A figura do narrador-jornalista é praticamente apagada do presente relato. A única voz que demarca espaço nessa narrativa é a voz do personagem político, que, por meio de uma mensagem quase profética, diz ter sido escolhido para unir e não para dividir. A seguir, transcrevemos trechos da fala de Burity na matéria:

Entendi que minha indicação, nas circunstâncias em que aconteceu, foi no sentido da união. Eu vim para unir e não para dividir. Vim para unir e para trabalhar pelo povo da Paraíba, pelo bem estar de todos os paraibanos. Vim para pedir a cada um e a todos que me apoiem (sic), que unam às minhas as suas mãos na busca de um objetivo que não pode ser outro senão o bem comum, o bem de todos os paraibanos. (...) É necessário que cada um, cada pessoa consciente saiba o quanto o Brasil precisa de cada um e de todos, e todos nós devemos estar prontos para, na hora da convocação, dizer presente, presente para trabalhar pela grandeza, pela felicidade, pelo progresso de nossa pátria. (A União, 28 de abril de 1978, “Tarcísio

Burity disse que veio para unir o partido”, Primeiro Caderno, p. 08).

Com esse fragmento já é possível sondar o conteúdo ideológico no discurso do líder, que encontra, no jornal analisado, um palanque aberto. A fala de Burity revela marcas discursivas que sinalizam para uma construção imagética muito ao gosto do homem-político, a saber, a busca por legitimar um discurso profético, configurado no emprego de uma mensagem de esperança e preocupação com o destino público.

O homem-político aposta, segundo o seu discurso, na união do partido. Mais uma vez vemos configurada a imagem do líder conciliador, que, por meio dessa mensagem, tem em vista legitimar sua escolha.

Ao lado dessa postura conciliatória, evidencia-se, nas marcas discursivas do trecho em análise, como já dissemos, a construção de uma mensagem profética. Aqui, o líder político apresenta-se quase como um *guia-profeta* (Charaudeau, 2006, p. 155), pregando uma mensagem de união, conclamando a coletividade a se deixar guiar por ele a fim de se alcançar o bem comum *“unam às minhas as suas mãos”*. Por meio dessa aliança, conclama o público a receber e colocar em prática a mensagem por ele pregada, que tem em vista a grandeza, a felicidade e o progresso da nação.

Na edição do dia **06 de maio de 1978**, o texto noticioso da Capa, p. 01, “Burity receberá título de Cidadão em Cabedelo” relata a entrega da honraria ao líder político.

Segundo o periódico, *“A concessão do título já havia sido aprovada há algum tempo”* pela Câmara Municipal de Cabedelo. A notícia sublinha que ocorreria *“uma grande manifestação popular ao novo Cidadão de Cabedelo (...) saudado pelo vereador Newton Ferreira da Silva, em nome do povo cabedelense. (...) A iniciativa foi justificada, na época, pelo fato do secretário Tarcísio de Miranda Burity, à frente da Educação, ter prestado relevantes serviços ao desenvolvimento educacional de Cabedelo”*.

O texto é construído por meio do discurso indireto, em que o fato político ganha destaque a partir de dados referenciais ligados ao evento. O acontecimento tenciona promover a visibilidade de Burity e garantir reconhecimento de suas ações enquanto Secretário de Educação e Cultura. Embora trabalhando com a factualidade

do acontecimento, o recorte que se apresenta na matéria faz projeções sobre a hora do evento, que, no momento da construção da narrativa em questão, ainda não tinha ocorrido. Assim, ao afirmar que haveria “*uma grande manifestação popular ao novo Cidadão de Cabedelo*”, o texto contraria uma das prerrogativas básicas do jornalismo informativo, que seria enunciar fatos sociais testemunhados.

A divulgação da entrega do prêmio, as fontes políticas utilizadas no texto e as inferências registradas na matéria nos levam a apreciar o enfático pensamento de Charaudeau (2007, p. 143) sobre a política na contemporaneidade, quando ele diz que no “domínio da atividade política (...) se situam aqueles que participam da cena do poder político, os eleitos e outros representantes acreditados, considerados responsáveis, e que as mídias põem em cena em diversos relatos”.

No relato em análise, vemos se configurar também aquilo que Charaudeau (2006, p. 73) classifica como “legitimidade por mandato”, na medida em que a menção ao candidato tem em vista afirmar a desenvoltura do líder no setor educacional enquanto Secretário de Educação e Cultura.

Há duas matérias na edição do dia **06 de maio de 1978** (matérias de Capa, p. 01), que, por se encaixarem uma mesma condução temática, serão interpretadas em conjunto. Os títulos são os seguintes: “Seminário de Cultura já tem programação” e “UFPb (*sic*) dará curso de Especialização em Direito dia 15”.

A princípio pode parecer, pelos títulos das publicações, que não há ligação com o momento político aqui investigado. Contudo, em leitura aos textos, vemos uma linha tênue que liga os eventos ao contexto político.

A primeira matéria registra a data de realização do II Seminário Paraibano de Cultura Brasileira, coordenado pelo Departamento Cultural da Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba. O segundo texto relata a abertura de um curso de Especialização em Direito na UFPB. Ambos os textos destacam o nome de Tarcísio Burity, ressaltando a dedicação do líder a atividades culturais e intelectuais, paralelas aos afazeres do campo político.

Na primeira matéria, relata-se o envolvimento de Burity com o Seminário de Cultura Brasileira e, na segunda matéria, o enunciado registra o convite feito ao candidato para ministrar a disciplina de Teoria Geral do Direito no curso de Especialização em Direito da UFPB.

Ao confrontarmos o conteúdo dessas publicações com os demais textos que se apresentam em outras edições deste periódico, fica nítida a intencionalidade de intercalar o envolvimento de Burity com duas linhas de ação diferenciadas, porém, no caso dele, complementares: a ação política e a intelectual.

O homem-público, dotado, nos relatos midiáticos, de um comportamento carismático, ingressa na política como intelectual, como técnico do serviço público e não como político pertencente às oligarquias do Estado da Paraíba. Por isso, o lado acadêmico, a dimensão da formação cultural e os fatos ligados a essa seara são também recorrentes no cotidiano dos relatos midiáticos selecionados para análise.

Dando seqüência às análises, identificamos, no *corpus* selecionado, quatro matérias que seguem uma mesma orientação temática, ou seja, relatam homenagens prestadas ao candidato Burity. Na seqüência temporal, apresentam-se os seguintes títulos: na edição do dia **11 de maio de 1978**, “Dede presta homenagem a Burity”; em **12 de maio de 1978**, “Colégios homenageiam secretário”; no dia **14 de maio de 1978**, “Burity homenageado na cidade de Ingá”; e na edição de **30 de agosto de 1978**, “Olivedos homenageia Tarcísio”.

Passemos aos fragmentos dessas notícias:

Em companhia de sua esposa, o secretário recebeu placa com um agradecimento: “Educação Física é seguro de vida. A Secretaria da Educação, através do professor Tarcísio Burity, foi e continuará sendo a maior seguradora da juventude paraibana. Nós, professores, somos a apólice desse seguro e agradecemos por tudo que nos foi proporcionado. (A União, 11 de maio de 1978, “Dede presta homenagem a Burity”, Capa, p. 01).

Diretores dos colégios da rede oficial de ensino homenagearam anteontem, o professor Tarcísio Burity, pela indicação de seu nome para o Governo do Estado e pela dinâmica atuação à frente da Pasta de Educação e Cultura. O evento teve lugar na granja do Ministério Público e reuniu cerca de 150 administradores escolares. (A União, 12 de maio de 1978, “Colégios homenageiam secretário”, Primeiro Caderno, p. 08).

Acompanhado de sua esposa, senhora Claúceia (sic) Navarro Burity, o futuro governador do Estado, professor Tarcísio Burity será alvo, hoje à tarde, de calorosa manifestação na cidade de Ingá, com a qual tem profundas identificações familiares, lá tendo nascido seu pai. A

homenagem tem ainda o sentido de agradecer-lhe como Secretário da Educação em favor daquele centro, nele tendo implantado um colégio de primeiro grau, construído e recuperado grupos escolares, ao lado de outras iniciativas no setor educacional e cultural. (A União, 14 de maio de 1978, "Burity homenageado na cidade de Ingá", Primeiro Caderno, p. 02).

O futuro governador da Paraíba, Dr. Tarcísio de Miranda Burity, viajou ontem pela manhã à cidade de Olivedos, oportunidade em que foi homenageado com um almoço oferecido pelas lideranças políticas locais. (A União, 30 de agosto de 1978, "Olivedos homenageia Tarcísio", Capa, p. 01).

As duas primeiras matérias relatam preitos prestados pelo setor educacional ao candidato e os outros dois textos enunciam homenagens em municípios paraibanos, Ingá e Olivedos.

Como já elucidado, a notícia é um relato sintético dos fatos sociais, estruturada por meio de recortes da ampla realidade. A condução das narrativas noticiosas, pautadas no cotidiano, podem passar a impressão de objetividade e imparcialidade na construção discursiva. Por ser motivada pelo acontecimento, a categoria informativa do jornalismo sugere, pela sua própria definição, uma certa isenção diante do fato. Porém, em análise acurada dos acontecimentos cotidianos recortados para compor o mosaico discursivo da mídia, não é isso precisamente que se revela. Até porque, no plano midiático, no entendimento de Charaudeau (2007, p. 131), "para que o acontecimento exista é necessário nomeá-lo. O acontecimento não significa em si. O acontecimento só significa enquanto acontecimento em um discurso. (...) É daí que nasce o que se convencionou chamar de "a notícia". (Grifo do autor).

Sublinhamos essas reflexões, pois é isso que verificamos nos relatos em análise. Acontecimentos aparentemente banais, entretanto, dado o contexto em que são publicizados, revelam a intencionalidade dos discursos. Então, quando o acontecimento é nomeado, quando é inscrito em um discurso, ele demonstra conteúdo ideológico.

No caso dos relatos em questão, os discursos se inscrevem no contexto histórico das eleições governamentais de 1978. As homenagens publicizadas, os testemunhos dados por algumas fontes, a posição ocupada pelos sujeitos, pelos atores sociais ilustrados nas matérias – professores, diretores, políticos,

representações reconhecidas socialmente – fortalecem a imagem pública do candidato, que nos relatos já é tido como futuro governador do estado.

Outro aspecto que frisamos nas notícias e que, em geral, apresenta-se como demonstrativo da dimensão humana do homem-político, configurando o *ethos* de “humanidade” (CHARAUDEAU, 2006, p. 148), tem a ver com a apreensão de aspectos ligados à família do líder. Nos eventos enunciados, registra-se sempre a companhia da esposa e, na ocasião da visita em Ingá, o periódico ressalta a identificação familiar do candidato com o município que dá origem à figura paterna.

Na edição de **12 de maio de 1978**, selecionamos a matéria que apresenta o seguinte título: “Burity destaca a união de paraibanos no seu Governo”. Vejamos o enunciado sinteticamente no excerto abaixo:

O futuro governador do Estado, sr. Tarcísio Burity, afirmou ontem à tarde a 63 prefeitos que a síntese do que pretende realizar nos quatro anos de sua administração “é na verdade, a paz, a união, o trabalho e o progresso dos paraibanos” tomando por base “o princípio de colocar o bem-comum da população acima de qualquer interesse”. (A União, 12 de maio de 1978, “Burity destaca a união de paraibanos no seu Governo”, Primeiro Caderno, p. 08).

Convergingo tematicamente com a presente matéria, tem-se a notícia, da edição de **16 de maio de 1978**, intitulada: “Burity disse em Ingá que sua meta é união, trabalho e progresso”, da qual destacamos o seguinte fragmento:

Ao receber entusiásticas manifestações populares na cidade de Ingá, sábado último, o futuro governador Tarcísio de Miranda Burity afirmou, mais uma vez, que a sua missão será a de unir e de trabalhar, de promover o conagraçamento dos paraibanos e o seu bem-estar. (A União, 16 de maio de 1978, “Burity disse em Ingá que sua meta é união, trabalho e progresso”, Capa, p. 01).

Embora relatem eventos políticos diferentes, as duas matérias, como pode ser percebido, têm a mesma conotação discursiva, ou seja, destacar a mensagem, proferida por Burity, de paz, trabalho, união e progresso, e endereçada aos paraibanos.

Estruturando-se por meio do discurso direto – fala do candidato – e através do discurso indireto – elaborado pelo jornal na tessitura das matérias -, os

acontecimentos em questão permeiam as páginas do jornal. Mas a transmissão dos fatos para as páginas dos jornais não segue um curso linear e sempre passa por um paradigma construtivo.

É preciso considerar que não há captura da realidade empírica que não passe pelo filtro de um ponto de vista particular, o qual constrói um objeto particular que é dado como um fragmento do real. Sempre que tentamos dar conta da realidade empírica, estamos às voltas com um real construído, e não com a própria realidade. (CHARAUDEAU, 2007, p. 131).

Nos textos em ressaltado, a perspectiva construtiva ganha tónus na medida em que os fatos em questão brotam do real, mas são tecidos a partir de uma seleção e encadeamento de mensagens de forma a garantir uma apreensão programada da realidade. Três pontos expressam essa asserção.

Primeiro, o veículo de comunicação impressa analisado revela-se como um porta-voz do discurso político do candidato ao governo.

Segundo, a própria versão apontada pelo autor da segunda matéria, marcada por adjetivações, a exemplo das construções: *“Ao receber entusiásticas manifestações populares na cidade de Ingá”*; *“O sr. Tarcísio de Miranda Burity foi recebido em Ingá por extraordinária multidão”*.

Terceiro aspecto, partindo de ditos marcantes do discurso de Burity, as matérias reforçam o *ethos* do guia-profeta construído nos dizeres do líder, quando recortam, inclusive no título da segunda matéria, as promessas para um futuro de *“união, trabalho e progresso”* nos quatro anos vindouros da gestão. Fortalece-se, com isso, o imaginário associado a tais substantivos, palavras-chave do projeto discursivo do candidato.

Na edição de **19 de maio de 1978**, selecionamos a matéria intitulada: “Nome do futuro vice governador foi escolha pessoal de Tarcísio”. Vejamos um fragmento da notícia:

Do Rio de Janeiro, onde se encontra, o professor Tarcísio Burity, futuro governador do Estado, declarou ontem que a escolha do seu companheiro de chapa – candidato a vice-Governador – “foi minha”. Acrescentou que “foi uma escolha pessoal” para dizer também “que a decisão é irreversível”. (A União, 19 de maio de 1978, “Nome do futuro vice governador foi escolha pessoal de Tarcísio”, Capa, p. 01).

No presente texto, assim como na matéria do jornal *O Norte* sobre o mesmo fato, também se configura um cenário discursivo que se propõe a fortalecer a imagem pública de Burity, quando esse se apresenta, na prática discursiva, como um líder forte, confiante, convicto de decisões políticas de importância para o processo de sucessão governamental.

As palavras de Burity em ressaltar na matéria *“foi uma escolha pessoal”* e *“a decisão é irreversível”* configuram o *ethos* de “potência”, na medida em que ressaltam a autoridade da liderança que, como uma atitude enérgica, considera, em outras palavras, o assunto da escolha do vice-governador decidido e encerrado. Entretanto, essa autoridade é justificada no texto, por meio da sugestão construtiva do discurso, como sendo uma postura sensata por parte do líder, pois ante a “missão” de conciliação do partido Arena, a opção pelo nome do médico Clóvis Bezerra Cavalcanti seria a melhor, pois, como as próprias palavras de Burity revelam no texto, o escolhido dispunha *“das condições que me parecem indispensáveis para ajudar-me a realizar o trabalho destinado a alcançar a união e o fortalecimento do partido”*.

Na edição de **30 de maio de 1978**, há um texto com o seguinte título: “Candidato ao governo se articula com os líderes no interior”. Seguem-se trechos da matéria:

Durou quase todo o dia de ontem o encontro do candidato oficial ao Governo do Estado professor Tarcísio Burity, com as lideranças políticas, de 30 municípios da região. Desse modo, os entendimentos repetiram o sucesso obtido, no decorrer dos dois dias anteriores, em Cajazeiras e Pombal onde políticos e povo chegaram a promover recepção em praça pública ao candidato indicado ao palácio da Redenção. (...) Sempre entusiasmado com a acolhida, durante os três dias de visita a Cajazeiras, Pombal e Patos, o sr. Tarcísio Burity atribuiu a receptividade que encontrou “à confiança incontestada do povo no esquema encabeçado pelo governador Ivan Bichara Sobreira”. (A União, 30 de maio de 1978, “Candidato ao governo se articula com os líderes no interior”, Capa, p. 01).

O relato aborda o encontro de Burity com líderes políticos de municípios paraibanos. Além de enunciar o fato político, o texto constrói um encadeamento discursivo que configura uma mensagem que coloca em relevo as circunstâncias que envolvem o fato, em paralelo ao encontro do candidato com os líderes do

interior do estado. Assim, a matéria não direciona a atenção para o conteúdo dos entendimentos políticos entre os líderes, é sim o foco da narrativa tem em vista enfatizar a receptividade de *“políticos e povo”* ao candidato ao Governo do Estado.

Há também outro aspecto observável na notícia em análise. Diz respeito ao espaço dado, já no parágrafo final da matéria, à avaliação feita por um deputado integrante da comitiva de Burity sobre a situação do candidato no cenário político. Em primeiro lugar, a fala foge completamente do fato enunciado – que seria a articulação de Burity com lideranças do interior –, ademais apresenta um recorte intencional, que intercala a fala do deputado com a fala indireta do jornal e motiva-se a fortalecer a imagem pública do candidato arenista. Com teor afirmativo, assim se estruturam as linhas finais da narrativa: *“é boa a situação do candidato oficial ao Governo paraibano, sem qualquer excesso de otimismo”*. O parlamentar disse não acreditar que o sr. Antonio Mariz vá até a convenção arenista de domingo, *“já que ele não dispõe de possibilidades para fazer boa figura”*.

Na edição de **22 de agosto de 1978**, encontramos o último texto selecionado da amostra analítica, intitulado “Projeto sobre Museu de arte será concluído”. Para compreender o conteúdo da matéria, vamos ao excerto abaixo:

*Em janeiro estará concluído o projeto do Museu de Arte de João Pessoa que funcionará na avenida João Machado no antigo Grupo Escolar Isabel Maria das Neves. (...) No início do mês o anteprojeto foi concluído e dentro de mais alguns dias as obras de restauração serão iniciadas e provavelmente será inaugurado em março. (...) **O professor Hermano José está responsável pela instalação e ressalta a iniciativa do professor Tarcísio de Miranda Burity, que quando ainda era Secretário da Educação e Cultura idealizou o Museu de Arte de João Pessoa.** (A União, 22 de agosto de 1978, “Projeto sobre Museu de arte será concluído”, Capa, p. 01, grifo nosso).*

Nesse texto, a ligação que há com a candidatura de Burity evidencia-se no trecho em negrito, pois revela a intencionalidade do jornal em publicizar a iniciativa do candidato com relação à idealização de obras públicas.

Procura-se sugerir, no discurso do jornal, que o líder, quando ainda secretário do governo Ivan Bichara, já demonstrara preocupações relevantes com a coletividade. Toma-se, então, como exemplo disso, a proposta do secretário para elaboração de um projeto arquitetônico para o equipamento cultural em questão.

Com isso, o anúncio midiático de um simples fato, construção de um equipamento arquitetônico em João Pessoa, pode operar com marcas e intencionalidades políticas veladas.

O fato enunciado diz respeito à conclusão do anteprojeto arquitetônico para restauração do museu, sendo ressaltado, porém, que o espaço em si só seria concluído em janeiro e inaugurado em março de 1979.

Inferimos que nessa construção discursiva há a intenção de fortalecer a imagem de Burity, na medida em que, por meio do relato, fica **implícita** a sugestão de que o líder poderia empreender bons projetos para a coletividade, também enquanto governador do Estado, como no caso do projeto de obra do Museu de Arte, com inauguração prometida para o início do seu primeiro mandato.

3.4.2.3 Síntese reflexiva sobre o percurso analítico

O procedimento analítico que adotamos nesse estudo nos leva a desenvolver algumas reflexões conclusivas necessárias ao desfecho do percurso.

Assim, ao longo do trabalho analítico, procuramos empreender uma leitura crítica do discurso revelado no cotidiano dos jornais selecionados, visando demonstrar as imagens construídas em torno da candidatura do líder político Tarcísio Burity.

As análises inevitavelmente tiveram que passar pelo crivo de uma leitura subjetiva, em que a contribuição interpretativa do leitor-pesquisador foi fundamental para o encaminhamento da parte prática desta pesquisa.

Assim, procuramos entender os mecanismos discursivos utilizados pela mídia impressa, no período eleitoral em estudo, baseando-nos no elemento identitário que constrói uma forma de apresentação do político-midiático.

Como já dissemos, a dimensão imaginária ligada ao homem-político, ao longo do tempo, sofre algumas mudanças fundamentais, até mesmo devido à própria reconfiguração do espaço público, que na atualidade tem a mídia como ponto fundamental dos processos de trocas simbólicas. Nesse sentido, podemos falar na dimensão de um político-midiático que encontra vez e voz no espaço discursivo dos meios de comunicação midiáticos.

A forma de apresentação desse político-midiático depende, muitas vezes, das intencionalidades ideológicas de cada meio midiático.

Embora as estruturas de dominação tenham sofrido mudanças fundamentais em sua forma de apresentação na sociedade, o poder ainda representa uma marca indelével da vida social. Como nos revela Maffesoli (2005), a transfiguração do campo político, que é uma das formas de poder, significa que essa instituição, mesmo em mutação, não se dissipa ao longo do tempo. A política passa por novas configurações que muito dependem das formas de apresentação midiáticas.

A pesquisa que ora desenvolvemos revela muito disso. Na medida em que tivemos condições de demonstrar empiricamente reflexos desses mecanismos de sedução político-midiáticos freqüentes na contemporaneidade.

Por meio do *corpus* textual que analisamos, temos presente que a ligação entre mídia e política é sempre farta de estratégias que se revelam em cada caso especificamente.

O jogo simbólico que se revelou no cotidiano dos jornais *O Norte* e *A União*, no momento da construção da candidatura de Tarcísio de Burity, tem muito a nos dizer sobre essa vinculação entre mídia e política no processo de construção de identidades.

Como demonstramos, os periódicos se empenharam em construir diversos *ethé* para o candidato ao cargo de governador da Paraíba. A construção dessas estratégias de apresentação de Burity junto à sociedade paraibana revela que o conteúdo midiático nunca está isento da força ideológica.

Com a construção dos “*ethé* de credibilidade” e de “identificação” (CHARAUDEAU, 2006, p. 119 e 137), distribuídos nas categorias imagéticas *inteligência, competência, virtude, potência, solidariedade, humanidade e guia-profeta*, o político-midiático aparece nos relatos dos jornais com uma imagem bastante positiva que o coloca no centro das atenções da transição eleitoral de 1978.

Como dissemos, inferimos que há nessas construções discursivas a tentativa de apresentar o candidato como uma liderança carismática. Segundo Weber (1999, p. 141), o **carisma** baseia-se no “**caráter exemplar** de uma pessoa e das ordens por esta reveladas ou criadas”. (Grifo nosso). Essa qualificação está diretamente relacionada ao perfil do líder, ou pessoa capaz de atrair para si a adesão popular por meio do próprio exemplo.

No caso que estudamos, o **carisma** de Burity se produz a partir da construção discursiva dos jornais, ou seja, por meio das imagens a ele associadas enquanto liderança política com competência e formação adequada para o cargo; um homem-político forte para não voltar atrás de determinadas decisões, mas, ao mesmo tempo, aberto a diálogos conciliatórios; um político preocupado com a vitória e união da Arena; um líder que apresenta uma mensagem bem construída e fundamentada na união, paz, esperança, trabalho e progresso da coletividade paraibana.

Considerações finais

A trajetória teórico-analítica que seguimos neste estudo nos conduziu a conclusões necessárias ao fechamento dessa pesquisa.

A parte teórica deste trabalho teve em vista nos levar a compreender pontos fundamentais do campo teórico weberiano, no tocante aos tipos de dominação, e maffesoliano, com a apreensão dos conceitos de forma e formismo do cotidiano.

A dominação, enquanto um modelo típico-ideal, está presente em detalhes nas discussões teóricas dessa dissertação, o que nos levou a demonstrar que Tarcísio Burity ingressa na política por meio da via burocrática. Após essa demonstração, seguimos em direção ao objetivo principal do estudo que seria demonstrar, por meio de uma leitura crítica, como os jornais locais *O Norte* e *A União* conduzem discursivamente a candidatura do líder ao primeiro mandato político.

Chegamos à conclusão de que Burity ingressa na política pela burocracia e não por meio do apoio de grupos remanescentes das oligarquias na Paraíba. O líder investe-se de toda racionalidade e conhecimentos técnicos no serviço público, aliando a isso a formação intelectual e cultural na condução de sua vida pública. Além disso, ao enveredar pela política, o homem-público conta com o apoio dos meios de comunicação que passam a edificar uma identidade carismática para o líder.

O queremos dizer, com isso, é que se de um lado o **político por vocação** adentra na política por meio de uma preparo e conhecimentos previamente sistematizados para o ingresso no cargo de governador, por outro, essa liderança se transforma, no cotidiano dos jornais impressos paraibanos, em principal **personagem da cena política** nos idos de 1978.

Para encaminharmos as análises nos baseamos no formismo para demonstrarmos que a política é também uma forma presente no imaginário social. Forma esta na contemporaneidade mediada pelos meios de informação midiáticos.

A forma que a política assume no cotidiano social, na atualidade, está muito ligada ao processo discursivo no cotidiano dos veículos de comunicação midiáticos, que se transformam em verdadeiros espaços de lutas simbólicas, sobretudo em períodos eleitorais.

A tônica discursiva dos meios midiáticos é capaz de edificar e destruir imagens “num piscar de olhos”. No caso em análise – construção da candidatura de Burity – essa tônica se mostrou bastante favorável aos projetos políticos do líder. O perfil carismático, por nós identificado, pode ser percebido na formulação do conjunto dos *ethé* no processo analítico dos relatos jornalísticos dos periódicos em estudo.

As qualidades do político-midiático ligadas à *inteligência, competência, virtude, potência, solidariedade e humanidade* são sugestões imagéticas recorrentes nos relatos dos periódicos analisados. Qualificativos estes capazes de gerar uma imagem positiva e fortalecer a legitimidade de Burity junto à sociedade paraibana.

As características do líder-político são reforçadas pelas notícias analisadas, que, embora sendo relatos de categoria informativa, não dispensam a parcialidade que se revela no comprometimento ideológico dos periódicos com a candidatura em questão.

As relações entre mídia e política no cotidiano da sociedade contemporânea representa uma verdade inquestionável, contudo, as revelações de tal diálogo só podem ser interpretadas em cada caso especificamente, quando entram em jogo os contratos ideológicos de cada meio de comunicação particularmente com os grupos políticos que se alternam nos cenários representativos de cada município, estado, nação.

O que, para nós, ficou claro, mais uma vez, é que das ligações entre mídia e política, muitas vezes, as demandas da coletividade ficam efetivamente em segundo o plano. O que interessa para a mídia é se fazer presente no campo da luta simbólica, é fazer uso do poder de palavra que lhe pertence; e, para o político-midiático, importa estar em evidência, ter lugar demarcado nos “palcos e palanques” midiáticos, de preferência de forma a manter a boa imagem.

Referências

ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. 3. ed. revista. João Pessoa: A União Cia. Editora, 1980.

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

ARAÚJO, F. **História e ideologia da imprensa na Paraíba**. João Pessoa: A União, 1983.

BERLINCK, Manoel T. Notícias sobre Max Weber. In: WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Cultrix, 1983.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Trad. Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2006b.

COHN, Gabriel. **Crítica e resignação: Max Weber e a teoria social**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

JORNAL A UNIÃO. **Governador viaja a Brasília para definir sucessão**, 23 de abril de 1978, Capa, p. 01.

_____. **Sucessões terminam com o anúncio dos 8 últimos governadores**, 27 de abril de 1978, Capa, p. 01.

_____. **Burity diz que união dará vitória à Arena**, 27 de abril de 1978, Seção intitulada Sucessão, p. 01.

_____. **Senador apoia a indicação de Burity**, 27 de abril de 1978, Seção intitulada Sucessão, p. 01.

_____. **Na SEC, a preocupação maior com a cultura e a Educação**, 27 de abril de 1978, Capa, p. 01.

_____. **Mais de duas mil pessoas aplaudiram os líderes da Arena**, 28 de abril de 1978, Capa, p. 01.

_____. **Tarcísio Burity disse que veio para unir o partido**, 28 de abril de 1978, Primeiro Caderno, p. 08.

_____. **Burity receberá título de Cidadão em Cabedelo**, 06 de maio de 1978, Capa, p. 01.

_____. **Seminário de Cultura já tem programação**, 06 de maio de 1978, Capa, p. 01.

_____. **UFPb (sic) dará curso de Especialização em Direito dia 15**, 06 de maio de 1978, Capa, p. 01.

_____. **Dede presta homenagem a Burity**, 11 de maio de 1978, Capa, p. 01.

_____. **Colégios homenageiam secretário**, 12 de maio de 1978, Primeiro Caderno, p. 08.

_____. **Burity destaca a união de paraibanos no seu Governo**, 12 de maio de 1978, Primeiro Caderno, p. 08.

_____. **Burity homenageado na cidade de Ingá**, 14 de maio de 1978, Primeiro Caderno, p. 02.

_____. **Burity disse em Ingá que sua meta é união, trabalho e progresso**, 16 de maio de 1978, Capa, p. 01.

_____. **Nome do futuro vice governador foi escolha pessoal de Tarcísio**, 19 de maio de 1978, Capa, p. 01.

_____. **Burity vai inaugurar Logos II**, 23 de maio de 1978, Capa, p. 01.

_____. **Candidato ao governo se articula com os líderes no interior**, 30 de maio de 1978, Capa, p. 01.

_____. **Projeto sobre Museu de arte será concluído**, 22 de agosto de 1978, Capa, p. 01.

_____. **Olivedos homenageia Tarcísio**, 30 de agosto de 1978, Capa, p. 01.

JORNAL O NORTE. **Fórmulas a um passo da decisão**, 23 de abril de 1978, Coluna Política, Primeiro Caderno, p. 05.

_____. **Ivan pode anunciar Burity hoje como o seu sucessor**, 26 de abril de 1978, Matéria de Capa, p.01.

_____. **Burity diz que a hora é de união**, 27 de abril de 1978, Capa, p. 01.

_____. **José Américo: a escolha de Burity foi excelente**, 27 de abril de 1978, Capa, p. 01.

_____. **Responsabilidade não é nossa, afirma Agripino**, 27 de abril de 1978, Capa, p. 01.

_____. **Ivan: José Américo não interferiu**, 28 de abril de 1978, Capa, p. 01.

_____. **Burity deverá sair no dia dez, mas ele diz que não fixou data**, 28 de abril de 1978, Capa, p. 01.

_____. **Escolha do vice agora será missão de Burity**, 04 de maio de 1978, Capa, p. 01.

_____. **Burity procura Mariz e afirma querer o diálogo**, 05 de maio de 1978, Capa, p. 01.

_____. **Burity: ainda não há nomes propostos para senador direto**, 06 de maio de 1978, Capa, p. 01.

_____. **Burity recebe título**, 06 de maio de 1978, Segundo Caderno, p. 08.

_____. **Burity será homenageado por colegas**, 06 de maio de 1978, Segundo Caderno, p. 08.

_____. **Escolhidos três novos acadêmicos**, 09 de maio de 1978, Primeiro Caderno, p. 03.

_____. **Escolha foi minha e é irreversível**, 19 de maio de 1978, Capa, p. 01.

_____. **Burity vai ao Interior: hora é de descompressão**, 24 de maio de 1978, Capa, p. 01.

_____. **Burity: se querem a luta vamos enfrentá-los**, 27 de maio de 1978, Capa, p. 01.

_____. **Burity não se desgastou e ganha de qualquer candidato**, 30 de maio de 1978, Primeiro Caderno, p. 05.

_____. **Burity afirma não haver candidato único a Senado**, 18 de agosto de 1978, Capa, p. 01.

_____. **Burity ouviu apelos de vereadores para comando da campanha**, 25 de agosto de 1978, Primeiro Caderno, p. 05.

_____. **Secretário da Arena diz como será eleição de Burity dia 1º**, 27 de agosto de 1978, Primeiro Caderno, p. 05.

_____. **Buriti prega mudança para o Nordeste**, 28 de agosto de 1978, Capa, p. 01.

_____. **Buriti garante que Arena terá sublegendas**, 29 de agosto de 1978, Capa, p. 01.

LEBRUN, Gérard. **O que é poder**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1984. (Coleção Primeiros Passos).

MAAR, Wolfgang. **O que é política**. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Coleção Primeiros Passos).

MAFFESOLI, Michel. **A violência totalitária**: ensaio de antropologia política. Porto Alegre: Sulina, 2001.

_____. **Elogio da razão sensível**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **A transfiguração do político**: a tribalização do mundo. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba**: lutas e resistência. 10. ed. João Pessoa: A União, 2007.

MIGUEL, Luis Felipe. **Política e mídia no Brasil**: episódios da história recente. Brasília: Plano Editora, 2002.

MOTTA, Fernando Cláudio Prestes. **O que é burocracia**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL AMIGOS DO BEM: CONTRA A FOME E A MISÉRIA NO SERTÃO NORDESTINO. Apresenta informações sobre a realidade da população do sertão nordestino e projetos para a melhoria da qualidade de vida da região. Disponível em: <<http://www.amigosdobem.org/novo/projeto/index.php>>. Acesso em: 15 de maio de 2009.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 5. ed. São Paulo: Pontes, 2003.

PAIS, José Machado. **Vida cotidiana**: enigmas e revelações. São Paulo: Cortez, 2003.

PINTO, M. J. **Comunicação e discurso**: introdução à análise de discursos. 2. ed. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; OLIVEIRA, Maria Gardênia de. **Um toque de clássicos**: Durkheim, Marx e Weber. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995.

RAMOS, Biu. **Burity**: esplendor & tragédia. João Pessoa: Santa Marta, 2008.

RUBIM, A. A. C. **Mídia e eleições 98**. Salvador: Editora Universitária/UFPB, Facom/UFBA, 2000.

SANTANA, Marta M. Falcão de Carvalho e Moraes. **Nordeste, açúcar e poder**: um estudo da oligarquia açucareira na Paraíba 1920-1962. João Pessoa: CNPq/UFPB, 1990.

TARCÍSIO BURITY. Apresenta informações sobre vida pública e privada de Tarcísio Burity. Disponível em: <<http://www.tarcisioburity.com.br/index2.htm>>. Acesso em: 05 de outubro de 2009.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Vol 1. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999a.

_____. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Vol 2. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999b.

_____. **Sociologia da imprensa**: um programa de pesquisa. 1910. In: Estudos de Jornalismo e Mídia. v. II. n.º 1 – São Paulo: 1º semestre de 2003.

Anexos